

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

**ANÁLISE DO PAC-FAVELA EM MANGUINHOS (RJ):
DAS REMOÇÕES À URBANIZAÇÃO**

Gilson Ribeiro da Silva
2021



UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ANÁLISE DO PAC-FAVELA EM MANGUINHOS (RJ):
DAS REMOÇÕES À URBANIZAÇÃO**

GILSON RIBEIRO DA SILVA

Sob a Orientação do (a) Professor (a)

Maurílio Lima Botelho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre** em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ, Área de Concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

SEROPÉDICA, RJ

Fevereiro, 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586a Silva, Gilson Ribeiro da, 1987-
Análise do PAC - Favela em Manguinhos (RJ): das
remoções à urbanização / Gilson Ribeiro da Silva. - Rio
de Janeiro, 2021.
87 f.: il.

Orientador: Maurílio Lima Botelho.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PPGGEO/Geografia , 2021.

1. PAC-Favela. 2. Manguinhos. 3. Remoções. 4.
Urbanização. I. Botelho, Maurílio Lima , 1978-, orient.
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PPGGEO/Geografia III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 11 / 2021 - PPGGEO
(12.28.01.00.00.00.35)

Nº do Protocolo: 23083.012931/2021-16

Seropédica-RJ, 25 de fevereiro de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GILSON RIBEIRO DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/02/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG-UFRRJ, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e, neste caso, a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Maurilio Lima Botelho (Dr.)/UFRRJ

Orientador

André Santos da Rocha (Dr.)/UFRRJ

Eduardo José Pereira Maia (Dr.)/UFRJ

(Assinado digitalmente em 25/02/2021 10:29)
ANDRE SANTOS DA ROCHA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matrícula: 1832629

(Assinado digitalmente em 25/02/2021 14:09)
MAURILIO LIMA BOTELHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matrícula: 2685497

(Assinado digitalmente em 25/02/2021 11:25)
EDUARDO JOSÉ PEREIRA MAIA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 004.060.757-78

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **11**, ano:
2021, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão:
25/02/2021 e o código de verificação: **b805de07ed**

A causa básica da favelização urbana parece ser não a pobreza urbana, mas a riqueza urbana.

Gita Verma

AGRADECIMENTOS

Iniciar um curso de mestrado é um grande desafio em vários sentidos. A dedicação às aulas e o tempo para compor a pesquisa são questões fundamentais para alcançar os resultados esperados. Agradeço imensamente ao auxílio financeiro da CAPES, que ao longo do mestrado pôde me proporcionar uma bolsa de estudos para que eu pudesse me dedicar inteiramente à pesquisa e também participar de eventos acadêmicos dentro e fora do Rio de Janeiro. Assim, me auxiliando na disseminação e no conhecimento geográfico, reforçando a importância do tema e também na elaboração de políticas públicas eficientes para as favelas. Sem esse apoio da CAPES nada disso seria possível.

Agradeço a Deus por ter me proporcionado chegar até aqui, coisa que eu jamais pensei um dia, mas ele me auxiliou e me capacitou para concluir mais essa etapa da minha vida. Aos meus pais, por entenderem a necessidade do meu crescimento intelectual fazendo essa jornada ser mais leve. Aos moradores do Complexo de Manguinhos pela receptividade e ajuda nos trabalhos de campo, obrigado.

Gleyce Assis, Jardel Correa e Maísa Oliveira são amigos e geógrafos que a UFRJ me deu e levarei na minha vida com muita felicidade. Obrigado por me apoiarem e ouvirem meus questionamentos durante esse período.

Aos colegas de turma e professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ que me abraçaram desde o início das aulas e que fico feliz em ter compartilhado essa árdua jornada com eles. Pâmela Suelen, Douglas Basílio e Renan Navarro, vocês são especiais.

Meu orientador, Maurilio Botelho, pela paciência e pelas indicações de leitura. Obrigado pela contribuição nessa jornada. Ao professor André Santos, o qual eu tive o prazer de conhecer na UFRRJ. Ao meu querido amigo e professor Eduardo Maia, que desde a UFRJ vem me apoiando e acreditando em mim, obrigado Dudu.

Por fim, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO/UFRRJ e à secretária Ellen Bragança, pela dedicação e comprometimento com a ciência mesmo em tempos difíceis como está sendo o período da pandemia, com a qual fomos surpreendidos. Obrigado por entenderem os discentes e estarem sempre prontos a nos ajudar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

SILVA, Gilson Ribeiro da. **Análise do PAC-Favelas em Manguinhos: Das Remoções à Urbanização**. 104p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Agronomia, Departamento de Geociências, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

As favelas cariocas estiveram e estão nas constantes pautas no tocante ao planejamento urbano das cidades. Políticas de remoções fazem parte da história da *urbe* quase que em sua totalidade, visto que tal política aconteceu em diferentes períodos e processos de urbanização e modernização do município do Rio de Janeiro. Com isso, alguns projetos de planejamento urbanístico foram ensaiados para serem implementados nas áreas mais precárias da cidade, de modo a tornar esses locais mais acessíveis na forma tanto de habitação quanto na acessibilidade em equipamentos de infraestrutura básica de saneamento. Esta população residente nas favelas é historicamente a que mais vive em condições de vulnerabilidade social e necessitam de políticas públicas que amenizem tais disparidades sociais. Entende-se que um dos requisitos básicos para viver em condições dignas é ter acesso aos equipamentos de moradia, saneamento, emprego, educação e saúde. Nesses espaços, tais variáveis sempre estiveram em falta em pelo menos um desses recursos. No presente, temos como recorte espacial a ser analisado o Complexo de Manguinhos, localizado na zona norte do município do Rio de Janeiro. O objetivo central da investigação gira em torno de analisar as transformações urbanísticas da área após a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC em 2007. Cabe ressaltar que este projeto do Governo Federal foi o projeto mais ousado e que mexeu com toda organização interna de Manguinhos. Nessa direção, o esforço aqui proposto se dá em compreender em quais medidas estas obras impactam na dinâmica interna das favelas que juntas compõem o Complexo de Manguinhos. Se ocorreram novas remoções, qual a percepção dos moradores sobre as obras executadas, se o projeto pensado para Manguinhos alterou de alguma forma suas vidas. Esses são alguns dos questionamentos postos aos moradores em campo. Como está sendo realizada uma investigação em sua essência geográfica, a utilização de conceitos que auxiliam na discussão sobre urbanização e remoções se faz necessária para um melhor embasamento teórico. Com isso, na metodologia utilizada para auxiliar na construção desta análise é a aplicação de questionário semiestruturado e entrevistas com os moradores, de modo a obter respostas frutos das hipóteses levantadas no início do trabalho (Triviños, 1987). Além das bibliografias acerca da temática utilizada para compor o trabalho, optou-se pela elaboração de mapas temáticos, com suporte de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) e bases cartográficas de órgãos públicos para espacializar e elaborar a evolução da área estudada através de mapas. Ao final da pesquisa, podemos constatar através dos trabalhos de campo e entrevistas realizadas que o PAC foi a política pública mais significativa em Manguinhos e as obras realizadas foram capazes de alterar o território analisado. Nessa direção, entende-se que tal pesquisa é relevante e contribui na discussão sobre processos urbanos e políticas públicas para as áreas de favelas.

Palavras-chave: PAC-Favela; Manguinhos; Remoções; Urbanização.

ABSTRACT

SILVA, Gilson Ribeiro da. **PAC Analysis – Manguinhos’ Slum Complex: From Removals to Urbanization**. 104p. Thesis (Master in Geography). Institute of Agronomy, Department of Geosciences, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropedica, RJ, 2021.

The slums of Rio de Janeiro were and are in constant agendas regarding to the city urban planning. Removals policies are part of the history of the urban center almost in its entirety, since those policies took place through Rio de Janeiro’s different periods and processes of urbanization and modernization. Thereby, some urban planning projects were tested to be implemented in the most precarious areas of the city in order to make these places more accessible in terms of both housing and accessibility on basic sanitation infrastructure equipment, since people living in slums are historically the portion of the population that features a social vulnerability condition and demand public policies that mitigate such social disparities. It has been understood that one of the basic requirements for living in decent conditions would be to have access to basic equipment for housing, sanitation, employment, education and health, however in those places such resources have often been missing. Nowadays, the Manguinhos complex located in the northern part of Rio de Janeiro is to be examined and the main objective of the research is to analyze the zone’s urban transformations due to the implementation of PAC in 2007. It should be noted that the above mentioned federal government project was the most bold project and that affected thoroughly Manguinhos’ internal organization. Regarding that, the intent proposed is to comprehend in what manners those efforts have impacted Manguinhos slum complex’s internal dynamic. For instance some on-site questions asked to the residents were, if new removals took place, “which were the perceptions about the projects carried out” and “if the projects thought to Manguinhos have changed their lives in any way”. As we are carrying out an investigation in its geographic essence, the use of concepts that help in the discussion on urbanization is mandatory for an enhanced theoretical basis. Therefore, in order to employ an application that assists on the construction of that analysis, we opted for the application of a semi-structured questionnaire and interviews with residents to obtain answers to the hypotheses raised at the beginning of the research (Triviños, 1987). In addition to the bibliographies over the subject used to compose the work, we chose to develop thematic maps upon support from the Geographic Information System (GIS) and governmental cartographic basis to spatialize and elaborate through maps the considered zone’s evolution. At the end of the research, we can see through the fieldwork and interviews that the PAC was the most significant public policy in Manguinhos and the works carried out were able to change the analyzed territory. Hence, it is understood that such research is relevant and contributes to the discussion on urban processes and public policies on slum areas.

Key-words: PAC-Favela; Manguinhos; Removals; Urbanization.

MANGUINHOS NO MUNDO



Elaborado pelo autor, 2021.

Lista de Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Há quanto tempo você mora em Manguinhos? | 67 |
| Gráfico 2 -Em qual favela dentro do Complexo de Manguinhos você mora? | 68 |
| Gráfico 3 - Pensando na melhoria urbanística e social com a chegada do PAC, você consegue perceber melhorias efetivas no Complexo de Manguinhos? | 69 |
| Gráfico 4 - Pensando nos equipamentos de infraestrutura (biblioteca, praças, cinema, ciclovias, escolas, UPA etc.) implementados com as obras do PAC, você utiliza ou já utilizou alguns desses novos equipamentos públicos? | 70 |
| Gráfico 5 - Notou melhoria na segurança urbana com a chegada do PAC? | 70 |
| Gráfico 6 - - Pensando sobre novas oportunidades profissionais, o PAC trouxe algum tipo de mudança nesse contexto? Pois, temos um Centro de referência da Juventude e um posto de emprego para inclusão social em Manguinhos. | 71 |
| Gráfico 7 - Após as obras do PAC, você considera que houve melhoras nos espaços internos da favela, ou seja, melhorias urbanas desses espaços? | 72 |
| Gráfico 8 - Percebe algum tipo de manutenção pelo poder público nos equipamentos (biblioteca, praças, ruas etc.) após a conclusão das obras do PAC? | 72 |

Lista de Mapas

| | |
|---|----|
| MAPA 1: Posição Geográfica de Manguinhos | 17 |
| MAPA 2: Densidade Urbana em Manguinhos | 18 |
| MAPA 3: Instituto Oswaldo Cruz | 28 |
| MAPA 4: Parque Oswaldo Cruz / Amorim (1904) | 29 |
| MAPA 5: Manguinhos na década de 1940 | 32 |
| MAPA 6: Manguinhos na década de 1950 | 34 |
| MAPA 7: Manguinhos na década de 1980 | 36 |
| MAPA 8: Manguinhos na década de 1990 | 37 |
| MAPA 9: Manguinhos anos 2000 | 38 |
| MAPA 10: Diferentes décadas de ocupação | 43 |
| MAPA 11: Aglomerado Subnormal segundo classificação do IBGE | 43 |
| MAPA 12: Concentração de recursos por região | 50 |

Lista de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1: Documento Pacto Pela Cidadania | 47 |
| Figura 2: Montagem com notícias do PAC | 52 |
| Figura 3: Construção da elevação da linha férrea | 56 |
| Figura 4: Parque Metropolitano, com a elevação da linha férrea | 56 |
| Figura 5: Jornal O Globo - A "Rambla" de Manguinhos | 58 |
| Figura 6: Construção de apartamentos na favela Embratel | 61 |
| Figura 7: Construções ao longo da linha férrea - Parque João Goulart (03/2007) | 62 |
| Figura 8: Construções ao longo na favela Embratel - (03/2007) | 63 |
| Figura 9: Demolições ao longo da linha férrea - (09/2011) | 63 |
| Figura 10: Obras de construção dos apartamentos na favela Embratel e no Centro Cívico - (02/2010) | 64 |
| Figura 11: Elevação da linha férrea concluída; Implantação de uma horta urbana - (01/2015) | 65 |
| Figura 12: Conclusão das obras na favela Embratel e Centro Cívico - (01/2015) | 65 |
| Figura 13: Retorno das construções irregulares ao longo da linha férrea | 66 |
| Figura: 14 e 15: Hortas em Manguinhos | 74 |
| Figura: 16 e 17: Lava Jato | 75 |
| Figura: 18 e 19: Parque Metropolitano em 2020 | 76 |
| Figura: 20 e 21: Parque Metropolitano em 2020 | 76 |
| Figura 22: Centro Cívico em Manguinhos | 77 |
| Figura 23: Biblioteca Parque de Manguinhos | 78 |
| Figura 24: Colégio Estadual Luís Carlos da Vila Biblioteca Parque de Manguinhos | 79 |

Lista de Quadros

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Eixos Temáticos | 51 |
| Quadro 2: Recursos PAC - Governo do Estado do Rio de Janeiro | 54 |
| Quadro 3: Recursos PAC - Prefeitura do município do Rio de Janeiro | 54 |

Lista de Apêndices

| | |
|---|----|
| Apêndice 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento | 85 |
| Apêndice 2: Roteiro de entrevistas com os moradores de Manguinhos | 86 |

Lista de siglas e abreviaturas

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAIXA - Caixa Econômica Federal

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CHP - Centro de Habitação Provisória

CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos

COVID-19 - Corona Virus Disease - 19

CRJ - Centro de Referência da Juventude

DCP - Departamento de Construções Proletárias

ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

EMOP - Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro

EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

GEAP - Grupo Executivo de Políticas para Assentamentos Populares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IOC - Instituto Oswaldo Cruz

IPP - Instituto Pereira Passos

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

MCIDADES - Ministério das Cidades

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PREZEIS - Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social

PROFAVELA - Programa Municipal de Regularização de Favelas

PT - Partido dos Trabalhadores

PDU - Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SMH - Secretaria Municipal de Habitação

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

Sumário

| | |
|--|----|
| Introdução | 14 |
| 1. Expansão das Ocupações em Manguinhos: Das Intervenções Individuais ao Anúncio da Chegada do PAC | 22 |
| 1.1 As favelas como problema na cidade do Rio de Janeiro: primeiras ocupações em Manguinhos | 22 |
| 1.2 Manguinhos: um mosaico sócio-espacial | 30 |
| 1.3 Projeto de urbanização em favelas cariocas: Manguinhos em foco | 39 |
| 2. Unindo forças em diferentes escalas: a criação do PAC como um plano político de integração e urbanização | 44 |
| 2.1 O PAC chegou! Novas promessas políticas e velhos desafios sociais | 45 |
| 2.2 Estrutura do PAC em eixos temáticos | 51 |
| 2.3 PAC - Favelas: Manguinhos em destaque | 53 |
| 3. Mudanças urbanas com a execução das obras do PAC- Favelas em Manguinhos: avaliação em campo | 59 |
| 3.1 Analisando as principais mudanças com a chegada do PAC | 59 |
| 3.2 O que mudou de fato? Quais as perspectivas dos moradores | 67 |
| 3.3 O legado das transformações urbanísticas em Manguinhos | 73 |
| 4. Considerações Finais | 80 |
| 5. Referências Bibliográficas | 82 |
| 6. Apêndice | 85 |

INTRODUÇÃO

Estudos sobre favelas no Rio de Janeiro e no Brasil estão em constantes debates nas ciências sociais e, conseqüentemente, na geografia, sempre no intuito de compreender a formação desses espaços e suas implicações na dinâmica da cidade, decorrente do seu crescimento em larga escala. Quando mencionamos compreender esses espaços, estamos indo além da mera análise factual, visto que grande parte das situações de vulnerabilidades sociais e econômicas estão presentes nas favelas e desencadeiam diversos outros problemas e demandas que merecem nossa atenção.

De maneira mais clara, é ali que vive a população excluída de direitos sociais básicos como emprego, educação, saúde e habitação, assegurados pela Constituição Federal de 1988. Alguns desses problemas são expostos e ganham notoriedade por meio das mídias, trabalhos acadêmicos, entre outros canais de comunicação que são capazes de chamarem a atenção para a urgência em pensar a favela como um espaço integrante do restante da cidade. Busca-se alternativas de amenizar tais disparidades presentes nessas áreas mais precárias através de decisões e políticas públicas de urbanização.

Devido à ausência de políticas públicas e/ou a existência de políticas de pouca eficácia que não contemplam na totalidade esse espaço da cidade, têm-se de forma acentuada o aparecimento de núcleos compostos por moradias irregulares surgindo e se multiplicando no espaço urbano. Isso faz com que os próprios moradores improvisem a captação de água e despejo de esgoto, melhorias tanto nas suas residências, nos arruamentos, calçadas e em áreas coletivas, por exemplo, nesses espaços conhecidos e reconhecidos como favelas. É o que também Mike Davis (2006, p.39) apresenta:

Os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança.

Em concordância com o autor e pensando na problemática aqui inserida, entende-se que o problema das construções irregulares e remoções vem à tona como questões antigas. Estes fenômenos ainda estão presentes nos problemas da cidade e são pautas constantes no que tange a organização e gestão do território, vide as recentes remoções ocorridas na Vila Autódromo no Rio de Janeiro, na gestão do então prefeito Eduardo Paes.

Além de abrigarem grande parcela da população, não só no Rio de Janeiro, mas no Brasil em geral, as favelas ainda carregam estereótipos e estigmas na estrutura social a qual estamos organizados e inseridos. Valladares (2000), descreve como a população moradora das favelas era percebida no período da reprodução das favelas (final do século XIX), mas que ainda se faz pertinente utilizar os estudos da autora em trabalhos sobre a temática e trazer para a discussão conceitos por ela utilizados. Em linhas gerais, pode-se dizer que esses moradores eram percebidos como *cidadãos de segunda classe*.

Estes estereótipos e estigmas que foram produzidos ao longo dos anos são significativos e causam danos em diferentes escalas aos indivíduos que vivem e convivem diariamente nesses espaços marginalizados da cidade. Assim, meios para “escapar” desses estigmas parecem ser uma saída para muitos que ali habitam devido à pressão social, ao invés de se sentirem pertencentes àquele lugar que é carregado de tantas histórias pessoais, resistências e resiliência.

Uma forma de tornar tais áreas legítimas e com *status* de legalizadas é a realização de políticas de urbanização capazes de inserir as favelas e seus habitantes de maneira integral na lógica espacial da cidade. Contribuindo com a discussão, Santos (2007) já fazia apontamentos de como os indivíduos eram distribuídos nas cidades em estágios avançados de urbanização. O autor afirma que dentro dessa lógica urbana, os indivíduos se distribuem territorialmente segundo suas classes sociais e seu poder aquisitivo e que as áreas de favelas são ocupadas por indivíduos que necessitam do auxílio do Estado na aquisição de direitos sociais básicos.

A dissertação tem como tema a análise do PAC-Favelas no Complexo de Manguinhos, situado no município do Rio de Janeiro, visando compreender como as obras de urbanização realizadas pelo programa modificaram a dinâmica dessas favelas que juntas formam Manguinhos. Diversas tentativas de urbanizar áreas de favelas foram ensaiadas nas diferentes esferas do poder público, são elas: municipais, estaduais e federal. Porém, existe um descompasso quando tais obras são executadas, pois, se entende que essas áreas de favelas diferem entre si e devem ser pensadas de forma singular para que essas políticas alcancem seus objetivos.

Ao longo da pesquisa iremos nos deparar com diferentes momentos em que Manguinhos foi sendo ocupado e se transformando em um grande complexo de favelas. As remoções sempre estiveram presentes na história do bairro. O que se reconhece como bairro hoje difere da forma em que se organizavam essas zonas. Segundo Abreu (1987), existia outra forma de classificar e dividir as áreas da cidade e esses novos limites geográficos conhecidos por bairro, só ocorreram no início do século XX. Antes, a cidade do Rio de Janeiro era conhecida e dividida em freguesias. É importante fazer essas observações de modo a delimitarmos a cronologia dos fatos.

Como mencionado, estudos e pesquisas vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos de modo a compreender como esses espaços se organizam, a origem dos moradores e qual o papel do Estado diante de problemas antigos e novos que surgem constantemente. Problemas de diferentes naturezas, pois o modo de vida precário é percebido nessas áreas, portanto, políticas e planejamento urbano auxiliam nos impactos negativos de se habitar em áreas de favela e de se perceber como morador desse espaço.

A pesquisa visa contribuir e tem como objetivo geral a discussão dos processos de urbanização frente às remoções que aconteceram em Manguinhos. O recorte espacial, como já indicado, são as favelas de Manguinhos. Como recorte temporal, a fim de demarcar um período importante na história da favela, optou-se pelo período em que foram executadas as obras do PAC. As intervenções tiveram início em 2007, durante o governo do então presidente petista Luiz Inácio Lula Silva, se estendendo até o mandato de Dilma Rousseff, que na gestão de Lula ocupava o cargo de Ministra chefe da Casa Civil (Brasil, 2007).

Desse modo, o esforço da pesquisa, não tem como foco apresentar como ocorreram os processos de favelização na cidade do Rio de Janeiro, pois se entende que tal debate já possui um extenso acervo de historiadores, cientistas sociais e também geógrafos que se debruçaram em analisar o surgimento e reprodução das favelas. Sem dúvidas, novos estudos e análises sobre a temática são importantes, mas no presente buscamos apontar como o processo de urbanização com as obras do PAC-Favela foi executado em Manguinhos e quais os impactos na dinâmica e reorganização ocorreram nas favelas. Esclarecer essa diferenciação é importante para o melhor andamento da leitura que se segue.

Além de analisar as intervenções feitas pelo PAC, o objetivo é compreender e apontar os períodos em que ocorreram os processos de favelização em Manguinhos, que

não diferem muito dos outros espaços favelados que se consolidaram na cidade, ou seja, remoções e improvisos no modo de habitar estão presentes nesta investigação.

No mapa abaixo (mapa 1), é possível observar que Manguinhos ocupa uma posição geográfica estratégica — próxima à zona portuária, principais vias expressas e arteriais que cortam o bairro —, ligando-o às diferentes partes da *urbe* e também onde existe um importante ramal ferroviário. Diante dessa lógica, entende-se as motivações para a ocupação na área de forma intensa e que justifica o surgimento das favelas anos mais tarde. O que é explicado por Gomes (1997):

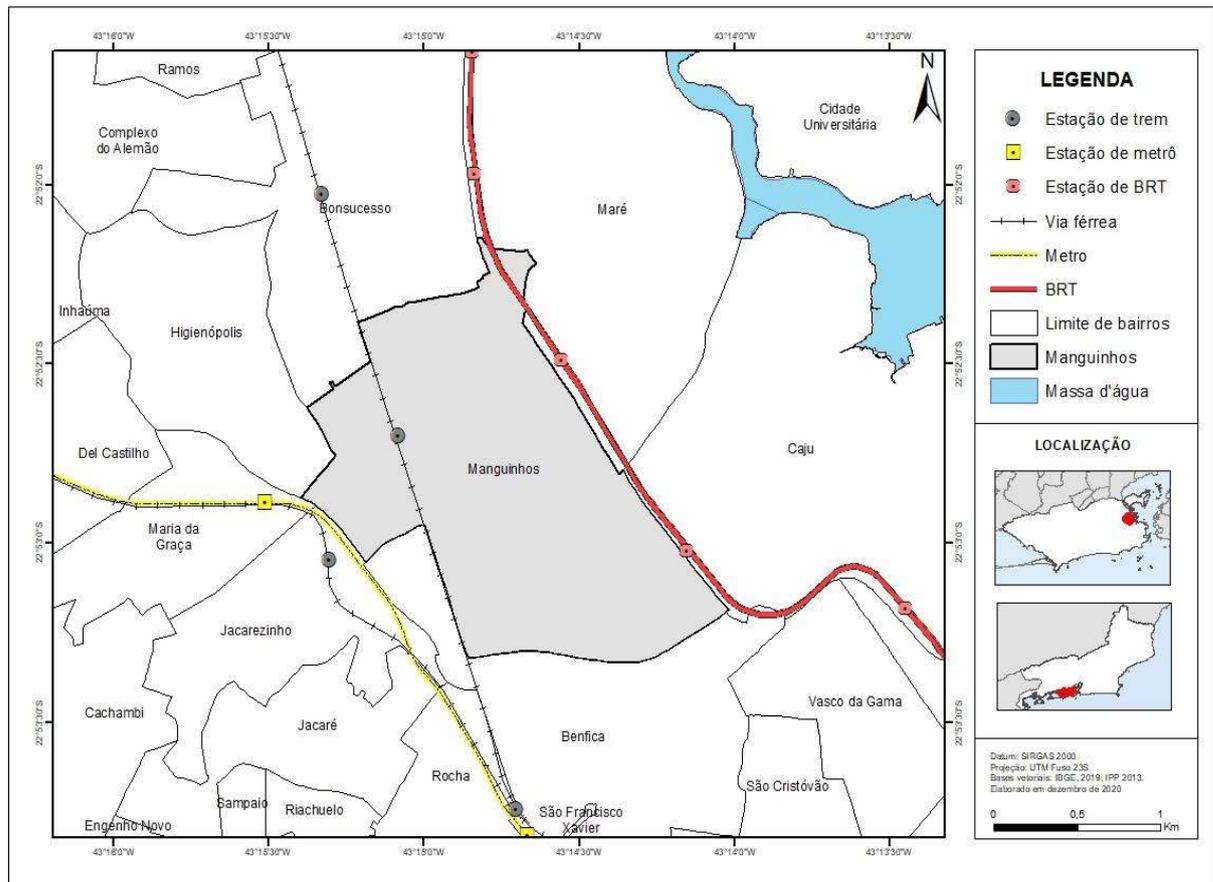
É esta lógica do arranjo espacial a questão geográfica por excelência. Neste sentido, não importa se estamos diante de fenômenos físicos ou sociais, e sim do princípio da ordem que buscamos. Evidente, o que preside as causas e os significados destas lógicas são diferentes se trabalhamos com tipos de vegetação ou se trabalhamos com a distribuição da população urbana.

Desse modo, percebe-se os fatores de atração que levaram ao rápido processo de ocupação da população mais pobre. Esta última passou a se instalar nesses espaços devido à proximidade com o centro, onde estavam concentrados os postos de trabalhos e facilidades no acesso aos transportes na realização de movimento pendular, entre outros. Além disso, empresas públicas e privadas, como sinalizadas no mapa, por questões logísticas e também a fim de reduzir o custo, se instalaram em Manguinhos. Dessa forma, contribuindo com o exposto, Santos (2007, p. 11) reforça que:

[...] então, como ideia a explorar, a de que a atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, fazendo com que certas noções consagradas, como a rede urbana ou a de sistema de cidades, não tenham validade para a maioria das pessoas, pois o seu acesso efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também do seu lugar geográfico.

Nessa direção, com o crescimento latente das favelas, que posteriormente formariam um grande complexo, tais empresas se veem obrigadas a se instalarem em outras áreas da cidade devido ao crescimento da violência urbana naquela área. Assim, tornam seus terrenos vazios passíveis de novas ocupações irregulares, o que necessitaria de um planejamento por parte da prefeitura em conter construções de novas residências irregulares e expansão da favela, o que não aconteceu.

MAPA 1 – POSIÇÃO GEOGRÁFICA DE MANGUINHOS



Fonte: IPP; IBGE 2015. Elaborado pelo autor, em 2020.

A dissertação é estruturada em três capítulos. Essa divisão auxilia na melhor compreensão da narrativa e na efetivação da metodologia adotada para a elaboração da pesquisa. A primeira etapa é composta pelo levantamento e revisão bibliográfica das obras que servirão de aporte teórico-metodológico para embasar e nortear na compreensão dos processos urbanos e transformação do espaço. Em suma, utilizaremos nessa análise autores que tratam da questão urbana frente à favelização. Estudos habitacionais revelam essas variáveis como sendo fundamentais para a reprodução de novos espaços de favelas e aumento das desigualdades sociais e econômicas na cidade.

Como se trata de uma pesquisa essencialmente geográfica, faz-se necessário analisar os fenômenos, de modo que nos auxiliem na compreensão de como as coisas se dispõem no espaço (Gomes, 1997). Assim, a produção de mapas temáticos da área estudada, elaborados e desenvolvidos com suporte de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) e com as bases cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto Pereira Passos, é utilizada na associação dos dados para composição da geografia de Manguinhos. Além disso, a utilização de imagens de satélite visa apresentar de maneira mais visual, se assim podemos dizer, como estão dispostas as favelas e a divisão do complexo no ápice de sua forma urbana.

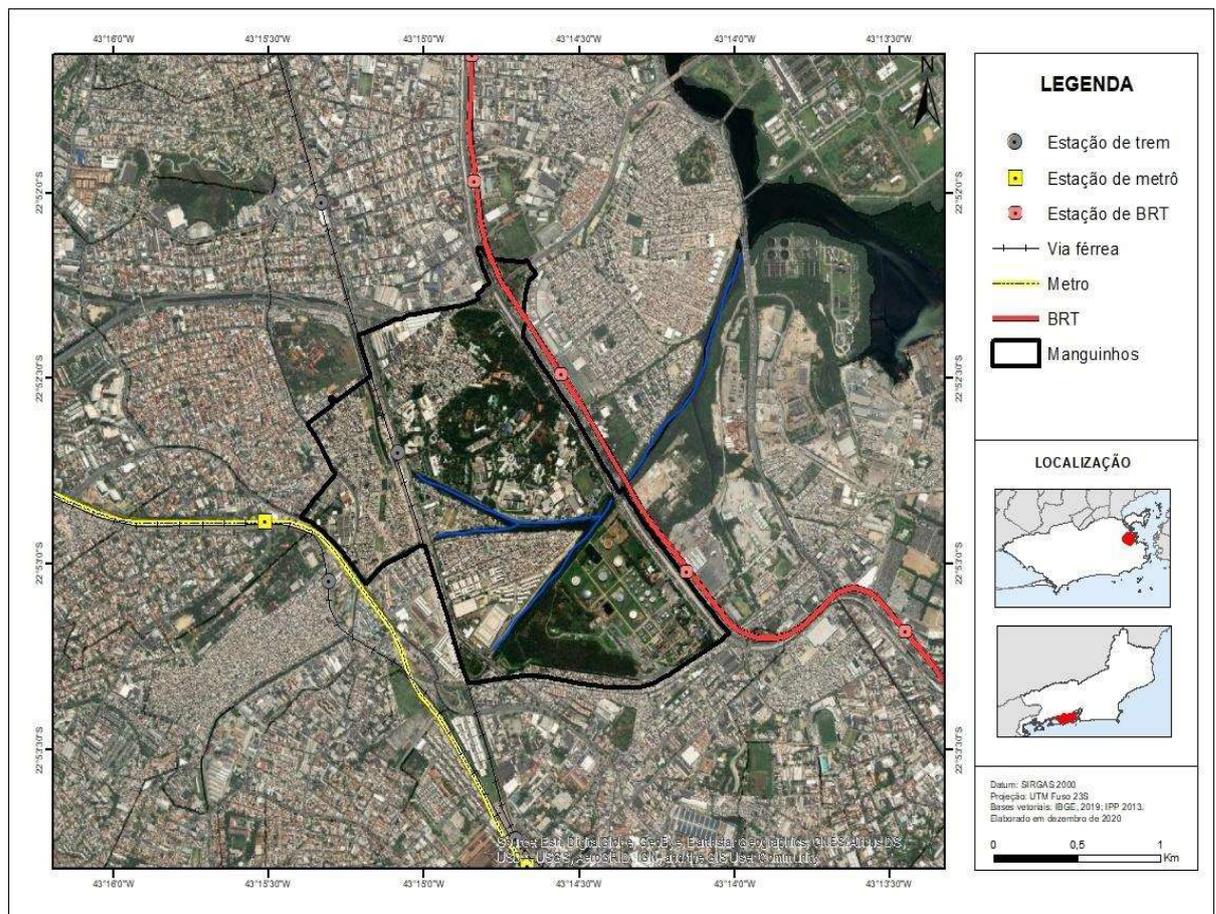
Em decorrência disso, ou seja, dessa aglomeração intensa em Manguinhos, alguns problemas ambientais também são recorrentes, pois existem ali canais fluviais que sofrem

com a ocupação latente. Os rios que cortam o complexo de favela encontram-se canalizados e suas margens estão densamente ocupadas, como pode ser observado na imagem de satélite abaixo (mapa 2). Isso reforça a importância da presente investigação em compreender os processos urbanos ocorridos na área e questionar a existência de medidas e precauções para preservar de alguma maneira as áreas ambientais ali presentes.

A imagem de satélite contendo a delimitação de Manguinhos merece um enfoque relacionado ao aglomerado de casas nela expresso. Notamos pouco ou quase nenhum espaçamento entre as casas, arruamento ou traços que expressam vias (ruas, travessas, avenidas). A escolha de observação das imagens obtidas através de satélite — que é um excelente recurso e com grandes potencialidades nos estudos sobre a evolução do espaço urbano — permite ao investigador maiores detalhes da área estudada.

Como não houve um planejamento prévio na ocupação de Manguinhos, por conseguinte a inexistência do tratamento de esgoto, são despejados dejetos diretamente nos rios. Estes desaguam na Baía de Guanabara e encontram-se com índice elevado de poluição. Cabe ressaltar que a área estudada já foi um manguezal e tais ocupações desordenadas tornaram Manguinhos um território instável, passível de frequentes remoções devido a alagamentos nas casas localizadas próximas aos rios. Todos esses fatores chamaram a atenção das autoridades competentes em se pensar um projeto de urbanização para o Complexo de Manguinhos, de modo a reparar alguns dos muitos danos sociais enfrentados por esses indivíduos que ali residem.

MAPA 2 – DENSIDADE URBANA EM MANGUINHOS



Fonte: Google Earth; IPP; IBGE 2015. Elaborado pelo autor, em 2020.

Ainda sobre os recursos utilizados nessa investigação, Santos (2014) enfatiza a potencialidade do uso das tecnologias como recursos capazes de acompanhar as mudanças que ocorrem na superfície da terra e até mesmo projetar sobre a sucessão dos eventos em períodos futuros. Isso nos leva a concordar com o autor quando o mesmo chama a atenção sobre a contribuição teórico-metodológica que a ciência geográfica nos possibilita nos estudos que afetam a dinâmica espacial contemporânea.

Em seguida, entramos em um momento mais específico do trabalho, pois no primeiro capítulo buscou-se destacar os processos urbanos que culminaram na formação dos espaços que hoje conhecemos como Manguinhos, nosso recorte espacial. De modo a compreender essa lógica da intervenção do PAC, busca-se analisar como se deram tais obras na área em questão, tendo em vista que o Complexo de Manguinhos nunca tinha experimentado uma intervenção urbanística dessa magnitude capaz de alterar a dinâmica desse território. Assim, as fontes documentais que apresentam as etapas e os recursos financeiros destinados às obras do PAC, além do cronograma de execução das propostas para a área, são trabalhados nessa etapa da pesquisa.

A terceira etapa é composta pelo trabalho de campo realizado em Manguinhos de modo a responder às perguntas da pesquisa levantadas no início da análise. Para avaliar as intervenções do PAC na favela sob a ótica dos moradores, foi necessária a utilização de questionários com perguntas semiestruturadas como ferramenta metodológica de investigação de cunho qualitativo. Na realização das entrevistas com os moradores, optou-se pela escolha aleatória dos indivíduos participantes, em locais de maior circulação e em lugares públicos e comuns aos diferentes moradores do complexo. Assim, a amostra está concentrada próximo ao Centro Cívico onde se localiza a Biblioteca Parque de Manguinhos, o Centro de Referência da Juventude (CRJ), demais espaços de convivência e próximo da estação de trem.

A realização da aplicação dos questionários e entrevistas só foi possível devido a conhecimento prévio da área e redes de contato, como liderança comunitária. Optou-se pela não divulgação das identidades dos entrevistados¹, pois se trata de uma região com recorrentes conflitos relacionados à violência urbana enfrentada na cidade.

Nessa direção, pensando em preservar a identidade dos moradores que se disponibilizaram a participar da pesquisa e de criar uma atmosfera em que o entrevistado se sentisse confortável em responder às perguntas e tivesse uma certa confiabilidade no entrevistador em expor os problemas, as demandas e questionamentos que poderiam surgir durante o momento da entrevista, optamos em não divulgar seus nomes.

De acordo com Gil (1987 p.113), a técnica da entrevista vale não apenas para coleta de dados, mas também para objetivos voltados em diagnósticos e orientações. Nesse sentido, a opção foi entrevistar os moradores de modo a obter respostas que direcionassem nossa investigação e permitir avançar na análise, extraindo informações diretas e indiretas que auxiliassem na composição dos objetivos finais. Além das respostas coletadas pelos entrevistados, foi possível obter outros tipos de informações que vão além das perguntas pré-selecionadas.

Delimitada a escolha da metodologia aqui empregada, a pesquisa se diferencia da análise quantitativa, pois de acordo com Triviños (1987, p.138)

¹ Antes da realização da aplicação do questionário e entrevista, perguntávamos se os mesmos estariam confortáveis em participar da pesquisa. Antes de qualquer coisa, apresentava-me como estudante de pós-graduação e era entregue um formulário para o entrevistado com autorização na reprodução daquelas informações. Além disso, como uma parte do trabalho de campo foi realizado no período da pandemia do COVID-19, todos os protocolos de segurança foram seguidos.

Todas estas técnicas e métodos de Coleta e Análise de Dados exigem o que não ocorre na pesquisa quantitativa: atenção especial ao informante, ao mesmo observador e às anotações de campo.

Portanto, optou-se por análise qualitativa, onde as questões ora são fechadas ora são abertas. As variáveis foram definidas pelo método não probabilístico, de amostragem por acessibilidade.

No primeiro capítulo, como nos demais, há subdivisões que norteiam a leitura de modo a organizar as ideias propostas. Assim, o esforço é resgatar e apontar os processos que culminaram na consolidação desses espaços de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Dessa maneira, a respeito das transformações urbanas na cidade, buscou-se referências que contribuíssem na construção da narrativa como reflexões de Abreu (1987) bem como Campo (2006) e Valadares (2000). Tratando dessas mudanças e explicitando o surgimento das áreas mais precárias da cidade e suas transformações.

Como optamos em uma cronologia que elucidou os diferentes momentos da ocupação de Manguinhos, a produção de mapas temáticos nos auxiliou na composição dessa narrativa. A utilização das bases de dados disponíveis no IPP, IBGE e imagens de satélite disponíveis no Google Earth nos aproxima da área estudada fazendo com que os fenômenos estejam espacializados. Com isso, entende-se que em uma análise como a presente, onde se tem a geografia como ciência principal capaz de explicar a distribuição e localização dos fenômenos, faz-se necessário a utilização de tais recursos como aponta Gomes (2017).

Com isso, o segundo capítulo tem como esforço apresentar e contextualizar o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em sua totalidade. O que de fato é nosso objetivo central no trabalho: fazer análise dos impactos causados pelo projeto em questão no que tange a urbanização da área. No texto, buscamos apresentar os eixos temáticos do programa em como o planejamento estratégico do PAC. Optamos também em debater outros projetos e programas que antecederam as obras voltadas para a urbanização das áreas de favelas nas últimas décadas, de modo a entender como esses espaços eram vistos e priorizados pelas autoridades públicas. No caso do nosso recorte, entende-se que o PAC foi o projeto mais importante e efetivo desde as primeiras ocupações em Manguinhos.

Ao iniciarmos a análise sobre as novas políticas de urbanização em áreas de favelas no país e sobre a redistribuição de renda, prioridade no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, filiado ao partido dos trabalhadores (PT), é pertinente recorreremos a Singer (2012) para compreendermos de forma eficaz como se deu o período que o autor chama de *lulista*. Tal movimento foi de suma importância para a ascensão da classe mais pobre através de políticas afirmativas, segundo o autor.

Contribuindo com estudos sobre o PAC e programas de urbanização, Denaldi (2003); Cordeiro (2009); Maricato (2011); Trindade (2012) e Petrarolli (2015) abordam de maneira clara a execução de obras em diferentes cidades brasileiras, os objetivos dos programas, assim como avaliam o período em que o mesmo esteve vigente.

No primeiro tópico deste capítulo, a fim de contextualizar a inclusão de novas políticas públicas para áreas de favelas, recorreremos ao conceito de cidadania utilizado por Holston (2013), Santos (2007) e Oliveira (1999). No início do texto abordamos os principais fatores da população brasileira mais pobre não se perceber como cidadãos por diversos direitos negados e estes começam a ser reivindicados no período da redemocratização brasileira avaliando como positiva fazer tal abordagem, pois corrobora com a discussão aqui proposta.

A explanação que Holston (2013) retrata sobre a questão da cidadania no Brasil entre as décadas de 1980 e 2000 é importante para compreendermos como os movimentos

sociais do período analisado ganharam força e se organizaram de modo a readquirir seus direitos básicos como cidadãos. Santos (2007) diz que a cidadania começa por definições abstratas e que tratar a questão do “ser cidadão” pelo ângulo geográfico é um caminho mais fácil, analisando como se divide territorialmente os indivíduos. O autor segue apresentando diferentes contextos sociais de diversos países, porém o caso da sociedade brasileira é mais relevante para compor nossa narrativa. Já nas análises sobre cidadania, Oliveira (1999) parte da escala territorial de cidade para contribuir com a discussão.

O terceiro e último capítulo tem como proposta apresentar as expedições de campo e entrevistas com os moradores de Manguinhos, bem como analisarmos através de imagens de satélite períodos das transformações ocorridas em Manguinhos desde o início das obras do PAC até a data da elaboração desta investigação. Nessa direção, apresentamos os resultados preliminares que propomos no início da pesquisa, que avaliam as mudanças dentro de Manguinhos a partir das obras do PAC. Foram mudanças em diferentes níveis de execução, como: obras de urbanização, reconfiguração das áreas de favelas, novas habitações, novas remoções e construção de equipamentos de lazer e cultura.

Por fim, as considerações finais da pesquisa apontam a relevância de se trabalhar a temática à luz da geografia, pois a mesma pode contribuir na compreensão tanto de avaliações do programa em questão quanto para perceber as alterações espaciais que ocorreram em Manguinhos. Além de afirmar que políticas públicas são importantes e eficazes para áreas de favelas, quando se tem um estudo prévio do local e consequentemente manutenção dos equipamentos e obras executadas ali.

1 – EXPANSÃO DAS OCUPAÇÕES EM MANGUINHOS: DAS INTERVENÇÕES INDIVIDUAIS AO ANÚNCIO DA CHEGADA DO PAC

A temática escolhida para compor esta investigação, tem como plano de fundo as obras de intervenções urbanas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Favelas de Manguinhos, localizado no município do Rio de Janeiro. Essas intervenções tiveram início no segundo mandato do então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva e se estendeu até o mandato de Dilma Rousseff, ambos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Importante ressaltar que a presente pesquisa tem como recorte espacial o Complexo de Manguinhos, porém a atuação do programa e das obras de intervenções urbanas se deu em diferentes cidades brasileiras. Inclusive em outras favelas do município do Rio de Janeiro como é o caso do Complexo do Alemão e Rocinha. Como o programa foi organizado em eixos, cada um apresentou proposta de modo a atender a demandas específicas. Iremos salientar mais à frente sobre a estrutura desses eixos para uma melhor compreensão.

Neste primeiro capítulo, nos debruçamos em apontar como ocorreu o surgimento e a reprodução das favelas que hoje conhecemos como Manguinhos. Fazer esse resgate é importante para que possamos compreender a formação dessas favelas e consequentemente analisarmos as justificativas dessa área ser contemplada para receber tais intervenções.

Além disso, é válido conhecer o território através dessa narrativa por mapas e imagens de satélite por justamente se tratar de uma análise essencialmente geográfica, que permite uma observação diferenciada, ou seja, um olhar geográfico dos problemas apresentados. Dessa forma, nas sessões que se seguem, optou-se em uma organização textual que facilite a leitura e a contextualização e leve o leitor a compreender como se deram as etapas dessa pesquisa.

1.1 – AS FAVELAS COMO UM PROBLEMA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: PRIMEIRAS OCUPAÇÕES EM MANGUINHOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os processos ocorridos na formação das favelas que hoje compõem o Complexo de Manguinhos², um debate teórico-metodológico acerca da temática de urbanização e o papel da geografia como uma ciência que trabalha com o ordenamento espacial das coisas, pessoas e fenômenos, ou seja,

² Esse termo passou a ser utilizado logo após a implementação do PAC e adotada pelo Estado, em especial pela polícia, que por Manguinhos e outras favelas da cidade serem formadas por diferentes favelas dentro de um mesmo território, as autoridades policiais passam a denominar tais áreas como complexas. Tal termo, causa estranhamento entre os moradores de Manguinhos. No trabalho de campo realizado, podemos perceber que os moradores nunca ou quase nunca referenciam Manguinhos como “Complexo de Manguinhos”. Sem dúvidas, o uso desse termo reforça o estereótipo de uma localidade violenta e composta por pessoas pobres e marginalizadas de direitos.

Neste trabalho, em alguns momentos nos referenciamos à Manguinhos como “Complexo de Manguinhos”, pois em diferentes bibliografias que serviram de suporte na elaboração dessa dissertação encontramos o termo em questão.

analisa o comportamento do indivíduo e fenômenos nesta lógica espacial (GOMES, 2017, pg. 145).

Ao longo do texto que se segue, é possível observar que tais assentamentos surgiram de formas distintas e apresentam processos de ocupações heterogêneas. O surgimento das diferentes favelas, que hoje são percebidas como Manguinhos, originou-se em grande parte, das transformações urbanísticas no início do século XX, ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, contribuindo no adensamento populacional dos espaços de favelas nas áreas mais afastadas da cidade.

Em Manguinhos o processo não foi diferente. O bairro localizado na zona norte recebeu um contingente populacional oriundo tanto das remoções que aconteceram na cidade quanto de pessoas que buscavam local de moradia. Desse modo, iremos expor alguns desses processos de modo a responder as perguntas iniciais desta pesquisa.

Alguns desses acontecimentos serão apontados neste trabalho a fim de elucidar como se deu a formação desses novos espaços na cidade que até os dias atuais são vistos como insalubres, violentos e conseqüentemente são invisibilizados pelo poder público, no que tange à implementação de políticas públicas de moradia digna, saneamento, saúde e educação para a população residente das favelas, como apontam os documentos/estudos do Observatório das Favelas (2018).

Essa é uma das problemáticas que consideramos na pesquisa, já que os espaços aqui explicitados foram ignorados por um longo período na história da cidade, no que se refere a integração (com outras partes da *urbe*) e o direito à mesma. Nessa direção, Gomes (2013, p.33), aponta que para um fenômeno tornar-se visível, o mesmo necessita de uma disposição espacial favorável, ou seja, o que torna um objeto ou lugar visível do ponto de vista geográfico é a posição. Assim a espacialidade é uma condição fundamental para a visibilidade. E nesse contexto muitas favelas da cidade inclusive Manguinhos estão localizadas em áreas próximas do centro o que em suma favorece na relação de maiores oportunidades de emprego, se pensarmos nessa lógica de emprego, moradia e lazer.

Com isso, as áreas pertencentes às favelas foram colocadas em segundo plano pelo Estado no início do século XX, tornando-se “invisíveis” nos mapas oficiais da cidade justamente por serem percebidas como um “problema” devido às características que possuíam. Além de serem percebidas como um problema urbano e sanitário por terem ali habitações aglomeradas, em geral ilegais, sem arruamentos, contendo becos e vielas, ausência e/ou precárias ofertas de serviços públicos (água, luz, esgoto, áreas de lazer, saúde e transporte), estavam presente os estigmas e estereótipos que a população sofria. O que não mudou significativamente nas favelas contemporâneas.

Pensando como as áreas de favelas foram se consolidando, é interessante apontar para a dinâmica das remoções que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1950. Tais acontecimentos possuem ligações direta com as ocupações e surgimento de espaços favelados em diferentes pontos da cidade no período aludido, o que foi motivo de preocupação para as autoridades que tentavam controlar as construções que aconteciam de forma cada vez mais latente e desordenada (VALLADARES, 2000; ZALUAR, 2006). Estas remoções impulsionaram em grande escala o surgimento de habitações irregulares que se espalharam na cidade em um ritmo cada vez mais acelerado devido à urgência de se ter uma habitação.

É importante reportar-se a essas mudanças e ocorrências que se faziam presentes na dinâmica da cidade, de modo a compreender como se deu a formação de Manguinhos. Tais processos apontados se conectam a todo momento durante este trabalho quando apresentamos o surgimento das favelas que hoje pertencem ao complexo de favelas em Manguinhos e quando debatemos sobre as remoções ocorridas na cidade.

Cabe destacarmos que as remoções da população mais pobre das áreas centrais de uma cidade são políticas frequentes em diferentes países do mundo. Davis (2006) revela que as remoções estiveram presente em países como Índia, Angola, África do Sul, Brasil entre outros, de forma a redesenhar e delimitar um controle social em áreas ditas valorizadas. O autor aponta que os Estados intervêm sempre a favor dos proprietários e investidores interessados em “transformar” e valorizar as áreas centrais e mais valorizadas para a especulação imobiliária, causando assim as remoções. Davis (2006, p.106) diz que:

A escala contemporânea de remoção populacional é imensa: todo ano centenas de milhares, por vezes milhões de pobres – tanto aqueles que têm a posse legal quanto os invasores – são despejados à força de bairros do Terceiro Mundo. Em consequência, os pobres urbanos são nômades, “moradores transitórios num estado de perpétuo de realocação”[...]

Quando discutimos sobre remoções *versus* urbanização, temos em mente que tais variáveis fazem parte do processo para que de fato aconteça o progresso ou melhoria dessas áreas de favela se assim podemos pontuar. Valla (1986), já chamava a atenção sobre essas questões de remoções frente à urbanização. Na verdade, Valla fazia uma crítica sobre como eram conduzidas as obras de urbanização na cidade do Rio de Janeiro na década de 1980. O autor diz que primeiro existe a ideia de remover a população dos seus bairros para que aconteça a urbanização e em seguida a valorização da área. De forma que os antigos moradores não conseguem se manter ali novamente, visto que com a valorização da área, o solo fica encarecido e os mesmos não conseguem permanecer ali, buscando novas alternativas de moradias.

[...] Agora, a tendência parece ser: mercado — apropriação — remoção, isto é, urbaniza-se, valorizando-se; portanto, preço da terra é regido pelas regras do mercado e, finalmente, os moradores são obrigados a abandonar a região, sendo vítimas de uma “remoção silenciosa” (Valla, 1986 p. 162).

Retomando a discussão para o nosso recorte e fazendo algumas associações em que revelam as ocupações em Manguinhos, compreende-se que o mesmo é um território marcado por processos heterogêneos de ocupação ao longo da sua formação enquanto espaço em disputa até o surgimento do principal projeto de política de urbanização, o PAC. Podemos dizer que após as intervenções do programa, se tem a consolidação desse conjunto de favelas. Os processos ocorridos na favela de Manguinhos foram diversos, como descritos nos tópicos seguintes. Assim, tais processos fizeram desse território receptor de uma grande população que começara a dinâmica de transformar o vazio em forma.

O surgimento do primeiro núcleo de favelas na cidade do Rio de Janeiro, segundo estudos de Abreu (1987), foi a ocupação do Morro da Providência, que se constituía em moradias precárias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Muitas pessoas sem ocupações laborais e sem acesso à educação faziam parte dessa ocupação. Em decorrência da falta de oportunidades de emprego e educação, se tem um índice alto de analfabetos e desempregados que reforça os estereótipos do lugar como sendo marginalizado.

As demais favelas que surgiram após esta mencionada, trariam consigo os mesmos estigmas e estereótipos de espaços improvisados e de pessoas que viviam às margens de

direitos básicos, estes capazes de inserir a população das favelas no contexto social organizado, se assim podemos pontuar.

Nessa direção, um apontamento feito por Santos (2007) nos leva a concordar com o autor quando o mesmo diz que os direitos sociais garantem aos indivíduos um padrão de vida decente, uma proteção mínima contra a pobreza, a saúde e violência. Essa é uma reflexão bem pertinente quando falamos não só sobre espaços de favelas, mas quando discutimos sobre as dificuldades enfrentadas pela população que já nasce com a pobreza enraizada em suas histórias de vida. Ultrapassar as barreiras sociais ao longo da vida são questões que esses indivíduos enfrentam no cotidiano.

Assim, nesse período (início do século XX), os espaços de favelas se tornavam cada vez mais expressivo na cidade passando a abrigar a população que não tinham condições para se instalarem em bairros com infraestrutura adequada que pudessem oferecer moradia digna para suas famílias e conseqüentemente não eram assistidas em políticas públicas de habitação e assistencialista.

Fazendo uma reflexão sobre possíveis causas e conseqüências do surgimento das favelas na cidade, nos deparamos com diferentes momentos e transformações urbanísticas que ocorreram na cidade, a fim de construir um espaço com status e características modernas³. Uma das mais importantes e que cabe ressaltar, foi a Reforma Pereira Passos (1903-1906), que remodelou e ficou conhecida por obras na área central que buscavam justamente o que mencionamos, a modernização da cidade do Rio de Janeiro. Com ruas mais alargadas, construções de novos edifícios entre outras melhorias que atendessem os interesses e necessidades do capital e da sociedade mais sofisticada.

Antes desse período citado, mas que contribui com o debate e entendimento do surgimento dessas áreas na cidade, Campos (2007, pg.72) associa a expansão das favelas à questão da habitação que não era condizente com a demanda da população, ou seja, existia um grande número de pessoas na cidade que não possuíam habitações de forma legal ou regular, daí moradias em áreas de favelas tornaram-se alternativas para a população mais vulnerável economicamente, a fim de sanar e minimizar o problema corrente na cidade. Nesse momento ainda não temos áreas faveladas como conhecemos hoje, mas sim núcleos que originaram as favelas, ou seja, núcleos de habitações improvisadas e demais características que associados, percebe-se como as favelas.

Nessa direção, as remoções aconteceram devido uma maior valorização do solo na área central e arredores, fazendo com que a população que antes se instalavam ali, migrassem de maneira compulsória para outras áreas da cidade que contavam com infraestrutura precária não só de habitação, mas de transportes, visto que a concentração de empregos estava ligada diretamente ao centro (ABREU, 1987). Assim, pode-se observar uma amplitude na desigualdade social no período exposto, pois a população mais pobre foi quem mais sofreu com as remoções para áreas mais afastadas da cidade.

Reportar-se à perspectiva histórica e geográfica do surgimento dos *núcleos de favelas* na cidade, ajuda na compreensão de como tais áreas se formou e se transformou ao longo dos períodos e como a mesma encontra-se consolidada atualmente, ou seja, como o espaço está organizado a partir dos processos ocorridos em diferentes momentos aqui apresentados. Em análise de leituras e documentos que tratam da temática do surgimento das favelas, é possível perceber traços marcantes da evolução e transformação desses espaços e que ainda são vistos como dicotômica cidade/favela ou asfalto/favela⁴.

³ A história do surgimento das favelas no Brasil e no Rio de Janeiro é encontrada nas diversas literaturas das ciências sociais. Neste trabalho não iremos explorar de forma tão profunda tal temática, pois nosso objeto é justamente perceber o surgimento de uma favela a partir do contexto do Rio de Janeiro.

⁴ Este termo foi muito utilizado pela própria população das favelas para distinguir quem morava nas favelas e quem morava nos bairros, reconhecidos como áreas e casas “legais”.

É preciso aqui dissociar que os problemas urbanos relatados durante a análise dos surgimentos das favelas no Rio de Janeiro, estão diretamente ligados à população mais pobre e que os mesmos são responsáveis em acentuar a pobreza, devido ao seu comportamento reprodutivo e migratório. Este estigma muito reproduzido pelo Estado para a população mais pobre se fez presente durante muitos anos. Porém, compreender que a ausência de políticas públicas que assistam esta população mais vulnerável, reforça e perpetua as desigualdades sociais dentro da estrutura social a qual estamos inseridos.

Todos esses fatores discutidos, mesmo que de forma preliminar, auxiliam na construção de narrativas sobre o processo e surgimento das favelas de Manguinhos, que é o eixo norteador deste trabalho. Assim, faz-se necessário apontar de forma precisa os principais “marcos” históricos e geográficos ocorridos nesta favela, que sofreu e ainda sofre com ações capazes de transformar e alterar sua morfologia.

Sendo assim, uma das questões que nos inquietou ao iniciarmos as pesquisas sobre Manguinhos, foi a origem do nome dado ao local em si. Intuitivamente, pensamos sobre áreas compostas por mangue, pois é o que tem maior ligação. Nessa direção, Costa e Fernandes (2009), apresentam de forma mais reveladora como era a área que hoje conhecemos por Manguinhos⁵. Os autores indicam, como uma área composta por um grande manguezal, com rios desaguardo na Baía de Guanabara, abrigando diferentes ecossistemas e que por estar inserido em uma cidade que passava por um processo de urbanização e industrialização latente, devido a emergência habitacional e econômica, teve grande parte aterrada dando lugar a novas ocupações sem nenhum planejamento prévio combinado à uma preocupante degradação ambiental.

Conforme indicado acima, as transformações na cidade ocorriam em larga escala a fim de acompanhar outras cidades do mundo no que se refere ao processo de industrialização, deixando para trás o rótulo de um Brasil e de uma cidade rural, de economia agrícola e população predominantemente do campo. Com isso, é importante mencionar como a cidade se moldava perante a essa nova realidade de modernização e consequentemente como isso se refletiria em Manguinhos.

Toda mudança traz consigo consequências que ora conseguimos perceber de maneira imediata e ora conseguimos notar tais mudanças com o passar dos anos. Além disso, em uma cidade em constantes transformações, alguns elementos contidos nela se tornam impulsionadores para que tais mudanças ocorram de forma mais rápida. Dessa forma, existe a linha férrea em Manguinhos que antes se chamava estação Amorim (atual estação Manguinhos) e fazia ligação com outras estações que juntas faziam o embarque e desembarque de passageiros, efetivando de fato a função de transporte de pessoas e de cargas que necessitavam de circular na cidade, já que os transportes públicos eram precários o que dificultava a circulação da população.

Embora ainda não tivesse nenhuma ocupação na área (hoje conhecida como Manguinhos), podemos apontar que a “estação” foi a primeira intervenção que impulsiona mais tarde a ocupação por moradias, devido a posição geográfica estratégica e o elemento/objeto (linha férrea), fundamentais para a caracterização da visibilidade, conforme expressado por Gomes (2013).

Seguindo uma ordem cronológica que nos possibilite acompanhar os processos de ocupação de Manguinhos, em 1901 conforme expresso no mapa (mapa 3), passa a abrigar um dos maiores centros de pesquisas do Brasil e atualmente do mundo que é a Instituto Soroterápico, mas que em 1908 passou a denominar-se Instituto Oswaldo Cruz (IOC).

⁵ As informações encontradas fazem parte de COSTA, Renato Gama-Rosa e FERNANDES, Tânia Maria. **História de Pessoas e Lugares: memórias das comunidades de Manguinhos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

A construção do Castelo, que sem dúvida é a obra de arquitetura que mais representa o instituto, reuniu centenas de trabalhadores até que a construção pudesse ser concluída. Muitos trabalhadores se empenharam trabalhando na construção deste castelo e das outras áreas externas do instituto que carrega o nome de um dos mais renomados médicos, Oswaldo Cruz, que apresentava no período em questões, estudos avançados sobre vacinas e doenças de chagas, chamando assim a atenção da comunidade de saúde não só brasileira como também mundial (COSTA E FERNANDES, 2009).

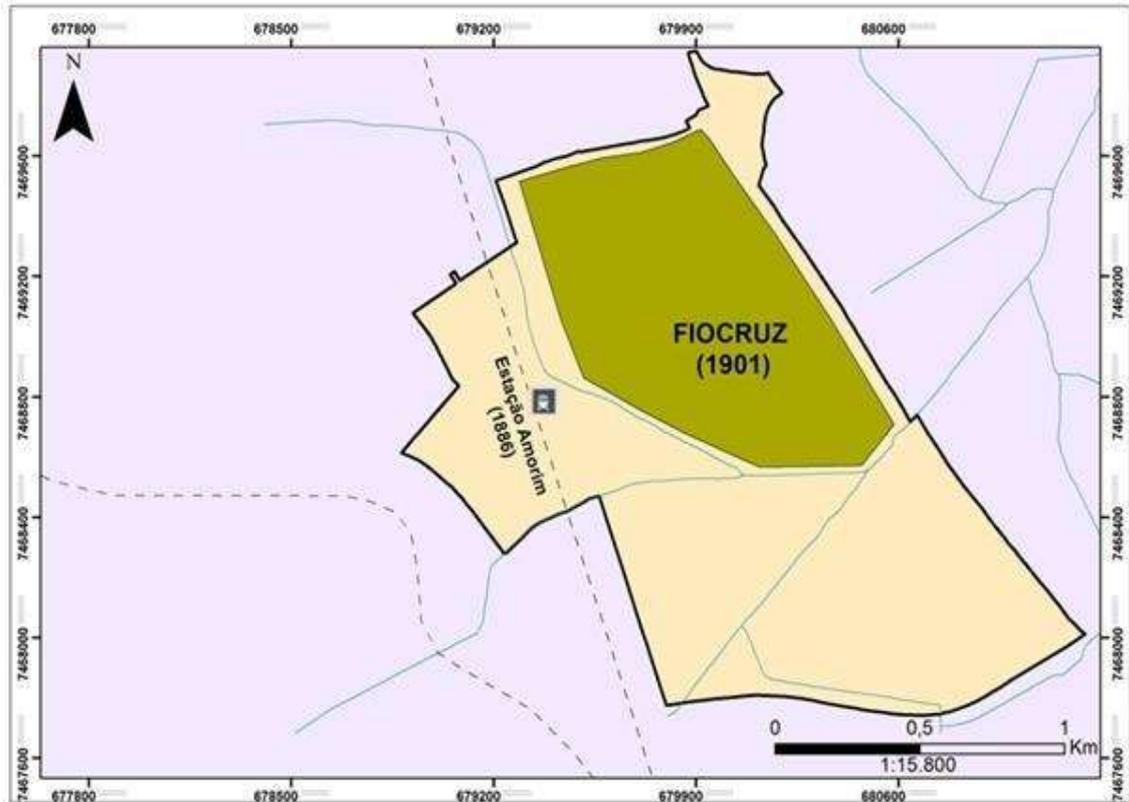
A área que hoje pertence ao IOC, era formada por grandes hectares de fazenda de famílias oriundas da Europa e que tinha como função econômica a produção de alimentos com fins de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e também a exportação, como indica Trindade (2012, p.18). Ao longo das obras de construção, foram cedidos para alguns trabalhadores pequenos lotes de terra, onde deveriam construir suas casas, na intenção de ficarem mais próximos ao trabalho, já que morar longe dos postos de trabalho era sinônimo de muitos sacrifícios com transporte precários e muitas horas nesse movimento pendular, causando desgastes físico e mental para esses trabalhadores.

Entre o período de 1900 a 1930, muitas transformações urbanas aconteceram na cidade e que refletiram no surgimento de novos núcleos de favelas. Nessa direção, a paisagem carioca ganha novos elementos que contrasta com toda a paisagem idealizada pelos arquitetos e urbanistas com seus projetos de obras que tinham como objetivo modernizar a cidade. Assim, o aparecimento de novos núcleos de favelas que se espalharam pela cidade se dá pelo fato de políticas de remoções estarem acontecendo nessas áreas centrais e que de fato a população mais pobre foi afetada. Então, entende-se que tais projetos urbanos não eram pensados para essa população mais vulnerável. Em outras palavras, no período analisado, não era interessante para as autoridades públicas pensarem em políticas para esses indivíduos, mas sim políticas que valorizem algumas partes da cidade e não a cidade como um todo.

É o que salienta Abreu (1987, p.82) quando diz que:

O período 1906 – 1930 caracterizou-se pela expansão notável do tecido urbano do Rio de Janeiro, processo esse que se efetuou de maneira distinta no que se refere a dois grandes vetores de crescimento da cidade. De um lado, a ocupação das Zonas Sul e Norte pela classe média e alta intensificou-se, e foi comandada, em grande parte, pelo Estado e pelas companhias concessionárias de serviços públicos. De outro, os subúrbios cariocas e fluminenses cada vez mais se solidificaram como local de residência do proletariado, que para aí se dirigiu em números crescentes. Ao contrário da área nobre, entretanto, a ocupação suburbana se realizou praticamente sem qualquer apoio do Estado ou das concessionárias de serviços públicos, resultando daí uma paisagem caracterizada principalmente pela ausência de benefícios urbanísticos.

MAPA 3 – INSTITUTO OSWALDO CRUZ⁶



Fonte: IPP; IBGE 2015. Elaborado pelo autor, em 2020.

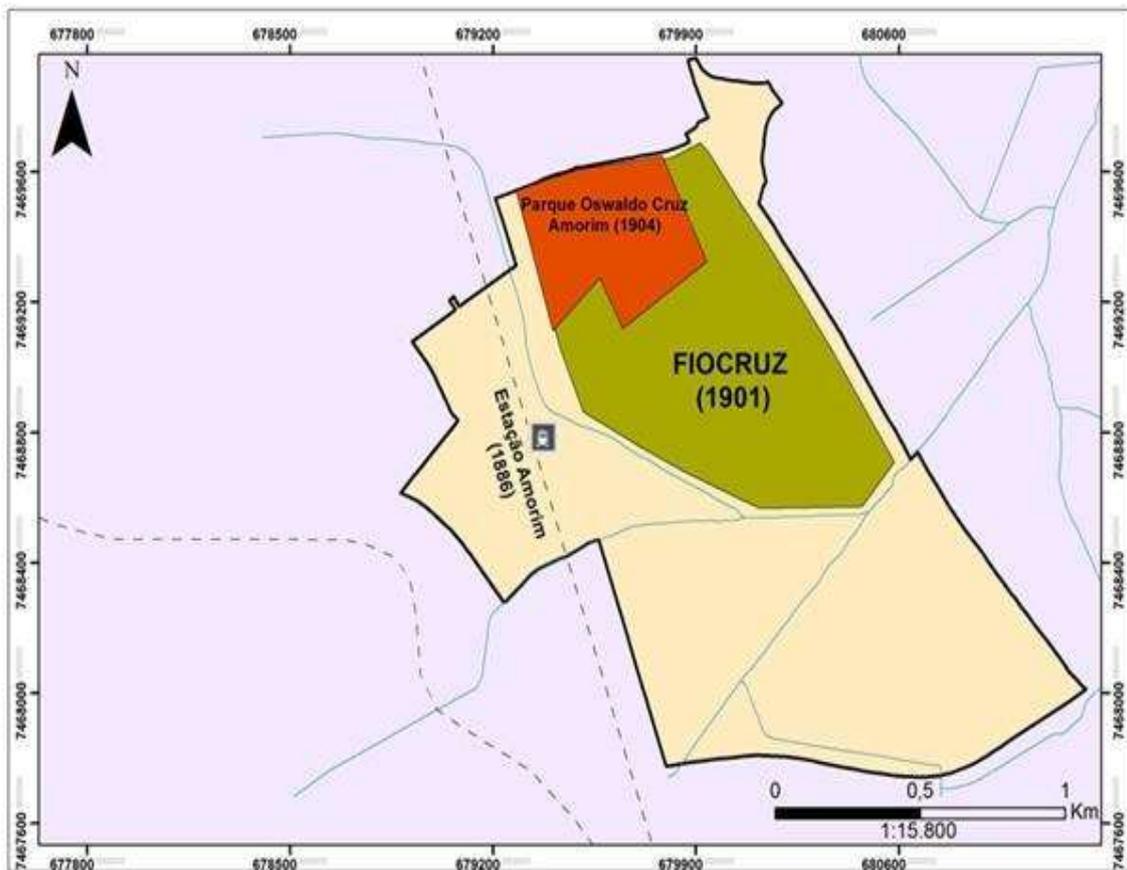
Nesta direção, quando apontamos que houve as primeiras distribuições de lotes no terreno do IOC, de forma inicial, temos os primeiros núcleos de ocupação acontecendo. Em 1904, conforme expressado na imagem abaixo (mapa 4), surge a primeira “favela”, se assim podemos destacar, pois nesse momento ainda não tínhamos uma ocupação com grandes proporções que se configura como espaços de favela, mas ao longo dos anos o aumento da população foi se intensificando e surgindo novas habitações improvisadas e novas ocupações irregulares.

Esta primeira ocupação foi denominada de Parque Oswaldo Cruz, que também é conhecido por Morro do Amorim, iniciando os impactos na dinâmica urbana do local. Trindade (2012, p.23), indica que a origem dos nomes da localidade em questão é uma homenagem ao médico do instituto ali presente – Oswaldo Cruz- e também de uma das fazendas da família Amorim ali existente.

⁶ Este mapa apresenta as delimitações do terreno que hoje é conhecido como o bairro de Manguinhos e o terreno pertencente à Fiocruz. Por se tratar de uma representação de 1901, nesse período o bairro em questão, ainda não estava configurado como no presente e o mesmo não tinha as delimitações oficiais como apresentamos na representação cartográfica. Como discutido ao longo desta dissertação, a inclusão das favelas nos mapas do município do Rio de Janeiro data a partir da década de 1980. Com isso, Manguinhos só é reconhecido como bairro em 1988 (Decreto Municipal nº 7.980, 12/08/1988).

A intenção na representação é facilitar o entendimento na formação de Manguinhos para o leitor, visto que seguiremos uma cronologia a fim de elucidar os fenômenos que culminaram na formação do bairro/complexo analisado.

MAPA 4 – PARQUE OSWALDO CRUZ/ AMORIM (1904)



Fonte: IPP; IBGE 2015. Elaborado pelo autor, em 2020.

Este primeiro núcleo formado em Manguinhos se distingue das demais áreas que surgiram após a década de 1940. Se distingue por diferentes aspectos como, por exemplo, a morfologia. O Parque Oswaldo Cruz fica localizado em uma área íngreme que é na realidade a única área com estas características em Manguinhos. Nas partes mais baixas do Morro do Amorim/Parque Oswaldo Cruz, encontram-se casas com estruturas típicas de outros bairros do subúrbio carioca (casas mais arejadas, com espaçamentos entre uma e outra) e ruas largas. Na parte mais alta do morro, há casas verticalizadas e cômodos menores, improvisados, becos e vielas que se assemelham a outras ocupações caracterizadas como favelas, na cidade do Rio de Janeiro.

Esta primeira favela a se formar em Manguinhos vem carregada de muitas particularidades que é possível notar até os dias atuais. No terceiro capítulo deste trabalho, apresentaremos de forma mais explícita, alguns resultados que foram possíveis obter, após a realização de trabalho de campo na área de estudo sobre este primeiro núcleo ocupado⁷. Por ora, cabe mencionar que em entrevistas aos moradores do Amorim, a fim de identificar suas percepções sobre as mudanças no bairro ao longo do tempo e com a

⁷ Através de entrevistas com alguns moradores de Manguinhos, conseguimos identificar como eles percebem esses espaços que formam Manguinhos de maneira tão heterogênea. Como a formação da área de estudo em questão, se deu de forma gradativa e em diferentes décadas, foi importante realizar entrevistas com moradores de diferentes favelas para compreender as percepções dos mesmos.

chegada do PAC-Manguinhos, muitos disseram que não identificam o Amorim como pertencentes ao bairro/favela de Manguinhos.

Além disso, muitos moradores alegam não saber que o Parque Oswaldo Cruz/Amorim pertencem a Manguinhos, pois em sua maioria, a população desta favela considera fazer parte do bairro vizinho (Bonsucesso), por apresentar características típicas de um bairro de classe média e não do conjunto de favelas que forma o complexo de Manguinhos.

De maneira mais específica, não conseguimos identificar, no primeiro momento do trabalho, o porquê desse “afastamento” dos moradores do Amorim com o restante das favelas que formam o complexo de favelas em questão. Na fala dos moradores era notório o incômodo quando questionados sobre como enxergavam a localidade no presente. Aliás, cabe ressaltar que as obras de urbanização do PAC, não beneficiaram diretamente a essa favela.

Outra importante observação sobre o porquê deles não se identifica com as demais áreas que compõem o complexo, notou-se que os estereótipos que as demais favelas possuem soam como negativos para os moradores do Amorim. Elementos negativos, pois a mídia reporta as favelas de Manguinhos como “faixa de gaza”, com muitos usuários de drogas, pobreza com crescimento exponencial. Com isso, tais moradores preferem se desassociar do resto de Manguinhos.

E de fato, esse primeiro núcleo de habitação popular, se diferencia dos demais até hoje, pois encontramos presentes na localidade empresas de segurança, de logísticas e muitos moradores que são ex-militares e aposentados. A presença do tráfico de drogas também é inexistente, o que não encontramos nas demais favelas que compõem o Complexo de Manguinhos.

Como consta nos mapas apresentados aqui, a Fiocruz se localiza no bairro de Manguinhos e também é próxima geograficamente das favelas que formam o bairro. É interessante pontuar a atuação do instituto com a favela em diferentes projetos sociais. Projetos atuantes na área da saúde e meio ambiental que é desenvolvido pela intuição e que conta com a participação da população que moram em Manguinhos. Além disso, conseguimos perceber que muitos moradores de Manguinhos trabalham como empregados terceirizados dentro da Fiocruz, o que muitos declaram com satisfação em fazer parte dessa instituição mesmo que indiretamente.

1.2 – MANGUINHOS: UM MOSAICO SÓCIO-ESPACIAL⁸

Como já antecipado, a ocupação em Manguinhos se deu de forma fragmentada ao longo dos períodos e influenciou diretamente na organização interna da favela que hoje se consolidou como um grande Complexo de Favelas. Com isso, existem diferenciações internas devido às ocupações terem acontecido em momentos diversos e adquirindo particularidades em sua organização. Assim, os novos núcleos que surgiam constantemente tornavam a gestão do território cada vez mais complexa para as autoridades públicas do município do Rio em termos de pensar políticas de urbanização.

⁸ Souza (2013, p. 15), aponta o termo “sócio-espaciais” e não “socioespaciais” indica a ocorrência de um fenômeno que, mais do que possuir o “social” como qualificante (justificando a grafia *socioespacial*), depende “direta e plenamente” das relações sociais para se manifestar e ser analisado (o que explica a ocorrência da palavra com o hífen).

Dessa forma, alguns projetos de melhoramento para área e estudos para implantação de um bairro industrial foram propostos para Manguinhos entre as décadas de 1920 -1930 pela prefeitura, a fim de tornar a área, um bairro para a classe mais pobre/trabalhadora.

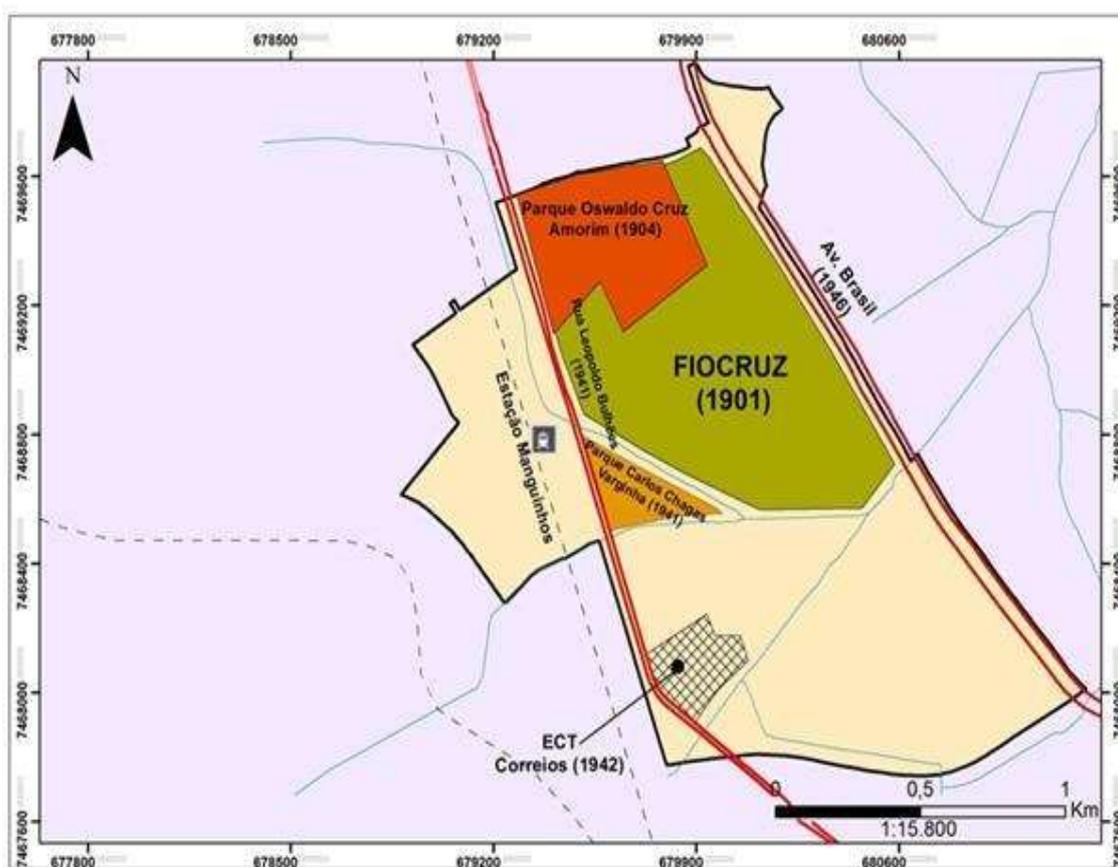
A área de Manguinhos e seus arredores (tratada como parte da denominação Baixada Fluminense) foi indicada como bairro industrial pela proximidade com a área central da cidade e a região portuária, e ainda por obras de saneamento e urbanização ocorridas desde a década de 1920 (TRINDADE, 2012, p. 30, apud FERNANDES, T. e COSTA, R, 210, p. 78).

Dessa maneira, percebe-se que a área analisada já era pensada em termos estratégicos no que tange a uma ocupação da população mais pobre e com isso, mudanças significativas seriam notórias a partir da década de 1940 devido a transformações ocorridas na cidade que refletiu diretamente em Manguinhos. O mapa abaixo (mapa 5) é capaz de apresentar as mudanças mencionadas e também se faz necessário analisarmos o mapa além de uma representação cartográfica, mas como processo.

Quando analisamos o mapa como uma sucessão de processos conseguimos notar facilmente que em poucos anos Manguinhos cresceu e abrigou um número expressivo de população pobre de todas as partes da cidade, não só do Rio de Janeiro, mas do Brasil. População essa que também que buscava oportunidades de emprego na região sudeste, que naquele período concentrava os melhores postos e oportunidade de trabalho. Manguinhos passa a ser rota de ligação entre a zona norte e a área central da cidade. Nesse sentido, podemos entender os motivos que acentuaram o fluxo de indivíduos indo fixar moradia ali.

Nos próximos tópicos iremos detalhar com maior precisão como ocorreram essas ocupações. O que cabe ressaltar nesse momento, são as formas de como os mapas mudam conforme as décadas e com isso percebemos a importância desse recurso que por si só já expressa as ideias que queremos transpor. As transformações espaciais.

MAPA 5 – MANGUINHOS NA DÉCADA DE 1940



Fonte: IPP; IBGE 2015. Elaborado pelo autor, 2020.

Durante a década de 1940, devido ao crescimento das ocupações nas áreas alagadas, foi realizado o aterro nas áreas de manguezais pela Empresa de Melhoramento da Baixada Fluminense em Manguinhos, contribuindo no surgimento de novos núcleos favelados. O Parque Carlos Chagas, conhecido também como Varginha, surge em 1941 conforme apresentado acima, com ocupações de grupos que buscavam moradia na cidade a fim de melhores condições de vida, emprego e oportunidades como já mencionado, além de proximidades com o centro e meios de transportes mais acessíveis para o deslocamento.

As ocupações nessa área da favela foram intensificadas no período em que obras de retificação dos rios Faria-Timbó e Rio Jacaré foram realizadas, facilitando assim a ocupação e trazendo consigo outros problemas de cunho ambiental devido ao aumento no volume de despejo de lixos nos rios. Logo, por ser tratar de uma área de baixada e sofrer com o processo de ocupação desordenada, esta localidade passa a ter problemas com enchentes de forma recorrente, pois há diversas ocupações nas margens dos rios, não respeitando a legislação ambiental que estabelece uma margem de afastamento entre uma construção e a margem do rio.

Com isso, geograficamente falando, Manguinhos vai atrair, no período analisado, um contingente grande de pessoas que buscam residir em uma área central para facilitar as atividades laborais e até mesmo de lazer, pois se pensarmos sobre a concentração cultural e onde as mesmas se inserem, logo vamos identificar a sua localização no centro da cidade e outra parte em São Cristóvão, naquele momento.

Dessa forma, observa-se que a área analisada é marcada por processos espaciais significativos e capazes de transformar este território. Assim, algumas décadas depois das primeiras ocupações, há a sua consolidação a qual conhecemos hoje.

Podemos observar no mapa acima momentos importantes a serem destacados quando direcionamos nossa narrativa a fim de compreender as transformações ocorridas, pois tais acontecimentos balizam a forma de organização e sinaliza a chegada de empresas que começam a se instalar nesse território. A abertura de eixos viários contidas no mapa, nos fazem perceber a nova dinâmica inserida em Manguinhos, pois duas vias importantes “cortam” a favela, o que facilita a circulação.

A avenida Leopoldo Bulhões é inaugurada em 1941 e torna-se uma avenida de grande importância, pois além de facilitar o acesso à Manguinhos, a mesma interliga os bairros de São Cristóvão, Benfica e Bonsucesso. Alguns anos mais tarde, a avenida Brasil em 1946, é uma via expressa importante na ligação dos bairros da cidade (BORGES,2007), no que tange a circulação de transportes e que contribuiu na aceleração das ocupações das favelas de Manguinhos, devido ao acesso ser facilitado para lugares onde há os principais polos de trabalho nesse período que era o centro da cidade e São Cristóvão.

Ainda fazendo uma análise mais detalhada do mapa, é possível observar também a chegada da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em 1942, o que reafirma a nova dinâmica locacional do período exposto, na busca de proximidades com o centro e a busca de solo mais baratos para as empresas se instalarem, a logística também é fator determinante no que diz respeito ao escoamento de produtos e da oferta de serviços. Importante ressaltar que estas empresas mantêm suas atividades em funcionamento em Manguinhos, sob a ordem de uma resiliência comercial, diferente de outras empresas que encerraram suas atividades no local devido a diversos fatores que iremos expor em seguida, mas sem dúvida o aumento da criminalidade em Manguinhos contribuiu para que essas empresas não atuassem ali, diminuindo assim oportunidades de emprego para a população local.

Avançando um pouco mais sobre a análise, Manguinhos na década de 1950 recebe um contingente populacional oriundo dos Parques Proletários que eram habitações provisórias e que de acordo com Brito (2004) e Valla (1985), entre 1942 e 1943 foram construídos pelo Departamento de Construções Proletárias (DCP) da prefeitura do Distrito Federal a fim de amenizar os problemas habitacionais na cidade. Esses três parques, localizados na Gávea, no Leblon e no Caju, eram habitações “provisórias”, devido serem construídas de madeira e não de alvenaria, o que leva a perceber que esses núcleos poderiam ser transferidos e desfeitos a qualquer momento. E foi o que aconteceu, com a valorização e especulação imobiliária nesses dois bairros da zona sul da cidade, os moradores desses núcleos foram removidos e instalados em outros núcleos de habitação popular, um deles em Manguinhos.

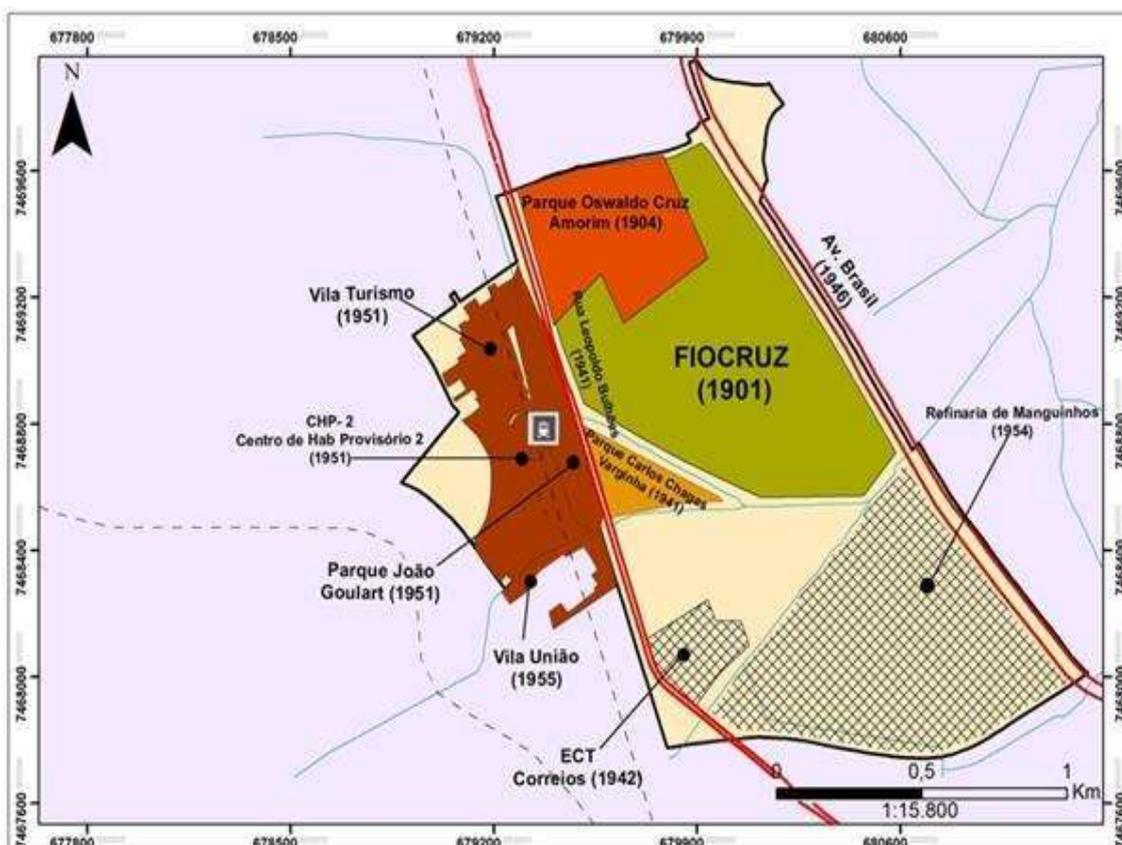
A respeito dos Parques Proletários:

Também conhecida como Vilas Operárias, essas instalações eram feitas em terrenos municipais e eram dotadas de um grande controle social, pois estes locais eram mantidos sob vigilância por policiais, que restringiam a circulação no local até às dez horas da noite (LEEDS, A, 1978, p.196).

Com as remoções acontecendo no contexto apresentado, o crescimento demográfico em Manguinhos se intensificou, pois, muitas famílias removidas desses núcleos desativados, foram integrados no Centro de Habitação Provisória 2 (CHP2)

construído em Manguinhos na década de 1950 (mapa 6). Trazendo ainda os apontamentos feitos por Davis (2006), quando trata a questão das remoções em sua obra faz duras críticas sobre esse projeto dos governos em âmbito mundial. Davis (2006, p. 114) revela que tais ações que removem a população pobre de um lugar da cidade para o outro é uma campanha de terror do governo contra os pobres. Ele faz essa crítica devido essa busca pelo “embelezamento urbano” ser mais importante que os próprios indivíduos pertencentes a essa sociedade e que por estarem em situação de extrema pobreza recebem tratamento de maneira marginalizada, além dos traumas causados por essas pessoas em experienciar viver sob incertezas.

MAPA 6 – MANGUINHOS NA DÉCADA DE 1950



Fonte: IPP; IBGE 2015. Elaborado pelo autor, em 2020.

Conforme o mapa acima, percebe-se que a década de 1950 foi marcada por receber além do CHP2, outros núcleos favelados que contribuem com o aumento das ocupações em Manguinhos e conseqüentemente com o número de moradores no local. A presença do Estado no controle dos novos núcleos de habitação que surgiam a todo o momento, se tornava cada vez menor e com isso, esses novos espaços foram se multiplicando e sem os serviços de saneamento básico, pavimentação das ruas e construções cada vez mais verticalizadas e multifamiliar. Muitos moradores improvisaram os serviços de rede elétrica e água encanada de maneira informal, formando assim os “gatos” - ligações clandestinas. O mesmo acontecia com o serviço de esgoto que era despejado nos rios próximos sem o devido tratamento, contribuindo e agravando os problemas das enchentes, poluição e proliferação de doenças na favela.

Compreender tudo isso é de extrema importância para este trabalho, pois explica a forma como as outras favelas surgiram e como estão vinculadas desde a primeira

fase da multiplicação dos núcleos de favelas em Manguinhos. Dessa forma, ao longo da década em questão, surge a Vila Turismo e o Parque João Goulart em 1951. Estas duas favelas também reúnem características semelhantes de autoconstruções e devido a industrialização e abertura da avenida Brasil e Leopoldo Bulhões que facilitaram a circulação de pessoas e mercadorias. Nesse contexto, Gomes (2017) nos auxilia a repensar a forma de organização das coisas, o grau de proximidade e de distância e que esses mesmos elementos se tornam diferente quando aparecem em outras localizações, em outras palavras, os fenômenos espaciais estão dispostos para atender algum fim, seja ele como forma de organizar ou produzir novos espaços.

Outra importante referência contida no mapa (mapa 6) e que reafirma a dinâmica locacional em reunir empresas públicas e privadas é a instalação da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A em 1954. Como pode-se observar, a mesma está totalmente inserida nos limites do bairro de Manguinhos, às margens do Rio Jacaré, com acessos na avenida Brasil e avenida Leopoldo Bulhões, além de dividir opiniões pela proximidade das favelas expondo as mesmas a riscos diversos e contribuindo com a poluição do ar e dos cursos hídricos próximos.

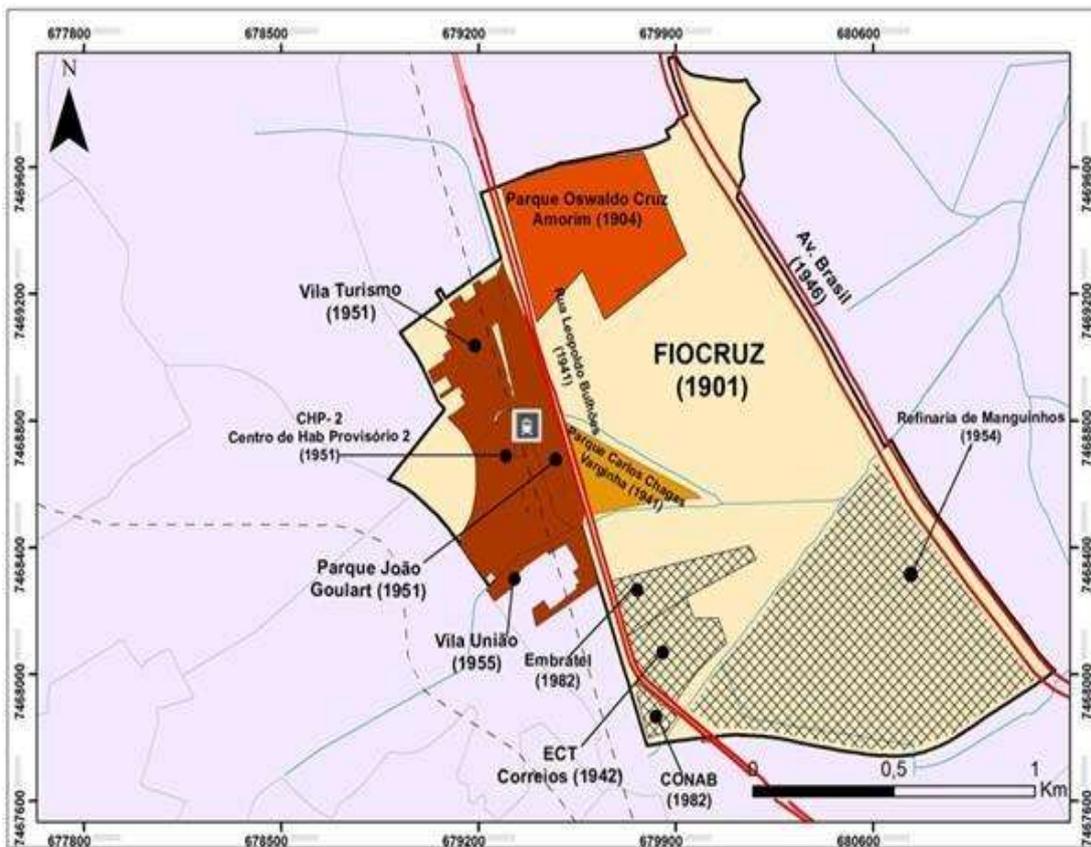
Em seguida, surge em 1955 a Vila União, que no mapa acima não consta na delimitação oficial do bairro Manguinhos, entretanto na classificação do complexo de Manguinhos está favela é inserida. Cabe mencionar, que a Vila União se diferencia do restante das favelas de Manguinhos, pois com o auxílio do governo federal foram construídos conjuntos habitacionais destinados a funcionários da Casa da Moeda e aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial (TRINDADE, 2012).

Como optamos por seguir uma ordem cronológica da expansão das favelas de Manguinhos, e por se tratar de uma análise geográfica, faz-se necessário entender a geografia para além de uma disciplina, mas como uma forma de pensamento dotada de originalidade. Com isso, correlacionar os fenômenos e sua localização espacial, faz com que tenhamos respostas para interrogações dos comportamentos das coisas, como citamos anteriormente. Isso quer dizer que, mesmo não planejado pelos agentes responsáveis pela gestão do território nesse momento, Manguinhos segue sua própria dinâmica e se estabelece como um bairro no final da década de 1980 e continua a receber uma população removida de outras partes da cidade, como empresas públicas, como é o caso da Embratel (1982) e da Conab (1982)⁹, conforme contido no mapa abaixo (mapa 7).

Interessante notar que, já na década seguinte essas empresas são transferidas para outras áreas da cidade, devido ao intenso aumento da criminalidade e tráfico de drogas em Manguinhos e com isso, conseqüentemente esses espaços são ocupados pela população que rapidamente constroem habitações de forma improvisada. De maneira inicial usam madeiras e materiais mais baratos e em seguidas substituem por alvenaria.

⁹ Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

MAPA 7 – MANGUINHOS NA DÉCADA DE 1980

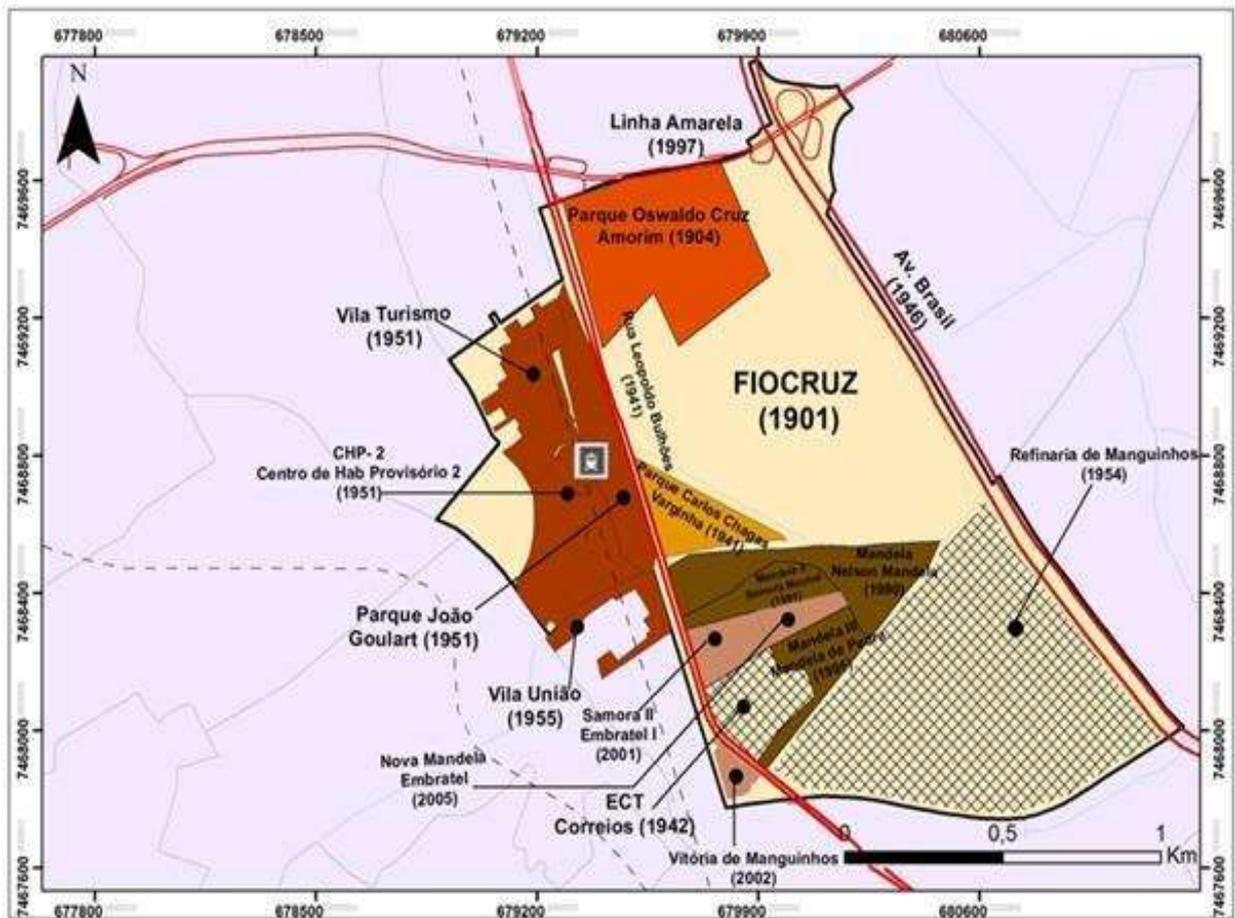


Fonte: IPP; IBGE 2015. Elaborado pelo autor, em 2020.

De acordo com Costa e Fernandes (2009), é possível identificar momentos importantes na década de 1990 em Manguinhos. Foram construídos pela prefeitura e governo do estado os conjuntos habitacionais Nelson Mandela e Samora Machel em terrenos próximos da Embratel. Importante ressaltar que outra favela se formou de forma irregular nos terrenos também da empresa citada, dando origem à favela Mandela de Pedra em 1995, onde podemos destacar como uma das áreas mais precárias de Manguinhos e que mesmo na década em análise sofria com o processo de remoção, tão presente no processo de formação de Manguinhos.

Desse modo, todos os fatores aqui discutidos apontam que uma das primeiras intervenções do poder público em Manguinhos se deu no âmbito dessas construções habitacionais na década de 1990. Porém, percebe-se que a carência por políticas públicas de habitação ainda se faz presente na realidade de Manguinhos e por esse déficit persistir, outros núcleos favelados surgem as margens do Canal do Cunha, como podemos observar no mapa (mapa 8), fazendo com que problemas recorrentes apareçam, como enchentes e poluição dos canais fluviais.

MAPA 9 – MANGUINHOS – ANOS 2000



Fonte: IPP; IBGE 2015. Elaborado pelo autor, 2020.

O processo de implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), proposto pelo governo federal em 2007, que prevê grande intervenção urbanística na região de Manguinhos, é entendido como um grande marco histórico, no que tange a políticas públicas para áreas de favelas da cidade. Iremos dedicar o próximo capítulo para detalhar mais sobre o programa e enfatizar os impactos ocorridos em Manguinhos com a chegada do PAC.

Dessa forma, com todas as transformações ocorridas nos diferentes períodos em Manguinhos, é que tal pesquisa se justifica, por reconhecer a complexidade em analisar os processos de formação desse espaço.

1.3 – PROJETO DE URBANIZAÇÃO EM FAVELAS CARIOCAS: MANGUINHOS EM FOCO

Como visto ao longo deste capítulo, o debate central apresentou a perspectiva histórica e geográfica do surgimento das favelas de Manguinhos e também apontou para a ausência de políticas públicas assistencialistas nos núcleos de favelas que surgiram na cidade do Rio de Janeiro, se fez presente em diferentes períodos aqui expostos. Em Manguinhos, não aconteceu de forma diferente e percebe-se que ao longo dos processos que envolveram esse território, as construções autônomas, as remoções e a situação de pobreza sempre caminharam na mesma direção.

A posição geográfica desse território, como dito antes, é estrategicamente favorável no que tange à disposição próximo à zona portuária, principais vias expressas e arteriais que cortam o bairro e seu entorno e ligando as diferentes partes da cidade e o importante ramal ferroviário. Com isso, devido ao processo de urbanização latente na cidade na metade do século XX, a população pobre e empresas se instalaram em Manguinhos pelos fatores locacionais determinantes e sob uma ordem de resiliência de se fixarem próximo ao centro urbano e comercial do Rio de Janeiro.

Desse modo, todos os fatores aqui discutidos ajuda a explicar os processos de transformação da favela em questão, pois se entendemos que o território aqui analisado foi e é importante na cidade ao longo dos anos, é contraditório que desde o surgimento de Manguinhos, não houvessem políticas públicas que favorecessem e fortalecesse a permanência da população local com projetos de urbanização e conseqüentemente obras de infraestrutura. A maior e mais significativa política pública para Manguinhos, se deu em âmbito do governo federal durante o período do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT)¹⁰ foi o PAC, que vamos desenvolver sua implementação de forma mais abrangente no capítulo seguinte.

De modo a conceituar e esclarecer o que de fato se entende por políticas públicas, faz-se necessário reportar-se a análise sobre a temática por Holfling (2001). A autora primeiro esclarece que devemos fazer a diferenciação do que se entende entre Estado e Governo.

[...] é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HOLFING, 2001, p. 31).

Nessa direção, a autora aponta que as políticas públicas são entendidas como o “Estado em ação”.

[...] é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade (HOLFING, 2001, p. 31).

¹⁰ O que nos chama a atenção é que tal intervenção partiu de uma iniciativa de âmbito federal. Porém a estrutura do PAC, contou com investimento das três esferas: municipal, estadual e federal.

Reportando-nos às políticas públicas na cidade do Rio de Janeiro, tivemos alguns projetos sociais e urbanos nas áreas de favelas, mas que não tiveram a magnitude do PAC. Em Manguinhos tais políticas de urbanização sempre foram um desafio, pois a área demanda de uma análise particular devido esta região ser de planície alagadiça. Além de ser cortada pelos rios Faria-Timbó e Jacaré, que desagüam no Canal do Cunha, o qual, por sua vez, desemboca na Baía de Guanabara e que devido a sucessivos aterros fizeram com que a população sofresse com diversas enchentes por décadas. Cabe mencionar que além de problemas de infraestrutura e habitação existem problemas ambientais neste conjunto de favelas, visto que a sub-bacia Hidrográfica do Canal do Cunha é a mais poluída de todas as contribuintes da Baía de Guanabara, agravando os problemas de insalubridades das habitações e saúde pública da população local.

De maneira mais específica, é necessário expor os principais projetos de intervenção urbanística e de melhoria para Manguinhos, como também apresentar as ações públicas realizadas durante os períodos que antecederam o PAC, a fim de compreender como se deu a consolidação do conjunto de favelas aqui estudado. Pelo já exposto, nota-se a complexidade em analisar apenas um fenômeno, pois acabamos esbarrando em problemas que se entrelaçam.

De forma mais clara, quando falamos em construções irregulares nas favelas de Manguinhos, temos que ter uma percepção geográfica do território, pois tal área possui particularidades como já exposta, devido à proximidade com os rios, terrenos aterrados e poluição em grande volume devido a circulação de automóveis na vias próximas, consequentemente surge o debate da saúde dessa população, pois as mesmas se tornam vulneráveis a diferentes tipos de doenças causadas pela poluição desses canais entre outros. Todas essas particularidades tornam a análise cada vez mais profunda e consequentemente complexa, o que não é nosso objetivo nesta dissertação, porém é importante mencionarmos tais narrativas que perpassam na consolidação da favela.

As referências encontradas e escolhidas para compor este trabalho, sobre a evolução urbana na cidade do Rio de Janeiro, apontam em sua maioria as favelas como um problema sanitário e de desordem pública que deveria ser combatido, a fim atender interesses políticos e econômicos do período — a qual estamos trabalhando nessa primeira parte do trabalho —.

Nessa direção medidas foram propostas e realizadas para atender e solucionar o problema em foco na cidade. Borges (2007) aponta o Plano Agache, elaborado no período do prefeito Antônio Prado Júnior em 1927, que continham projetos de desenvolvimento dos espaços urbanos da área central da cidade, como um dos projetos otimistas nesse contexto. O mesmo não foi implementado em sua totalidade, assim teve algumas ideias incorporadas em outros projetos que lhe sucederam, como é o caso do código de obras.

O *Código de Obras do Distrito Federal* de 1937 resgatou as ideias propostas no início da década de 1920. Neste documento é possível analisar o planejamento feito para cidade e as medidas que seriam adotadas para que as mesmas fossem executadas. Entre os diversos assuntos propostos neste código, o tema favelização foi abordado novamente como um problema paisagístico e também um problema social. Ainda analisando esse documento, nota-se a intenção do Estado em eliminar a favela da cidade. Para que esse objetivo tivesse êxito, a prefeitura iniciou então o processo de construção do que nesse registro foi chamado de “Formação de Núcleos de Habitação de Tipo Mínimo”, que se encontra no Art. 347º § 1.º do documento referido.

Esses novos núcleos substituiriam as favelas gradativamente, pois os antigos moradores das favelas seriam transferidos para essas novas casas e por elas pagariam valores muito baixos e seriam isentos de taxa/impostos sobre os serviços disponibilizados

pela prefeitura. Uma das normas existentes no código de obras eram as benfeitorias, que embora não pudessem ser realizadas nas casas pelos novos moradores, tinham a intenção de criar um padrão das residências nesses núcleos, tanto no interior dos imóveis quanto no exterior. O mesmo controle foi feito nas áreas de favelas, que estavam, em sua maioria, localizadas em áreas de encostas e áreas alagadas, a fim de controlar a sua expansão. Para fiscalizar essas questões urbanas, a incumbência era dada às Delegacias Fiscais e aos engenheiros ligados à prefeitura.

Diante dessa cronologia que nos apresenta como se deu as políticas em áreas de favelas ou projetos para estes territórios, mesmo que de forma tímida, nota-se uma das primeiras propostas que contemplam Manguinhos. A construção de um bairro industrial, por todas as características da área aqui já discutida e como também já mencionamos no início do capítulo. Não é à toa que, na década de 1940 é realizado o aterro das áreas de mangue pela Empresa de Melhoramento da Baixada Fluminense que auxiliou indiretamente na expansão e ocupação da favela (FERNANDES e COSTA, 2009).

Nas décadas seguintes, há ações pontuais do poder público no território analisado, como já expresso acima, na década de 1950 a criação de habitações provisórias – que mais tarde se tornaram efetivas -, entradas de empresas públicas e privadas entre outras que já apresentamos nos mapas acima. Na década de 1980, acontecia o projeto realizado pelo CEDAE (Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto) denominado *Pró-Sanear*, como o próprio nome aponta para obras e melhorias no saneamento da população e outro ato importante para Manguinhos que foi a sua delimitação oficial e o reconhecimento como um bairro do município do Rio de Janeiro, assim facilitando e atraindo políticas públicas para a população (ver mapa 10).

A década de 1990 é marcada por políticas neoliberais, com privatizações e parcerias entre empresas públicas e privadas, fazendo com que responsabilidades antes pertencentes integralmente ao Estado, fossem reduzidas e os efeitos colaterais das novas práticas neoliberais refletiram na ausência das responsabilidades sociais, econômicas, criação de políticas públicas entre outras. Mesmo diante desse cenário, em 1993, na gestão do então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Cesar Maia, é criado o GEAP (Grupo Executivo de Políticas para Assentamentos Populares) que dá início a projetos voltados para a habitação dentro da cidade. Nessa direção é criado pelo grupo citado um programa que previa melhorias de favelas a partir de urbanização com foco no saneamento e a ampliação da acessibilidade. O Programa foi chamado de Favela-Bairro e, conforme Cavallieri (2003), possuía os seguintes objetivos:

“complementar (ou construir) a estrutura urbana principal (saneamento e democratização dos acessos); e oferecer condições ambientais de leitura da favela como um bairro da cidade’. Os seus pressupostos são: ‘aproveitamento do esforço coletivo já despendido, construção e serviços já instalados; reassentamento mínimo possível; adesão dos moradores ao programa, introdução de valores urbanísticos da cidade formal como signo de sua identificação como bairro: ruas/ praças/ infraestrutura/ serviços públicos’”. (CAVALLIERI, 2003:270)

Analisando os documentos que compõem os objetivos e metodologias do Favela-Bairro, verifica-se a intenção de inserir as favelas escolhidas nas ditas áreas formais da cidade, ou seja, com títulos de propriedades e equipamentos mínimos de infraestrutura e urbanização. Porém, nem todas as favelas da cidade foram contempladas com tal política pública, Manguinhos mesmo ficou de fora, pois não atendia aos critérios estabelecidos para a implementação.

Cavallieri (2003), aponta os critérios para a escolha das favelas que iriam receber tal projeto e seria executado com o apoio e cooperação mútua do GEAP, Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Entre os critérios adotados seriam para as favelas médias, entre 500 e 2500 domicílios, considerar a dimensão da favela, um estudo prévio para analisar o déficit de infraestrutura do território, carência socioeconômica e grau de facilidade de urbanização (acesso). Com isso, foram selecionadas em sua maioria favelas na zona sul da cidade e algumas na zona norte.

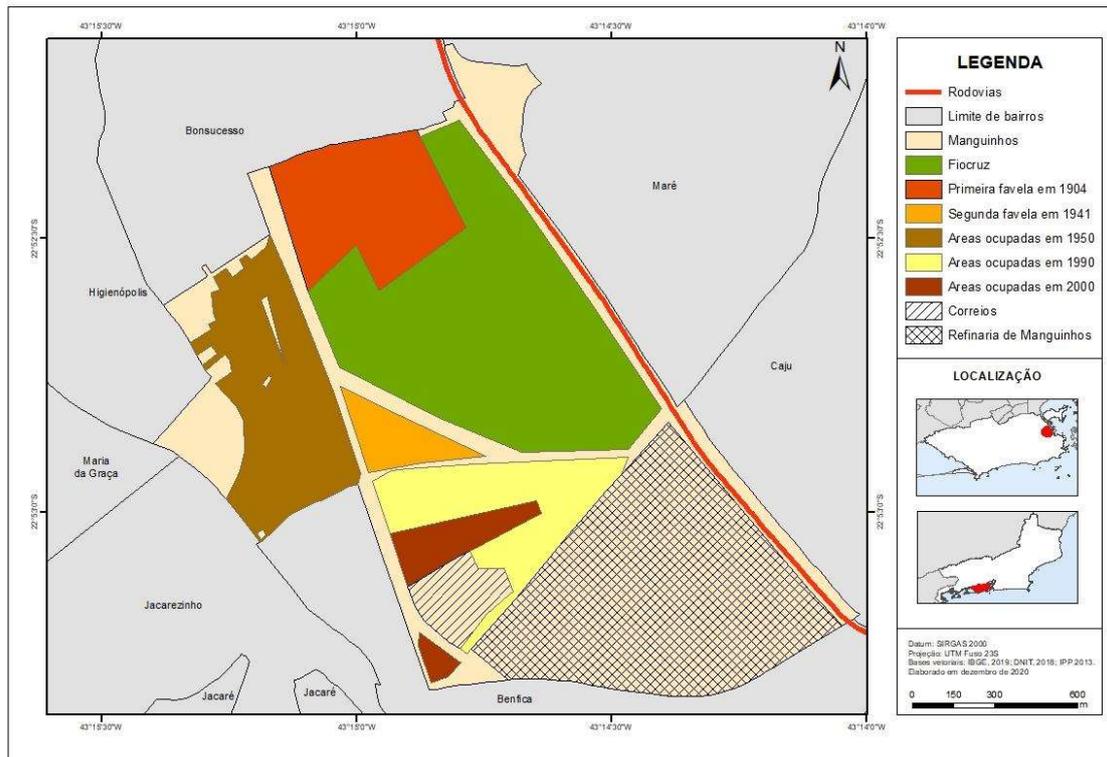
Mesmo que o Favela-Bairro não atendesse todas as favelas da cidade, entende-se que o projeto foi um avanço na projeção de políticas assistencialista que enxergassem esses territórios como parte integrante da cidade mesmo com todas as problemáticas existentes nesses espaços e lacunas no escopo do projeto. No caso de Manguinhos, que é nosso foco nesta análise, na década em que o Favela-Bairro foi lançado, havia outro problema que dificultava a entrada do Estado nesse conjunto de favelas, o tráfico.

Manguinhos expressa o que existe de mais real na estrutura da desigualdade brasileira. Segundo dados de 2010 do Instituto Pereira Passos (IPP), vivem aproximadamente 36.160 mil pessoas nesse conjunto de favelas e para o IBGE as favelas são denominadas e conceituadas como Aglomerado Subnormal por serem em sua maioria ocupações irregulares e ter um padrão urbanístico irregular, como expresso no mapa que contém imagem de satélite (mapa 11).

O Índice de Desenvolvimento Social e Humano é um dos piores da cidade, o que aponta para um olhar mais atento nas tomadas de decisão e políticas de assistência para a população local. Uma das coisas que chamam a atenção, são as grandes empresas públicas e privadas que ali estão instaladas, desenvolvendo e produzindo pesquisas de ponta e ao lado temos um abismo socioeconômico.

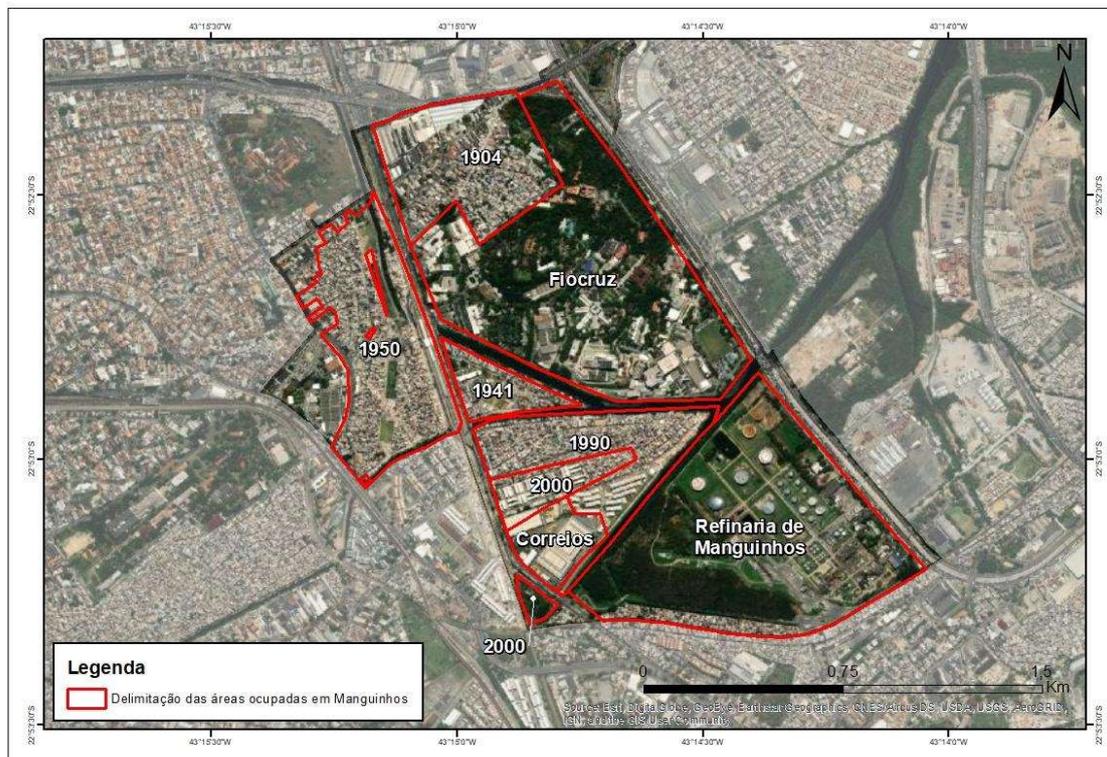
Ainda refletindo sobre políticas públicas para Manguinhos, em 2003 tem-se o PDU – Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos que foi executado parcialmente em 2004, por um consórcio privado e não teve continuidade, ficando apenas restrito às fases de identificação e diagnósticos do plano em questão. Assim, em 2007 o governo federal apresenta um programa que prevê uma série de investimento que objetiva a aceleração do crescimento econômico e social, denominado PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – e que é o maior projeto de intervenção nas favelas de Manguinhos e que se utilizou algumas das propostas de atuação do PDU.

MAPA 10 – DIFERENTES DÉCADAS DE OCUPAÇÃO



Fonte: IPP; IBGE 2015. Elaborado pelo autor, 2020.

MAPA 11 – AGLOMERADO SUBNORMAL SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO IBGE



Fonte: IPP; IBGE 2015. Elaborado pelo autor, 2020.

Pelo exposto neste primeiro capítulo, percebe-se que tal território não se diferencia de muitos espaços de favelas na cidade, pois políticas de remoções, ausência de infraestrutura e pobreza sempre esteve presente na história de Manguinhos. No capítulo seguinte, iremos discutir como o programa do PAC alterou a dinâmica espacial de Manguinhos, suas principais propostas e como o programa estava estruturado.

2 – UNINDO FORÇAS EM DIFERENTES ESCALAS: A CRIAÇÃO DO PAC COMO UM PLANO POLÍTICO DE INTEGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Neste capítulo iremos apresentar o surgimento de uma das políticas públicas mais importantes das últimas décadas no tocante a urbanização de áreas com assentamentos precários e loteamentos irregulares, onde reside um elevado número de indivíduos em condições de vulnerabilidade socioeconômica. As favelas.

Com todas as transformações urbanas e sociais que vieram acompanhadas do PAC, um outro sentimento veio à tona também, o do ser cidadão em uma sociedade que vivencia a democracia. Resgatar o sentimento de cidadania com as obras de intervenções urbanísticas nos diferentes territórios em que a atuação do PAC esteve presente, foi um acontecimento que não estava diretamente expresso nas linhas que compunham os documentos que descreviam os objetivos do programa. Porém, notamos ao longo dos trabalhos de campo realizados nas favelas de Manguinhos na fala de muitos moradores, que os mesmos começaram a se perceberem como parte integradora da cidade a partir das obras do PAC.

Oliveira (2007) faz justamente uma abordagem sobre como é complexo ou até mesmo nas palavras do autor, utópico, pensar no direito à cidade para os moradores das favelas no Rio de Janeiro. Sem dúvidas, Oliveira traz uma reflexão bem complexa que nos auxilia a pensar a temática urbana em diferentes perspectivas. As investidas das gestões públicas em urbanização, lazer e instalação de equipamentos são algumas das formas encontradas para separar e reforçar a velha dicotomia favela-asfalto.

Além disso, o geógrafo aborda a questão dos moradores das favelas não se sentirem cidadãos nesses espaços da *urbe* sem antes serem inseridos na lógica urbana e de fato terem esse acesso ou nas palavras do autor o *direito à cidade*. Quando apontamos sobre a negativa do direito à cidade para os moradores das favelas, tal prerrogativa é motivada pela perspectiva de equipamentos de infraestrutura que estão quase sempre em falta nos espaços de favelas e que fazem uma espécie de segregação entre a população que residem nas áreas foras da favela e a população favelada.

Readquirir ou adquirir esse sentimento de participar das políticas que englobam a sociedade na sua totalidade e estar inseridos nela, como também legitimar direitos comuns e básicos a qualquer cidadão e assim os tornando parte integradora da cidade em que vivem. São alguns dos apontamentos presentes nessa parte da pesquisa de modo a contribuir com a discussão sobre a implementação das obras urbanísticas em Manguinhos.

Por que chamar a atenção para esse *resgate de cidadania* dentro dessa lógica urbana? De alguma maneira é proposital, pois como debatido no início do trabalho, a

população que reside nos espaços de favelas sempre esteve à margem de direitos básicos para viver de forma digna e que de certa forma são direitos conquistados e assegurados pela nossa Constituição. E claro, não temos como mensurar em quais regiões do país onde o programa atuou esse resgate ou exercício da cidadania foi efetivado de fato, pois como Santos (2007) aponta, a cidadania pode começar por definições abstratas, ou seja, ela não é palpável até que se possa observar ações que as tornem visíveis.

Esse conceito vem à tona pois, como estamos trabalhando com a temática urbana a qual direcionamos a narrativa em torno dos processos que acontecem na cidade, tal conceito possui relação bem próxima com a realidade histórica existente nesses espaços. Assim, percebe-se em diferentes escalas da sociedade que nos núcleos urbanos as desigualdades sociais tendem a ser agravadas e com isso o exercício da cidadania é menos notório aos indivíduos mais pobres. Uma das medidas que visam corrigir as desigualdades sociais existentes nesses espaços seria a efetivação de políticas públicas que atendam a população residentes das áreas de favelas.

Com a chegada do PAC, reacende a esperança —se assim podemos dizer— desses indivíduos em se sentirem pertencentes e “visíveis” ao restante da cidade, de usufruir e possuir equipamentos de lazer e cultura próximo às suas residências sem precisar se deslocar para as áreas mais centrais. Indo um pouco além, terem seus loteamentos regularizados culminando assim em experienciar ser proprietário de algo “seu”.

Desse modo, iremos expor alguns pontos importantes sobre o surgimento do PAC. O programa analisado esteve presente em todo território nacional e realizou obras de diferentes naturezas que iremos discutir, porém dando ênfase ao nosso recorte que é a urbanização nas favelas de Manguinhos. Assim como seus principais objetivos e desafios durante o período que o programa esteve vigente.

2.1 O PAC CHEGOU! NOVAS PROMESSAS POLÍTICAS E VELHOS DESAFIOS SOCIAIS

Interessante pontuar, mesmo que de forma breve, essa questão do “ser” cidadão na sociedade brasileira nas décadas de 1980 e 1990. Como iremos apresentar nos próximos tópicos, o país passava por crises de cunho econômico, político e social. Assim, esse *status* de se sentir e pertencer a algum grupo social era algo volátil, visto que havia grandes incertezas em estar em um emprego fixo e conseqüentemente se manter nele, ter uma habitação, perspectivas de ascensão social entre outros.

Tais incertezas eram inerentes às crises enfrentadas pelo país. Cabe mencionar a inflação também presente na vida e no cotidiano dos brasileiros no período citado, contribuindo com o aumento das desigualdades dos indivíduos.

Na intenção de compreender o período em questão, uma das leituras selecionadas para compor esse trabalho e que conversa com a temática, nos chamou a atenção a obra de um pesquisador norte americano que viveu no Brasil entre as décadas de 1980 e 2000. Holston (2013, p.42) realizou pesquisas sobre o comportamento da sociedade brasileira e classificou a existência de dois tipos de cidadania.

O autor, aponta que por muitos anos existiu no Brasil uma *cidadania dos entrincheirados*, ou seja, da classe média e da população que conseguia prosperar e se manter nessa posição social de privilégios e a *cidadania insurgente*, que são as classes

trabalhadoras e mais pobres que são banidas dos privilégios. São pessoas destituídas de direitos básicos e que começam a ser notadas pelo Estado devido os movimentos sociais que surgem com demandas pautadas nos interesses dos mais marginalizados.

Antes da análise sobre o conceito de cidadania expressa por Holston (2013), recorreremos à obra de Santos (2007) que justamente faz apontamentos sobre o que estamos aqui discutindo: a percepção do indivíduo na sociedade brasileira. É pertinente introduzirmos esses conceitos e discussão já no início desse capítulo, pois iremos nos deparar nas páginas seguintes com questões relacionadas a conquistas de direitos das classes menos favorecidas e excluídas socialmente. Sendo mais objetivo, apontaremos conquistas sociais nas áreas de habitação e urbanização.

Esse debate sobre a cidadania e como ela influencia na dinâmica da organização geográfica da cidade, também faz parte das análises de Oliveira (1999). O autor possui grande contribuição para com a temática, pois a todo momento insere a questão geográfica na discussão exposta. Com isso dando sentido e legitimando o emprego do conceito de cidadania aqui utilizado.

Além disso, Oliveira (1999) relata como esse conceito foi se modificando ao longo dos anos baseado nos estudos de autores importantes que se debruçaram em análises sobre construção das cidades, organização política e conseqüentemente da cidadania. Ele traz em suas análises autores como Hannah Arendt e Aristóteles para melhor embasar a construção do conceito. Sem dúvidas, a aquisição do exercício da cidadania na sociedade sempre fora um privilégio de grupos minoritários como apontado por Hannah Arendt, quando a autora aborda sobre as decisões políticas no período da polis grega. Tal reflexão é muito rica e a forma como é percebida pela geografia nos apresenta potencialidades em inserir essa abordagem nas pesquisas.

Dentro desse aspecto que estamos refletindo e que reafirma a preocupação em incluir os indivíduos das áreas de favelas às demais partes da cidade, havia na agenda de divulgação dos projetos do PAC um evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) com convênio com a Caixa econômica Federal. Tal evento aconteceu com a presença de diferentes personalidades tanto das comunidades interessadas quanto políticos e representantes da iniciativa privada, de modo a discutir novos caminhos que aproximam as favelas do restante da cidade.

O evento chamado de "Pacto pela Cidadania", como indicado na figura abaixo (figura 1), tem características similares com o que discutimos a pouco. Holston (2013) no início deste capítulo, faz justamente apontamentos que vem ao encontro do que se propõe debater nesse evento relacionado ao PAC. Construção de uma nova cidadania.

Oliveira (2007) também já nos fazia refletir sobre como os programas de urbanização são capazes de inserir as favelas que as recebem, na lógica urbana. Em outras palavras, são essas políticas públicas responsáveis por reparar danos sociais de uma cidade dividida entre quem possui e quem não possui cidadania. Ou seja, direitos básicos. Ao mesmo tempo que Santos (2007) aponta para as intenções dessa promoção à cidadania, ou seja, se de fato ela vai existir ou vai reafirmar a exclusão social desse indivíduo, dependendo de onde ele esteja localizado geograficamente na *urbe*.



Figura 1: Documento Pacto Pela Cidadania Fonte: IBASE, 2008.

Retomando as observações sobre o início de investimentos em políticas sociais no Brasil, começam ensaios de movimentos e conquistas de direitos básicos como habitação e outras políticas públicas no final da década de 1990 e início dos anos 2000. São conquistas adquiridas através dos movimentos sociais da classe trabalhadora que reivindicavam melhores condições de trabalho e de vida. Assim, no primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio da Silva havia movimentos que beneficiaram a população mais pobre. Programas de complementação de renda entre outros.

Esse momento ficou conhecido por “*período lulista*”, como menciona Singer (2012). Nesse “período” do governo Lula foram criados programas de modo a amenizar problemas citados anteriormente — moradia, saneamento entre outros — e que vamos abordar de maneira mais abrangente no tópico seguinte.

Em uma sociedade cuja estrutura está pautada na democracia, como é o caso da nossa, presume-se que haja uma organização dos indivíduos que nela estão inseridos, no sentido de uma redução nas desigualdades. Porém na prática não é o que ocorre e tais disparidades sociais estão latentes nas áreas mais urbanas, pois a medida em que partes das cidades se tornam mais urbanizadas e se desenvolvem economicamente, há uma visão mais ampla de como a população se divide e conseqüentemente nota-se a distribuição geográfica da população no espaço urbano e dos problemas que surgem em decorrência de demandas sociais que atendam os indivíduos mais pobres. É o que Santos (2007, p. 24) aponta:

Nos países subdesenvolvidos, de um modo geral, há cidadãos de classes diversas; há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são.

Contribuindo com a análise de Santos, Oliveira (1999, p.94) também reforça que:

[...] não é absurdo afirmar que somos mais ou menos cidadãos de acordo com o espaço em que estejamos inseridos. Os direitos civis, políticos e sociais passam necessariamente por uma mediação da geograficidade, isto é, dos atributos do espaço (instalações, infra-estruturas, redes etc.) [...]

Não que deixe de existir ou seja menos importante apresentar outros tipos de desigualdades em diferentes partes do país ou do Rio de Janeiro, porém como nossa análise concentra esforços para descrever espaços urbanos com atuação do PAC, se faz necessário utilizar tal recorte para um melhor entendimento e aprofundamento.

Fazendo uma conexão com o capítulo anterior, nota-se que a medida que o espaço urbano vai sendo produzido por diferentes agentes que por sua vez, possuem diferentes tipos de interesses, a população mais pobre se afasta dessas áreas centrais paulatinamente devido a especulação imobiliária e valorização dos terrenos (Corrêa, 1997). Com isso, se concentrando em áreas mais afastadas e com menores investimentos em obras de infraestrutura e segurança, por exemplo, como já discutimos e elucidamos fatos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro ao longo dos períodos.

Esse afastamento da população mais pobre das áreas centrais da cidade para outras partes da mesma, são responsáveis por aprofundar as desigualdades. Não apenas por estarem em lugares afastados, mas pela ausência de políticas ali presentes. Em outras palavras, até os dias atuais e mesmo com certo avanço em projetos urbanos, são nas áreas centrais onde encontramos os postos de trabalho, as universidades, melhor infraestrutura na saúde, o que é diferente nas áreas mais distantes. Esses apontamentos podem soar como redundante, porém é de extrema importância mencionarmos de modo a reforçar a importância do PAC como um projeto ousado e também integrador. Mesmo com toda limitação e problemáticas que esteve presente durante a execução do programa.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por diversos acontecimentos importantes no cenário brasileiro. Na década de 1980 há o processo de redemocratização, onde no período pós ditadura militar, o Brasil elege o seu primeiro presidente pelo voto direto depois de um longo período vivendo sob o antigo regime. Devido a este novo cenário político em que o Brasil se encontrava e a esperança em ter um país com condições melhores de viver estava presente nas diversas cidades espalhadas pelo país, pois houve o fortalecimento dos movimentos sociais que colocavam em pauta debates como programas de urbanização das favelas e regulação fundiária.

Grosso modo, nas décadas de 1980 e 1990, há ensaios sobre a urbanização nos espaços com déficit de políticas públicas habitacionais em algumas cidades brasileiras como: Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, onde a expansão das favelas eram latentes. Nessas cidades foram implementadas primeiras experiências de programas institucionais a fim de executar tais políticas públicas que de certa forma contribuíram com os primeiros passos dessa nova política inéditas vindas da parte do governo.

Petrarolli (2015) aponta que iniciativas dos governos locais também eram uma realidade no período citado, pois havia intenção de amenizar os problemas das favelas que por muitos anos fora negligenciado, mas devido ao pacto federativo promovido pela constituição de 1988, havia um outro olhar para as áreas de favelas. Programas como *Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS)* em Recife; do *Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA)* em Belo Horizonte; do *Programa Mutirão no Rio de Janeiro* e *Programa Municipal de Urbanização de Favelas* em São Paulo, são alguns dos projetos atuantes nesse contexto.

Fazer essa breve contextualização é necessária para que possamos identificar a dimensão do PAC, tanto na magnitude das obras executadas quanto no montante de investimento público que difere das décadas de governos anteriores. Nessa direção, iremos analisar alguns dados e documentos que fazem parte dos relatórios das obras do PAC, disponibilizado pelo Ministério das Cidades — que atualmente no governo de Jair Bolsonaro está inserido na pasta do Ministério do Desenvolvimento Regional —, a fim de não cometer generalizações e nem análise superficiais.

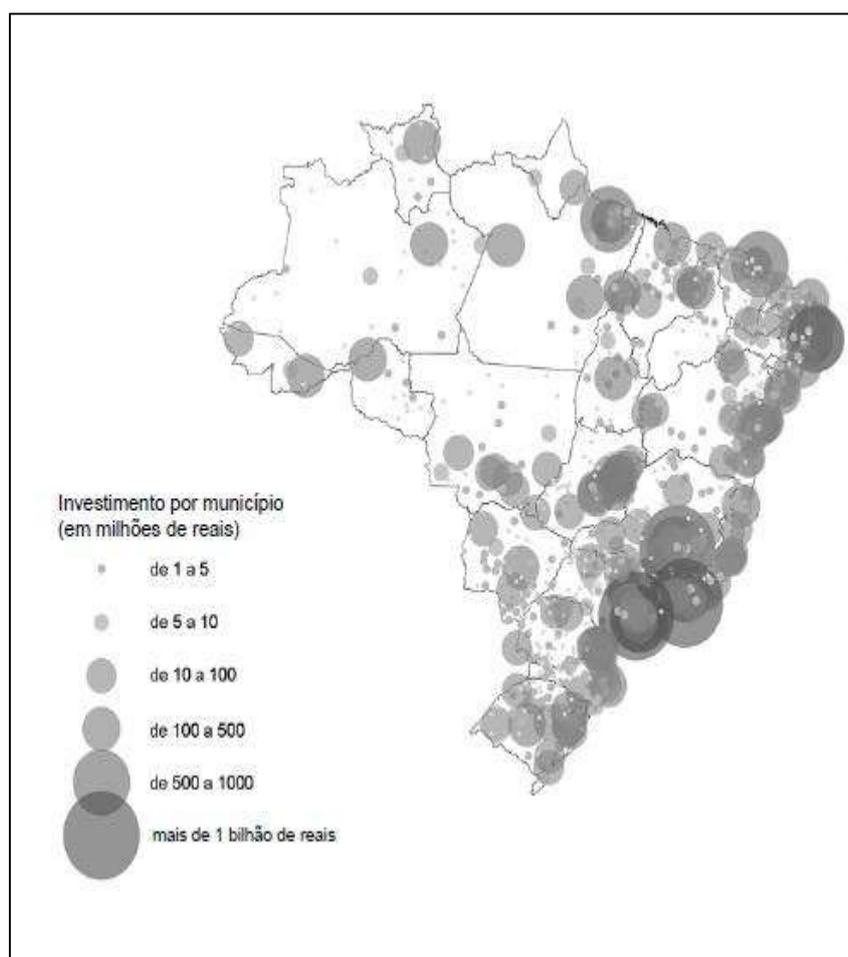
Já mencionamos nas primeiras partes do trabalho que o lançamento do PAC e seu comitê gestor aconteceu em 2007, mais especificamente no mês de janeiro sob o Decreto 6.025/2007 de 22/01/2007 durante a gestão do então presidente Lula (2003-2007). O programa tinha como proposta a retomada de investimentos públicos juntamente com parcerias do setor privado (construtoras, projetistas, trabalho social) na realização de obras de infraestrutura de algumas cidades brasileiras e também possibilitar a aceleração do crescimento econômico, visto que a economia do país se encontrava em um cenário favorável e com altas expectativas de crescimento.

Quando analisamos a abrangência dos investimentos do PAC, notamos que as concentrações dos recursos financeiros estão nas Regiões Sudeste e Nordeste como expresso no mapa (mapa 12), que nos faz ter a dimensão da distribuição de recursos para a execução das obras do programa. Isto se explica devido a concentração populacional ser mais expressiva nessas duas regiões e as mesmas abrigarem grandes metrópoles, onde houve a explosão de construções irregulares que contribuíram na formação dos núcleos de favelas que conhecemos atualmente.

Segundo estudos sobre o PAC realizado por Denaldi *et al* (2018), 1.072 municípios brasileiros das cinco regiões foram contemplados em alguma medida com obras do programa, porém a distribuição de recursos se diferencia de município para município.

Segundo o MCIDADES (2010) critérios diferentes foram adotados na distribuição dos montantes de recursos para as cidades em que o PAC esteve atuante. Isto, devido a particularidade de cada município, pois alguns se sobrepõe em demandas ditas urgentes. Analisando o mapa de distribuição de recursos podemos observar que muitos municípios contemplados em receber valores mais altos para intervenções estão localizados em estados com cidades metrópoles onde se tem uma grande população e maiores problemas sociais e econômicos.

MAPA 12 – CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS POR REGIÃO



Fonte: Denaldi *et al* (2018).

No mapa acima elaborado por Denaldi *et al* (2018), conseguimos perceber a urgência por demandas em urbanização em todo território brasileiro. Tivemos um crescimento urbano e populacional em larga escala e com isso veio o descompasso em infraestrutura que atendesse a população mais vulnerável. Nesse sentido, o lançamento do programa PAC teve por objetivo diminuir disparidades entre a população brasileira atendendo às primeiras necessidades.

O desafio também se dá sobre a integração entre as regiões brasileiras. Não apenas em eixos ferroviários, rodoviários no sentido de otimização da circulação de pessoas e produtos, mas também no acesso à educação, saúde, habitação entre outros. Uma preocupação dentro do eixo social foi justamente inserir estruturas culturais (biblioteca, centro de artes etc.) para a população. Sem dúvidas houve problemas nesse eixo específico, pois nem todos os municípios foram atendidos no âmbito cultural, mas vale a pena apontarmos o esforço proposto pelo programa em inserir tais equipamentos de cultura e lazer na contribuição da diminuição das disparidades sociais e intelectuais.

Durante a execução das obras muitos problemas orçamentais estiveram em pauta, visto que se tinha um montante previsto para ser gasto inicialmente até o mês de dezembro de 2010. Este valor foi estimado em 619 bilhões de reais, segundo o banco de dados fornecidos pelo Ministério das Cidades relacionado ao PAC-1 (etapa realizada entre 2007 e 2010). Logo nessa primeira etapa do programa os investimentos foram subdivididos em

eixos para que os investimentos fossem gastos de maneira específica. Além disso, uma das preocupações neste início se dava em torno de alcançar resultados rápidos com o uso dos recursos, visto que a intenção do projeto é de causar impacto no cenário político. Nessa direção, Denaldi *et al* (2018, p.25) afirma que a viabilização de alguns projetos só foi possível devido já existir, porém devido à falta de recursos dos governos locais eles continuavam parados, como foi o caso do PDU elaborado para Manguinhos.

2.2 ESTRUTURA DO PAC EM EIXOS TEMÁTICOS

De modo a otimizarem os recursos e as obras do programa, houve a divisão em eixos temáticos. No quadro em que se tem as divisões por eixos (quadro 1) é possível observar de maneira mais ampla como se organizou a distribuição de recursos financeiros. Cabe ressaltar que essa primeira divisão ou análise se dá em torno do primeiro período de execução das obras do PAC. É claro que com as obras em curso, novas demandas foram surgindo e alterações e adaptações foram necessárias. Porém dentro dessa estrutura apresentada, a que mais nos interessa são as intervenções contidas no eixo de infraestrutura social e urbana.

| Investimentos PAC - Em Eixos Temáticos | | |
|--|---|---|
| Infraestrutura Logística | ↔ | Rodovias, ferrovias, portos, hidrografia e aeroportos |
| Infraestrutura Energética | ↔ | Geração, transmissão, petróleo e gás, refino, indústria naval e combustíveis renováveis |
| Infraestrutura Social e Urbana | ↔ | Iluminação, metrô, recursos hídricos, habitação e saneamento |

Quadro 1: Eixos Temáticos Fonte: Brasil, 2007. Organização: Gilson Ribeiro, 2020.

Isto posto, têm-se outros desafios ao analisarmos as obras de urbanização em áreas de favelas com recursos do PAC, visto que o período de execução das obras foram alvo de críticas midiáticas que tinha como propósito atacar a gestão do governo federal tanto nos mandatos de Lula como de Dilma Rousseff. Quando falamos sobre os desafios na execução das obras, estamos nos referindo a espaços já ocupados com moradias residenciais, uma preocupação na forma como irá realizar essa desocupação a fim da realização de obras previstas no cronograma.

De maneira mais objetiva, obras em áreas ocupadas demandam um esforço maior das autoridades públicas em se pensar no bem-estar dessa população ali instalada. É necessário um diálogo com esses indivíduos que precisam de garantias ou de retorno para quando a conclusão das obras ou para fins indenizatórios das melhorias realizadas com recursos próprios.

Diferentemente das outras obras previstas nos demais eixos temáticos, no sentido de serem executados em outra lógica que não necessariamente precise desse diálogo com líderes comunitários e comitês e em sua maioria os terrenos em que as obras aconteceram se encontravam vazios e sem ocupações residenciais. Dessa forma as obras acontecendo de maneira mais rápida e ininterrupta.

Nessa direção, a grande mídia acompanhava de perto toda a movimentação do programa no que tange às formas como eram gastos os recursos quanto aos prazos de execução das obras. Muitas foram as reportagens feitas no período do PAC. O drama das remoções e os gastos em contratos com prestadoras de serviços eram notícias semanais frequente. Tais informações quando realizadas de forma neutra, são importantes na prestação de informação para a população, porém quando se trata de divergências políticas existem grandes probabilidades de essas informações não serem tratadas de forma adequada e até mesmo completas.

A seleção de notícias de jornais abaixo (figura 2) reúne algumas matérias que apresentam tanto os problemas das remoções em Mangueiros, quanto a fala do então presidente Lula, chamando a atenção para o resgate da cidadania para a população de Mangueiros quando as obras do PAC estavam em curso.

Lula promete dignidade e cidadania em Mangueiros

Para Lula, PAC pode reduzir violência

Lula disse que a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) reduzirá a violência nessas comunidades. "Eu preciso uma intervenção pesada para garantir às pessoas de bem uma vida digna, sem serem achacadas por traficantes. Se tem bandido, eles têm que pagar o preço. Mas não podemos levar violência para homens e mulheres honestos", disse.

Lula lembrou que o presidente de uma das associações dos moradores do local, Leonardo Jamirio da Silva, foi ferido por uma bala perdida na perna. Ele disse ainda estar cansado de ouvir casos como esse em Mangueiros, no Alemão e na Rocinha, afirmando que "a gente precisa acabar com isso de uma vez".

Leonardo Jamirio da Silva foi atingido há três semanas na Rua Leopoldo Bulhões, na região de Mangueiros, conhecida também como Faixa de Gaza. Ele não foi o único, pois mais três pessoas ficaram feridas na troca de tiros entre a PM e supostos traficantes da área. Ele não sabia explicar porque houve tão pouca adesão popular, mas não acredita ter havido ameaça de represálias por parte dos traficantes e sim má divulgação da visita presidencial.

O que vai ser feito

Em Mangueiros, o PAC vai fazer uma elevação da linha férrea, o que permitirá a construção de boxes e lojas para o comércio popular, um centro cívico com posto de saúde, parque metropolitanizado com áreas de lazer e quiosques, alargamento de ruas, e um terminal intermodal de transportes, construção de casas, obras de iluminação pública e saneamento básico – água e esgoto. Os investimentos anunciados ultrapassaram os R\$ 280 milhões.

Segundo o presidente, as obras em Mangueiros vão se atuar numa área de 490 mil metro quadrados, atendendo a um total de 11.800 famílias. De acordo com Lula, além dos beneficiários, 1.800 moradores serão construídos, 775 adquiridos e outras 350 reformulados.

Programa de Aceleração do Crescimento

A Secretaria Municipal de Habitação, em parceria com o governo federal, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no valor de R\$ 329,5 milhões (R\$ 100,2 milhões da Prefeitura do Rio e R\$ 229,3 milhões da União), está realizando obras de urbanização e implantação de infraestrutura nos complexos do Alemão e de Mangueiros: em um conjunto de 11 comunidades na Tijuca; na Colônia Julião Moreira (Icarapaguá); e na construção de 293 unidades habitacionais no Centro e em Marechal Hermes, para famílias que ganham de 0 a 3 salários mínimos. No total, 179,5 mil pessoas serão beneficiadas pelas ações.

No Complexo do Alemão, estão sendo aplicados R\$ 106,7 milhões, sendo R\$ 80 milhões da União e R\$ 26,7 milhões da Prefeitura. As ações vão beneficiar cerca de 72 mil moradores nas comunidades do Alemão, Joaquim Queiroz e Nova Brasília.

Nestas áreas, além das obras de infraestrutura que incluem contenções de encostas, serão construídas duas creches, dois postos do Programa de Saúde da Família, dois centros comerciais e uma biblioteca.

Na comunidade Nova Brasília está programada a implantação de um núcleo de comércio e uma quadra poliesportiva. A previsão é de que serão desapropriadas cerca de 850 unidades e as famílias reassentadas.

No Complexo de Mangueiros, o investimento é de R\$ 83,3 milhões, sendo R\$ 70 milhões do governo federal e R\$ 23,3 milhões da Prefeitura. São alcançados pelas intervenções cerca de 40 mil moradores das comunidades Centro, Vila Tereza, Parque João Goulart, Vila União, Mandala de Pedra, e dos conjuntos habitacionais Nelson Mandela e Samora Machel. Em Mangueiros, com as obras de urbanização, serão construídas quatro creches, cinco estações elevatórias de esgoto e um posto do Programa de Saúde da Família.

Estão previstas, de acordo com a abertura das frentes de obra, 1.548 desapropriações com reassentamento das famílias, incluindo as 365 que estão nas margens do Rio Jacaré, na Tijuca, as intervenções do PAC contam com investimento da ordem de R\$ 66,7 milhões sendo R\$ 50 milhões da União e R\$ 16,7 milhões da Prefeitura.

Cerca de 38,6 mil moradores serão beneficiados pelas ações. As obras de urbanização estão sendo executadas nas comunidades Tijuca, Mata Machado, Borel, Fergina; no Complexo do Itarano, nas comunidades do Rido, Bispo, Matinha, Partanal, Sumaré, Liberdade e Chacrinha.

Nestas áreas estão sendo executadas obras de pavimentação de ruas, implantação de redes de água, esgoto e drenagem; contenção de encostas, áreas de lazer, iluminação e paisagismo.

Sete Anos Após Remoção, 'Ilha' de Moradores em Beira Rio, Mangueiros, Ainda Espera por Indenização

Sete anos se passaram desde que mais de 1000 famílias da comunidade Beira Rio, em Mangueiros, na Zona Norte do Rio, foram removidas devido aos projetos do Programa de

Casas de Anderson ainda estão de pé, perto dos trilhos do trem, em Beira Rio, Mangueiros.

Outros problemas enfrentados pelos moradores incluem a falta de iluminação pública e segurança. Vandersson comenta que a iluminação pública, na verdade, funciona, mas que raramente é ligada, devido essa área da comunidade sob o risco de atividades criminosas. A segurança, combinada a áreas isoladas abaixo das linhas do metrô e ao fato das casas restantes estarem fisicamente separadas do restante do complexo de Mangueiros, deixa essas residências ainda mais isoladas. Os moradores que ficaram observam que "segurança não existe". Apesar de Mangueiros ter UPP, os policiais raramente passam por aquela parte da comunidade, forçando os moradores a ficarem em constante alerta.

Figura 2: Montagem com notícias sobre o PAC

Fontes:

Globo.com (2008), disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL341479-5606,00-LULA+PROMETE+DIGNIDADE+E+CIDADANIA+EM+MANGUEINHOS.html>

RioOnWatch (2016), disponível em <https://riononwatch.org.br/?p=22055>

Rio.RJ (2009), disponível em <http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/pac.htm#>

Outro fator que não podemos deixar de esclarecer dentro desse eixo apresentado do PAC — Saneamento e urbanização — é como as unidades habitacionais (apartamentos) foram entregues para os beneficiários. Trindade (2012) aponta que para se tornar um beneficiário foi necessário o registro no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e também deveriam cumprir requisitos de modo que não tenham sido beneficiários de projetos dessa natureza anteriormente. A autora segue apresentando as condicionantes previstas na estrutura do programa em relação a construções das novas habitações.

[...] deverão cumprir o requisito de nunca terem sido beneficiados anteriormente por projetos ou recursos de mesmas características com verba do Orçamento Geral da União. Os manuais de intervenções do MCIDADES também preveem a participação dos beneficiários finais nos "processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los às necessidades e a realidade local, bom como a gestão participativa, que garanta a sustentabilidade do empreendimento" (TRINDADE, 2012 p.86).

Dentro do eixo de infraestrutura que mais nos interessa avaliar, existiu diversos problemas em relação aos contratos para execução das obras, pois diferente dos demais eixos, em Manguinhos existia uma maior complexidade devido às características do território e a demanda posta pelos moradores. Assim também muitas empresas faziam estudos da área de modo a priorizar o que já tinha sido previamente encomendado pela prefeitura na fase de diagnóstico do PDU.

2.3 PAC – FAVELAS: MANGUINHOS EM DESTAQUE

Durante todo momento desta investigação, enfatizamos a importância que o programa de intervenção urbana teve na história de Manguinhos. Sem dúvida muitas conquistas adquiridas pela população local foram seguidas de perdas também em alguma medida. Remoções aconteceram, atrasos nas obras, falta de diálogo com os moradores para compreender suas reais necessidades, entre outros. Tais percepções conseguiram ser extraídas nos trabalhos de campo realizados de modo a entender a visão dos moradores sobre essa nova configuração do espaço.

As obras de intervenções tiveram início em 2008, de modo que já se passaram treze anos dessa experiência urbanística no Complexo de Manguinhos. Diante desse cenário ainda existem muitas obras inacabadas e existem centenas de famílias que se encontram desalojadas dependentes do auxílio aluguel de R\$400 reais pagos pela prefeitura. Nessa direção, percebe-se que esse avanço social proposto pelo programa ainda produz profundas lacunas nessa lógica habitacional (LIMA, 2018).

Se tratando de obras urbanística que visam a promoção da melhoria das condições de vida de um grupo de pessoas, entende-se que o projeto necessita estar alinhado com os interesses e necessidades dessa população a qual receberá tais intervenções. Além disso, contribuições entre as diferentes esferas do poder público é de suma importância na execução das obras propostas.

De modo a contextualizar o momento em que o programa foi lançado, a prefeitura do município do Rio era administrada por César Maia (DEM) que fazia oposição ao governo federal (PT), e no governo do estado do Rio a administração era de Sergio Cabral

(PMDB) que na época era aliado do presidente da república. Com isso, a prefeitura buscou manter-se distante da marca do PAC resistindo na execução de algumas obras já em andamento (Trindade, 2012).

Porém, ainda de acordo com Trindade (2012) mesmo com esse afastamento da prefeitura, algumas intervenções ficaram a cargo da mesma, como: execução de obras de saneamento em sete favelas do complexo (Parque João Goulart, Vila União, Vila Turismo, Mandela de Pedra, CHP2, Samora Machel e Nelson Mandela). Nessa direção, o orçamento inicial previsto pela prefeitura foi de R\$ 93,3 milhões de reais.

Já o governo do estado teve um orçamento de gasto com as obras previsto em R\$ 235,0 milhões de reais para a execução de obras, como: elevação da linha férrea, construção do Parque Metropolitano, Centro Cívico e edificações com até três pavimentos.

Dentro dessa dinâmica que estamos apresentando, no estado do Rio de Janeiro outros municípios também tiveram obras de intervenção do PAC e como mencionamos anteriormente o governo do estado e as prefeituras receberam recursos para executarem as obras dentro do eixo temático contido no programa. Nos quadros abaixo (2 e 3) podemos analisar os recursos destinados e previstos para serem gastos tanto no âmbito municipal e estadual. Assim, cabe ressaltar que cada uma dessas esferas públicas se encarregava de executar obras distintas mesmo atuando em uma mesma área.

| Urbanização em Favelas - Governo do Estado do Rio de Janeiro | | | | Em R\$ Milhões |
|--|--|----------------------------|---------------|--------------------|
| Municípios | Projetos | Investimento Federal - OGU | Contrapartida | Investimento Total |
| Baixada Fluminense | Bacias dos rios Iguaçú e Sarapuí | 56,3 | 18,8 | 75,0 |
| Niterói | Morro do Preventório | 16,5 | 5,5 | 22,0 |
| São Gonçalo | Fazenda dos Mineiros e Salgueiro | 19,5 | 6,5 | 26,0 |
| Rio de Janeiro | Complexo do Cantagalo / Pavão - Pavãozinho | 26,4 | 8,8 | 35,2 |
| Rio de Janeiro | Rocinha | 82,5 | 27,5 | 110,0 |
| Rio de Janeiro | Complexo do Alemão | 371,3 | 123,8 | 495,0 |
| Rio de Janeiro | Complexo de Manguinhos | 176,3 | 58,8 | 235,0 |
| Total | | 748,8 | 249,7 | 998,2 |

Quadro 2: Recursos PAC - Governo do Estado do Rio de Janeiro. Adaptado de Trindade, 2012. Fonte: Brasil, 2007. Organização: Gilson Ribeiro, 2020.

| Urbanização em Favelas - Prefeitura do Município do Rio de Janeiro | | | Em R\$ Milhões |
|--|----------------------------|---------------|--------------------|
| Projetos | Investimento Federal - OGU | Contrapartida | Investimento Total |
| Colônia Juliano Moreira | 70,0 | 30,0 | 100,0 |
| Maciço da Tijuca | 50,0 | 16,7 | 66,7 |
| SOEICON, ruas do Livramento e do monte | 9,0 | 3,8 | 12,8 |
| Complexo do Alemão | 80,0 | 26,7 | 106,7 |
| Complexo de Manguinhos | 70,0 | 23,3 | 93,3 |
| Total | 279,0 | 100,5 | 379,5 |

Quadro 3: Recursos PAC - Prefeitura do município do Rio de Janeiro. Adaptado de Trindade, 2012. Fonte: Brasil, 2007. Organização: Gilson Ribeiro, 2020.

Analisando os quadros 2 e 3, notamos a distribuição das obras do PAC em diferentes partes do estado do Rio de Janeiro, porém é possível identificar que os maiores montantes de recursos foram destinados para o complexo do Alemão, Manguinhos e Rocinha. Já mencionamos aqui que esta é a primeira intervenção significativa que Manguinhos recebe em toda a sua história, o que é diferente da Rocinha e Complexo do Alemão.

Fazendo uma leitura dessas três áreas de favelas que mesmo localizadas no município do Rio de Janeiro são bastante heterogêneas em diversos sentidos que perpassa desde suas morfologias, posição geográfica e sua população. A Rocinha, por abrigar uma grande população e ser a maior favela da América Latina, esteve em pauta em programas que visavam a urbanização e conseqüentemente obras de infraestrutura que atendessem as demandas da população local.

Sem a intenção de fazer comparações, porém cabe o destaque, a favela da Rocinha se encontra em níveis diferentes de Manguinhos não só em termos de população e investimentos. A Rocinha está situada na zona sul da cidade, ou seja, próxima de bairros nobres e que contam com equipamentos de cultura, saúde e lazer em números expressivos. O que difere das outras áreas do Rio de Janeiro. Além de dentro da própria favela ter agências bancárias, o que proporciona um ganho para os moradores. Em Manguinhos, os moradores precisam ir para bairros vizinhos para usar serviços bancários e comércios em geral.

O mesmo aconteceu com o Complexo do Alemão. Existia uma urgência na demanda em obras de melhoramentos da área que também foi capaz de concentrar recursos na execução de projetos de urbanização antes mesmo do PAC. Além do mencionado, as instalações das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP) contemplaram as três favelas a fim de proporcionar maior segurança para a população e no combate ao tráfico intenso.

Ainda explorando os projetos do PAC propostos para essas três grandes favelas do Rio de Janeiro, importante destacar que cada uma delas receberam uma "obra-símbolo" que caracterizaria a marca do PAC (Brasil, 2007). Em Manguinhos, como consta na figura 3 e 4, foi realizada a elevação da linha férrea do ramal de Gramacho/Saracuruna ao longo de dois quilômetros. Uma das justificativas para a realização da obra além de integrar as duas partes da favela, antes divididas pela linha férrea. Paralelo a isso havia a construção de um grande parque metropolitano projetado para ser um espaço de convivência dos moradores não só de Manguinhos, mas do Rio de Janeiro como um todo.

Nas outras duas favelas também foram realizadas obras que marcaram a presença do PAC. No Complexo do Alemão foi construído o teleférico ligando a parte alta do complexo à estação de trem em Bonsucesso. Um grande investimento foi empregado nas obras, pois exigia um complexo projeto de engenharia e que tinha por finalidade justamente oferecer uma maior qualidade de vida para a população do Alemão. O teleférico funciona com sistema de estações instaladas nas diferentes partes do complexo de favelas nas partes mais altas. A intenção é facilitar o deslocamento no cotidiano da população que passou a contar com esse novo meio de transporte. Atualmente o serviço se encontra indisponível por falta de gestão que ofereça segurança e manutenção.

Já na favela da Rocinha a obra proposta e executada foi a passarela projetada por Oscar Niemeyer sobre a autoestrada Lagoa-Barra e também o anel rodoviário de 3,4 mil metros em torno da favela. Com isso, cabe destacar que há previsão de gastos iniciais para urbanização em áreas de favelas foi de R\$3,5 bilhões de reais (Brasil, 2007).



Figura 3: Construção da elevação da linha férrea Fonte: Arte Pontes Consultoria e Projetos, 2009.



Figura 4: Parque Metropolitano, com a elevação da linha férrea. Fonte: Brasil. Apresentação PAC- RJ. 2007.

Retomando as observações para os projetos realizados em Manguinhos, algumas questões foram apresentadas pela população em relação à elevação da ferrovia e construção do parque metropolitano. O projeto para a realização da obra ficou a cargo do arquiteto argentino Jorge Jáuregui. O arquiteto, ao apresentar o projeto para a área, expôs quais seriam os objetivos com a construção. O intuito era ter nesse espaço uma grande área que integrasse as duas partes de Manguinhos, antes dividida, e assim instalar quiosques para fins comerciais, espaços de lazer, ou seja, um verdadeiro espaço público que nas palavras do arquiteto diz ter se inspirado na famosa "Rambla" de Barcelona.

A finalidade do arquiteto também era suprimir o estigma já enraizado na estrutura social da população carioca sobre Manguinhos. Termo que aparece com frequência nas mídias sobre Manguinhos é conhecido como "Faixa de Gaza" que faz alusão a conflitos no oriente médio, devido a constante troca de tiros no complexo. Sem dúvidas, se pensarmos nas mudanças previstas para a área e os investimentos injetados existem perspectivas de grande transformação social, urbana e econômica no local. Porém de antemão devido às observações em campo é possível observar que essa projeção toda feita para a área não foi efetivada.

Afastados de uma perspectiva generalizante e otimista, que considera ilegítimas as obras do PAC, temos que apontar que de fato parte do projeto proposto pelo arquiteto foi realizado, porém a falta de manutenção, o retorno da construção ilegal das residências fez com que novos problemas surgissem na área. Além de não existir essa interação prevista pelos idealizadores do projeto no que tange à visita de outros indivíduos moradores de outras partes da cidade. Entende-se que Manguinhos ainda é visto como uma área violenta e carregada de estigmas.

Na reportagem do jornal *O Globo* (figura 5), o jornalista Rogério Daflon detalha como seria o projeto em si e destaca no título da matéria a comparação com a famosa Rambla de Barcelona. Além disso, o jornalista dá ênfase no que se tornaria esse espaço com a conclusão das obras. Uma área que poderia ser frequentada por toda população carioca. E de fato sim, mas o que chama a atenção na reportagem veiculada no dia oito de outubro de 2008 é o destaque em ter em Manguinhos, uma área marginalizada da cidade, uma obra tão grandiosa.

Pensando na circulação dos exemplares do jornal, entende-se que os principais leitores em sua maioria são da classe média e a reportagem é veiculada em um momento que as obras iniciaram com críticas da oposição sobre o governo federal (PT) em torno dos gastos orçamentários.

A 'Rambla' de Manguinhos

Arquiteto do PAC quer dar fim a um trecho da 'Faixa de Gaza' da Zona Norte

Rogério Daffon

• O arquiteto argentino Jorge Jáuregui, autor do projeto do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) da Favela de Manguinhos, na Zona Norte, revelou pretender pôr um fim no estigma de violência que beira a via férrea da Avenida Leopoldo Bulhões. Quer transformar um dos trechos da chamada "Faixa de Gaza", onde ocorrem sucessivos tiroteios, num passeio público inspirado na "Rambla" de Barcelona, na Espanha. Em sua prancheta, a ferrovia surge suspensa ao longo de 1,7 quilômetro. A "rambla", portanto, ficará debaixo dos trens.

— A via férrea ficará em cima da nossa "rambla". A idéia foi inspirada mesmo na de Barcelona e quer desmontar real e simbolicamente a divisão que existe naquela área carioca. Estaremos assim conectando dois lugares. O lugar foi projetado para ser um ponto de encontro de diferenças e não de separação e segregação. É isso que temos de combater na cidade partida — afirmou ele.

O arquiteto informou que a "rambla" terá 800 metros. Neles, haverá quiosques com serviços prestados pela mão-de-obra local.

— Dessa forma, não só o morador como também pessoas de bairros vizinhos ou não poderão comprar roupa, computador, consertar bicicleta, a poltrona da casa... Tudo isso com estacio-



PLANTA DO arquiteto Jorge Jáuregui expõe como será o passeio público em Manguinhos

ramento ao longo e feito de forma organizada e gerando renda — descreveu Jáuregui, que também está à frente do PAC do Complexo do Alemão.

O passeio público será entre a Estação de Manguinhos e a Divisão de Suprimento do Exército. Nos extremos da rua, com uma área de 350 metros em cada um, a idéia é fazer algo como um mini Aterro do Flamengo, um parque com ênfase no paisagismo e no esporte, com quadras de vôlei, ciclovia e pistas de skate.

O arquiteto não despreza a complexi-

dade de seu projeto:

— Sei que se trata de uma área perigosa. Mas o PAC é tocado com toda a atenção da Secretaria de Segurança. E essa segurança tem de ser mantida com o projeto pronto.

Seja como for, o desafio é grande. Sempre lotada de turistas, a "Rambla" de Barcelona, é um lugar para pedestres, de caminhadas, cafés, restaurantes, floriculturas e artistas de rua. Nela, há bateadores de carteiras, mas nada que remeta à histórica briga territorial do Oriente Médio.

Figura 5: Jornal O Globo - A "Rambla" de Manguinhos. Fonte: O Globo. Adaptado de Francisco Ottoni

Como apresentado neste capítulo, as intervenções do PAC se deram em todas as regiões brasileiras com propósito de acelerar a economia e urbanizar áreas de favelas. Nesse sentido, percebeu nessa parte do trabalho a importância de se pensar políticas públicas no que tange a melhorias nesses espaços. Além disso, outros projetos surgiram inspirados no programa PAC, como, por exemplo, o Programa Minha Casa e Minha Vida, que trabalha com questões habitacionais para a população mais vulnerável.

3- MUDANÇAS URBANAS COM A EXECUÇÃO DAS OBRAS DO PAC-FAVELA EM MANGUINHOS: AVALIAÇÃO EM CAMPO

Prosseguindo com o terceiro e último capítulo desta dissertação, o qual tem como finalidade apresentar as mudanças ocorridas em Manguinhos após as obras urbanísticas do PAC. Nesse momento da investigação enfatizamos a ótica dos moradores para compor a narrativa através das entrevistas e questionários coletados em campo.

Como já mencionado, optamos em realizar entrevistas a partir de questionário semiestruturado a fim de organizar as indagações iniciais da pesquisa. Além disso, Gil (1987), chama a atenção para a prática da observação tanto do grupo quanto da área estudada no intuito de perceber como se dá o cotidiano desses indivíduos. Assim como a presença do pesquisador nesses espaços é fundamental na obtenção de confiança dos moradores para que haja uma proximidade e os mesmos acompanhem a evolução da pesquisa. Com isso aproximando a sociedade da academia, que há muitos trabalhos não dialogam e se tornam distantes.

Como também exposto, a partir de uma rede de contatos foi possível realizar o trabalho de campo, pois a área enfrenta problemas de violência urbana frequentemente e para nos assegurarmos de quaisquer eventualidades, contamos com os já conhecidos moradores locais.

Para compor tal análise foram realizadas a aplicação de 143 questionários e entrevistas *in loco*, número que representa um universo amostral significativo devido às limitações na realização da pesquisa. Os trabalhos de campo foram realizados nos meses de dezembro de 2019, fevereiro de 2020 e outubro de 2020. Cabe aqui mencionarmos toda dificuldade nas idas à campo depois do mês março de 2020 devido ao início das restrições e distanciamentos sociais com a pandemia do COVID-19. Período muito complicado não só para o andamento da pesquisa, mas também para a população de Manguinhos.

Desse modo, as próximas seções visam destacar os resultados das atividades de campo. Os indicadores sob a percepção dos moradores sobre as mudanças ocorridas em Manguinhos e as alterações espaciais na área. Em seguida encaminhamos para as considerações finais de modo a destacar os principais resultados obtidos nesta investigação.

3.1 – ANALISANDO AS PRINCIPAIS MUDANÇAS COM A CHEGADA DO PAC

Com o início das obras no Complexo de Manguinhos, a favela passa por alterações em sua dinâmica interna nunca antes visto. Já de antemão percebe-se tanto nas observações de campo quanto nas entrevistas realizadas que nem todas as favelas foram beneficiadas com as obras do PAC no sentido urbano e reestruturação espacial. Vale ressaltar o questionamento dos moradores nas conversas mais “descontraídas”, nas entrevistas, foi a falta de diálogo entre os responsáveis das obras e a comunidade, a fim de entender o que de fato seriam as reivindicações de melhoria para a comunidade.

Ao longo da construção dessa narrativa, nos deparamos com momentos distintos em que políticas urbanas estiveram presentes na dinâmica não só das favelas cariocas, mas na cidade como um todo. Assim, pouco se notou essa troca e esse diálogo com as partes interessadas nesse processo de "*urbanizar-se*". O que vimos foram projetos sendo

executados visando melhorias para diferentes áreas, porém sem a participação dos moradores das favelas.

Estamos chamando atenção para tal problemática devido justamente ser um questionamento dos moradores de Manguinhos nas observações percebidas em campo. É o que Valla (1986, p.163) diz:

[...] ele tem que saber dessas possibilidades, dessas ambiguidades de todos e qualquer projeto de urbanização, ou melhor, ele tem que participar ativamente com poder de decisão e controle, nesses processos, para que cada passo ele saiba dos riscos que está correndo para melhor organizar e garantir seus interesses.

É claro que programas visando melhorias em residências, arruamentos e rede de saneamento sempre são benéficos e fazem parte de reivindicações antigas dos moradores de favelas. Com isso, entendemos a importância que foram as intervenções do PAC dentro de Manguinhos no que tange a mudanças urbanas e sociais concretas. Dentro dessa lógica urbana, entende que ao urbanizar alguma área, tais intervenções têm efeitos de valorização (especulação imobiliária), melhor qualidade de vida e inserção da população com as outras partes da cidade.

Um dos antigos problemas enfrentados pela população local são as remoções, e com o anúncio das obras do PAC vem à tona as incertezas que outrora foram experienciada por grande parte dos moradores. Nessa direção, de modo a entender como seriam executadas as intervenções e também dialogar com as autoridades responsáveis na execução das obras do programa, foi criado um comitê onde havia alguns moradores representantes discutindo os rumos e as necessidades dos demais indivíduos moradores do complexo. Sem dúvidas houve divergências de ideias sobre as obras, dos recursos destinados para determinado fim, entre outros. Porém o que esteve presente nas reuniões do comitê era de fato a questão das remoções e como tal fenômeno seria conduzido sem causar novos "traumas" na população.

Dentro do planejamento estratégico do programa urbanístico do PAC, estavam previstas construções de blocos de apartamentos na favela da Embratel. Foram feitas demolições das casas antigas a fim de serem construídos os novos apartamentos. Além da localidade da Embratel, foram realizadas construções residenciais nas proximidades da biblioteca parque que foram entregues aos moradores após a conclusão das obras.

As obras dos condomínios e demais intervenções prometidas tiveram início em 2008 com previsão de entrega até 2011. Nesse período em que as obras estiveram em execução, os moradores da favela Embratel e demais áreas, dialogaram com autoridades públicas a fim de negociarem para um acordo.

Cabe ressaltar que em Manguinhos havia as três esferas do poder público atuando de modo a gerenciar os recursos financeiros quando a responsabilidade pela execução de projetos nas diferentes favelas do complexo. Contribuindo com a análise, Lima (2018, p. 8) apresenta como se deu esse período em que as obras estavam sendo efetivadas e junto das remoções e pagamento de indenizações.

A legislação estadual (Decreto Estadual n. 43.415 de 10 de janeiro de 2012) previa três modalidades de negociação para com os titulares dos imóveis a serem realocados: indenização, compra assistida e Nova Unidade Habitacional (NUH). Na modalidade indenização, o cálculo se orientava por parâmetros indicados na legislação, o que não considerava a localização do imóvel, e

tampouco o aspecto mercadológico do território. As indenizações poderiam ser pagas ao mesmo titular sem limitação de imóveis pela qual ele respondesse. Entretanto, o valor poderia ser elevado se a mesma benfeitoria fosse avaliada sob os parâmetros da Compra Assistida, mas que tinha a limitação de uma única indenização nesta modalidade por CPF (cadastro de pessoas físicas da receita federal), e que, não poderia coexistir com negociações com aquisição de NUH. Na modalidade Compra Assistida, como o próprio nome sugere, o Estado – na figura do Trabalho Social – acompanha o processo de aquisição de um novo imóvel, inclusive dentro dos limítrofes da favela.

Nessa dinâmica de demolição das casas antigas, construções de novas habitações, pagamento de indenizações e aluguel social durante o andamento das obras, houveram muitas divergências no sentido de discussão do projeto para a área. Muitas famílias reclamavam do tamanho proposto para do imóvel, a falta de privacidade em morar em apartamentos divididos por blocos, entre outras questões. Nas imagens (6 e 7) abaixo conseguimos visualizar a área no início das obras e depois da demolição com as obras em fase de conclusão.

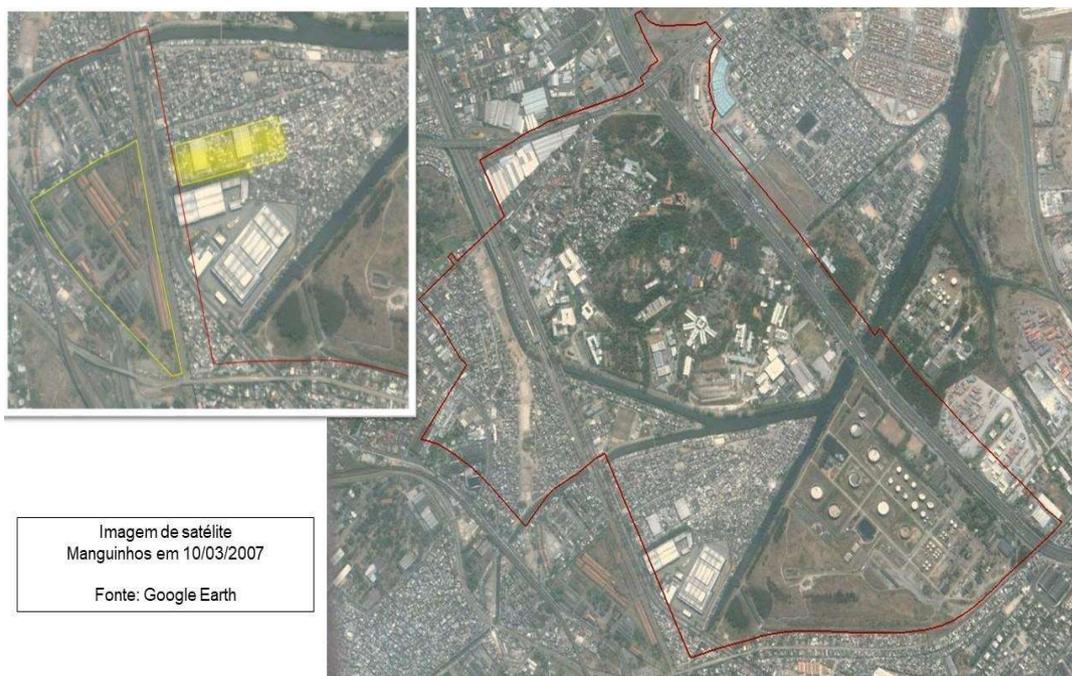


Figura 6: Construções ao longo na favela Embratel - (03/2007). Fonte: Google Earth, 2020.



Figura 7: Construção de apartamentos na favela Embratel. Fonte: EMOP, 2009.

De modo a tornar esse momento da investigação mais concreto, se assim podemos dizer, selecionamos algumas imagens de satélite obtidas através do Google Earth onde extraímos imagens de Manguinhos antes e depois das obras urbanas do PAC. Nessa direção, consegue-se notar as transformações que ocorreram ao longo dos anos, visto que a favela ganhou novos equipamentos de infraestrutura, novas habitações e outras alterações capazes de garantir perspectivas para os moradores. Como dito, as obras realizadas na construção da linha férrea foram significativas não somente pelo investimento e projeto da área em si como apresentamos anteriormente, mas também sobre as remoções e todas as mudanças no entorno do Parque João Goulart.

Nas imagens (figura 8 e 9) e fotos das áreas da favela Embratel e Parque João Goulart conseguimos identificar o "aglomerado" de casas e talvez estimar o número de moradores de forma imprecisa. Estamos chamando a atenção, pois nas entrevistas de campo muitos moradores nos apresentaram questões sobre como aconteceram o pagamento dos aluguéis sociais, as indenizações e também a entrega desses novos imóveis.

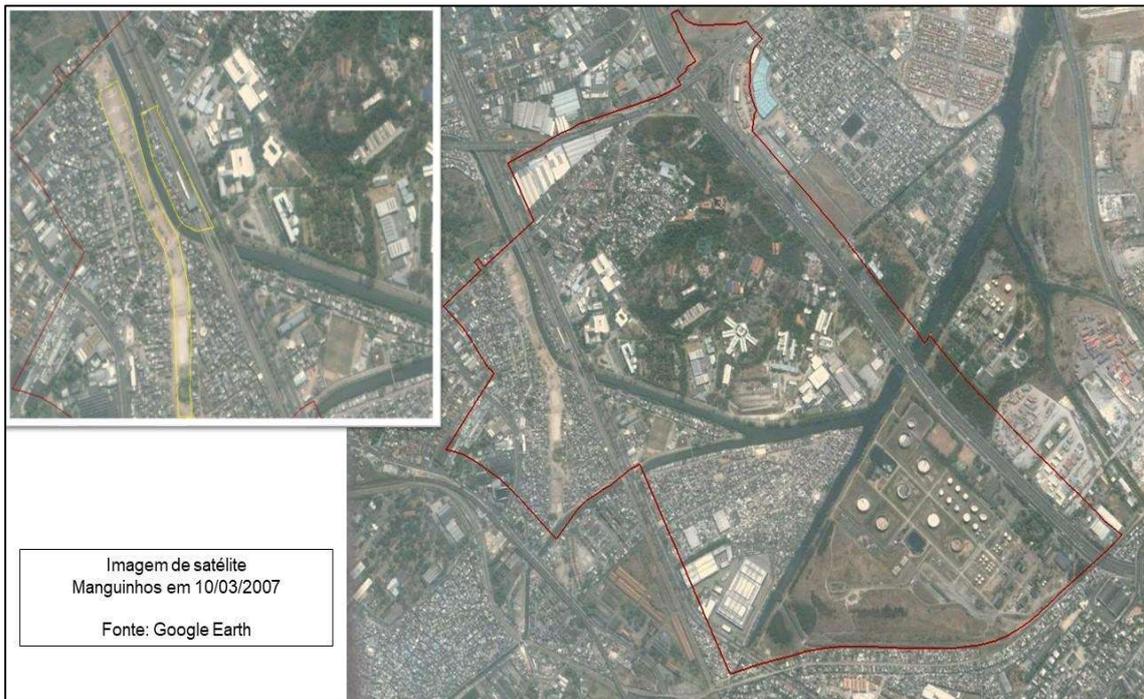


Figura 8: Construções ao longo da linha férrea - Parque João Goulart (03/2007).

Fonte: Google Earth, 2020.

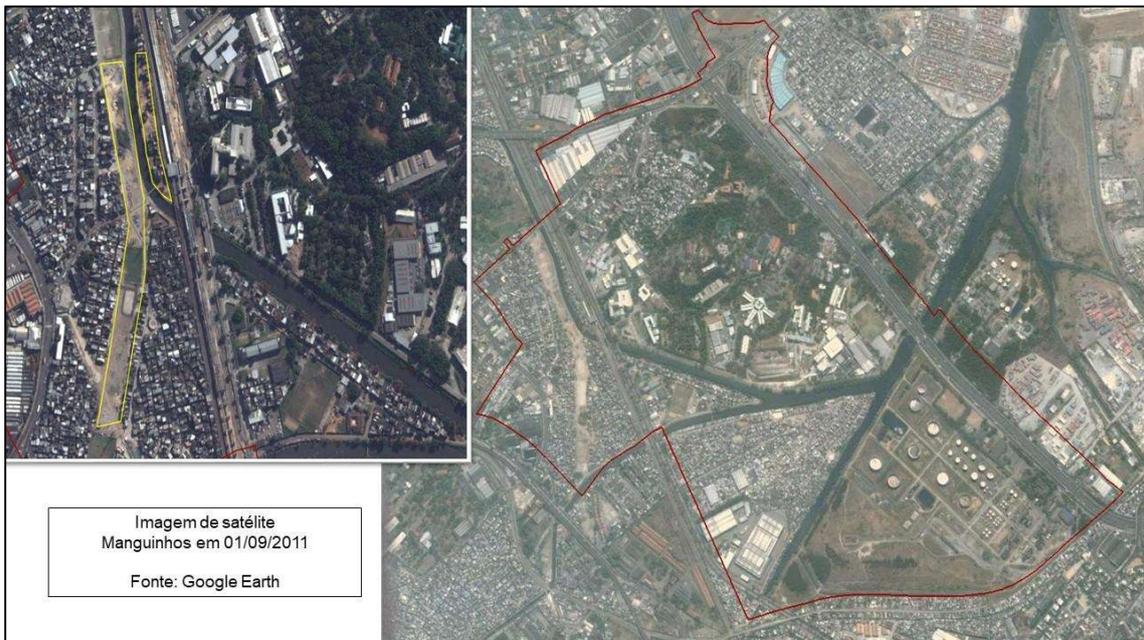


Figura 9: Demolições ao longo da linha férrea - (09/2011). Fonte: Google Earth, 2020

Ainda explorando as imagens 8 e 9, consegue-se perceber as transformações decorrentes das obras do programa no complexo. A imagem 8 é datada de 2007 e mostra a configuração das favelas antes das obras do PAC. Nas duas imagens fizemos destaques para facilitar a localização das três áreas do complexo que estamos chamando a atenção de forma mais precisa. A figura 9 é datada de 2011 e achamos pertinente inserir, pois mesmo em 2011 com várias obras concluídas ainda se tem ocupações irregulares próxima da linha férrea e conseqüentemente as remoções ainda estão acontecendo nesse período, pois houve resistência dos moradores em deixar suas casas, que mesmo com toda precariedade esse lugar é carregado de vivências e experiências particular para cada indivíduo.

Um outro destaque em amarelo na imagem (figura 10) é da área onde foi construído o Centro Cívico que contém uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), uma escola de ensino médio, a Biblioteca Parque, o Cinema, o Centro de Referência da Juventude, Centro de Apoio Jurídico, Centro de Apoio Psiquiátrico (CAPS), Centro de Geração e Renda, além de um jardim juntamente com uma área de convivência.

Tanto a favela Embratel, quanto a favela Parque João Goulart, que margeavam a linha férrea, foram alvos de remoção e realocação pós obras. Muitos questionamentos foram feitos no momento da entrega dos apartamentos e na distribuição dos aluguéis sociais. O censo com o levantamento das famílias que necessitariam tanto de um novo apartamento quanto do aluguel foi complexo, visto que em sua maioria as residências eram multifamiliares, ou seja, várias famílias residindo em um mesmo lote. Com isso, a distribuição se tornou mais difícil.

Na imagem de satélite 11, observa-se que nos espaços ociosos foram construídos canteiros com cultivo de produtos agrícolas. Assim, existe a construção de uma horta urbana em Manguinhos de modo a ocupar aquele espaço para que não ocorra novas construções irregulares e também parte de um ideal de uma área verde dentro do complexo com uma função social.

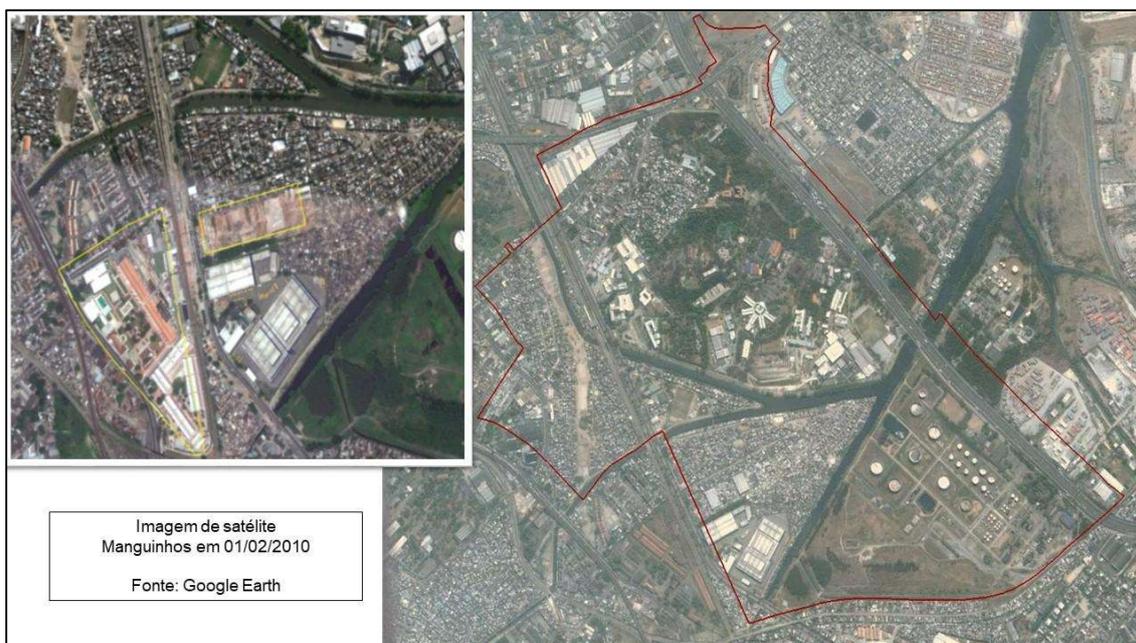


Figura 10: Obras de construção dos apartamentos na favela Embratel e no Centro Cívico - (02/2010). Fonte: Google Earth, 2020



Figura 11: Elevação da linha férrea concluída; Implantação de uma horta urbana - (01/2015). Fonte: Google Earth, 2020

Na imagem 12, já se percebe as construções tanto do Centro Cível quanto os blocos de apartamentos da favela Embratel concluídas. Ao todo foram construídas 480 unidades habitacionais em treze blocos e os mesmos foram entregues entre junho de 2010 a outubro de 2010 quando de fato as obras foram concluídas.



Figura 12: Conclusão das obras na favela Embratel e Centro Cívico - (01/2015). Fonte: Google Earth, 2020



Figura 13: Retorno das construções irregulares ao longo da linha férrea. Fonte: Google Earth, 2020

Na imagem (figura 13) notamos o retorno das construções irregulares ao longo da linha férrea e em outras partes da favela. A falta de fiscalização do poder público faz com que um antigo problema venha à tona nas favelas de Mangueiras. Se pensarmos que tais intervenções são recentes e mesmo assim não foram capazes de resolver o principal problema que é a questão habitacional.

3.2 – O QUE MUDOU DE FATO? AS PERSPECTIVAS DOS MORADORES

Nessa seção temos como objetivo apresentar na ótica dos moradores as mudanças urbanas e os impactos que os mesmos percebem nos seus cotidianos após a conclusão das obras do PAC. Essa interação com os moradores foi importante nesse momento do trabalho, pois conseguimos avaliar em campo alguns dos sentimentos e impressões sobre o programa que cada um tinha.

Com isso iremos expor alguns gráficos baseados no quantitativo de respostas obtidas. A escolha dos gráficos ajuda na didática de como as respostas se dividiram. O primeiro (gráfico 1) aponta que 30% dos entrevistados residem em Manguinhos entre vinte e trinta anos. Já no início da entrevista perguntávamos há quanto tempo este indivíduo residia no complexo de favela. Esta primeira questão não foi posta no roteiro de forma arbitrária, pois havia interesse em saber se esse morador já tinha vivenciado outras mudanças urbanas no território ou não.

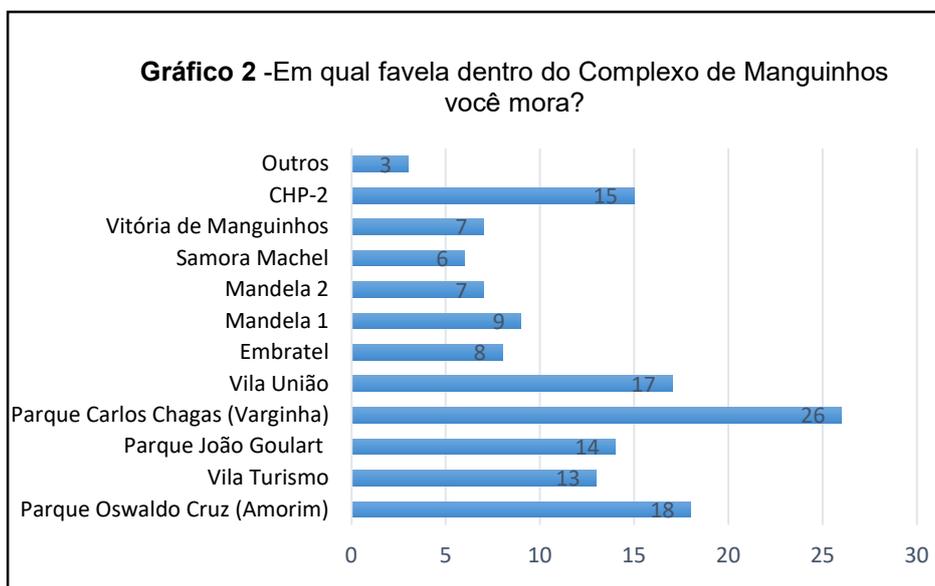


Fonte: Gilson Ribeiro (organização). Entrevistas realizadas em campo entre os meses de dezembro (2019), fevereiro (2020) e outubro (2020).

Além de identificar o período em que os entrevistados moravam em Manguinhos, outra variável importante julgada nesta investigação é sobre onde eles moravam no complexo. Tal informação é relevante e contribui com as hipóteses da investigação, pois existe o interesse em saber se o indivíduo foi contemplado diretamente com alguma mudança urbana na favela em que reside. Indiretamente todos foram contemplados do ponto de vista das instalações dos equipamentos de infraestrutura.

Já no gráfico 2 é possível notar a distribuição dos entrevistados por localidade. Observamos que a maioria dos entrevistados são moradores da favela da Varginha, Amorim, CHP-2 e Vila União. Fazendo uma intersecção com o primeiro gráfico onde perguntou-se o tempo que moravam em Manguinhos, percebe-se que essas são umas das mais antigas favelas instaladas

Como informado anteriormente, as entrevistas acontecem em pontos diferentes. Ora nos concentramos próximos à Biblioteca Parque e Centro Cívico, pois havia em mente que haveria maior circulação de pessoas e também nas proximidades da estação do trem, onde também encontramos moradores de outras partes do complexo e usuários do transporte.

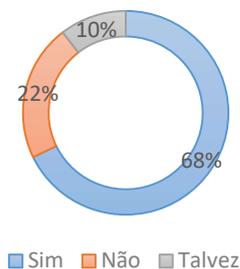


Fonte: Gilson Ribeiro (organização). Entrevistas realizadas em campo entre os meses de dezembro (2019), fevereiro (2020) e outubro (2020).

As perguntas selecionadas para o roteiro de entrevistas seguem um padrão para um melhor andamento do campo. No gráfico 2, onde perguntamos em qual favela do complexo o indivíduo residia, justamente estávamos pensando se nesses espaços escolhidos para abordagem seria comum a todos ou quase todos para não termos respostas repetidas dos moradores próximos daquela favela.

Nessa direção, as questões seguintes que estão contidas nos gráficos 3 e 4 dizem muito sobre o universo amostral. No gráfico 3 notamos que 68% dos entrevistados dizem ter percebido melhoras tanto urbanística quanto social dentro de Manguinhos. Isso baseado nas instalações de infraestrutura que mencionamos ao longo da pesquisa. Muitos dos entrevistados pontuaram a questão da falta de manutenção, de iluminação, coleta de lixo, conserto de equipamentos entre outros. Porém, no geral, os mesmos avaliaram de forma positiva a nova organização espacial após obras de intervenções.

Gráfico 3 - Pensando na melhoria urbanística e social com a chegada do PAC, você consegue perceber melhorias efetivas no Complexo de Manguinhos?



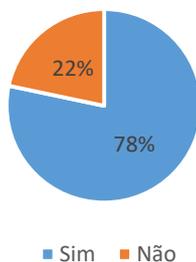
Fonte: Gilson Ribeiro (organização). Entrevistas realizadas em campo entre os meses de dezembro (2019), fevereiro (2020) e outubro (2020).

Na questão seguinte (gráfico 4) questionamos se os moradores utilizam esses novos equipamentos de lazer, saúde e cultura de modo a confrontar a questão anterior, pois se os entrevistados dizem que perceberam melhorias nas favelas é pertinente que utilizem de forma frequente.

Assim, conseguimos perceber que 78% dos entrevistados dizem utilizar e usufruir de alguns dos equipamentos feitos pelo PAC. Houve também alguns entrevistados que disseram que não utilizam diretamente, mas que os filhos vão à biblioteca ou estudam na escola de ensino médio também construída com recursos do PAC. Antes da construção do colégio os adolescentes precisavam buscar vaga em outras escola de ensino médio em outros bairros e isso se configurava como um problema que por vezes deixava o adolescente sem cursar o ensino médio.

Alguns moradores e pais ao serem questionadas sobre em alguns casos os filhos não cursarem o ensino médio em outras escolas em bairros próximos, alegaram falta de vaga na instituição de ensino desejada. Além disso, existe o medo em deixar os adolescentes saírem de Manguinhos e estudarem em outras escolas de facção onde o domínio do tráfico fosse diferente. Este medo se dá devido à violência urbana que a população sofre há muitos anos. Essa confiança feito informalmente por alguns moradores ao longo da entrevista nos faz refletir sobre a condução do campo e como é enriquecedor estar aberto ao diálogo com seu interlocutor e conhecer mais da realidade vivida.

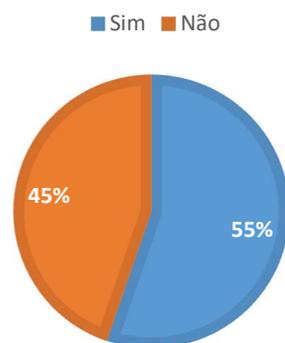
Gráfico 4 - Pensando nos equipamentos de infraestrutura (biblioteca, praças, cinema, ciclovias, escolas, UPA etc.) implementados com as obras do PAC, você utiliza ou já utilizou alguns desses novos equipamentos públicos?



Fonte: Gilson Ribeiro (organização). Entrevistas realizadas em campo entre os meses de dezembro (2019), fevereiro (2020) e outubro (2020).

Em relação à segurança pública existe um dualismo, pois com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras, em um primeiro momento percebeu-se essa sensação de segurança antes nunca experimentada pela população. Ao contrário, Manguinhos era visto como "Faixa de Gaza", como bem já mencionamos acima, devido aos confrontos frequentes entre policiais e traficantes e entre traficantes de facções criminosas rivais na disputa e conquista de novos territórios do tráfico (Valladares, 2005).

GRÁFICO 5 - NOTOU MELHORIA NA SEGURANÇA URBANA COM A CHEGADA DO PAC?



Fonte: Gilson Ribeiro (organização). Entrevistas realizadas em campo entre os meses de dezembro (2019), fevereiro (2020) e outubro (2020).

Além das melhorias urbanas que são visíveis, indagamos aos entrevistados sobre a percepção de melhorias sociais também em Manguinhos. Muitos alegaram que desconhecem o "centro da juventude" que tem por objetivo aproximar os jovens do mercado de trabalho através de oficinas que desenvolvem suas habilidades profissionais,

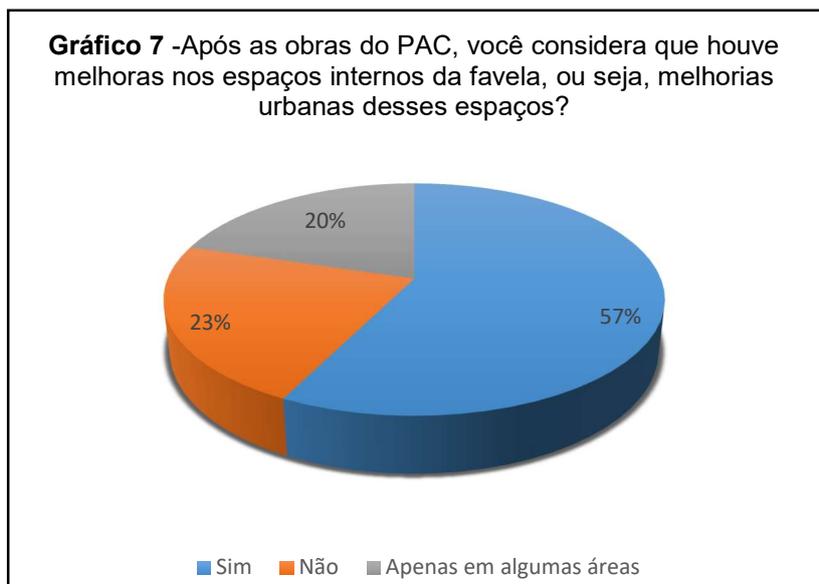
como também um centro de inclusão social que visa intermediar oportunidades de emprego formal em diferentes áreas profissionais.

Analisando o gráfico 6, percebemos que poucos moradores conheciam esses espaços de inclusão social tão importante para o Complexo e que contribuíram para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos que ali residem.



Fonte: Gilson Ribeiro (organização). Entrevistas realizadas em campo entre os meses de dezembro (2019), fevereiro (2020) e outubro (2020).

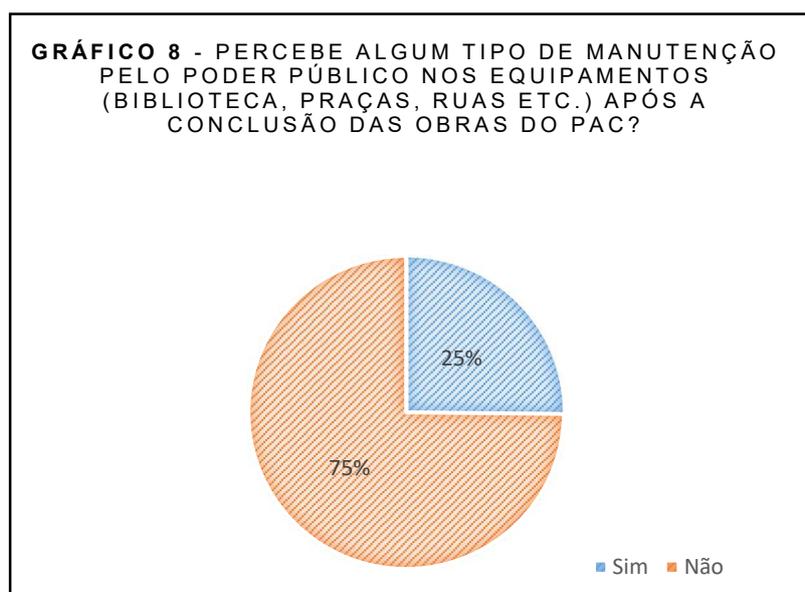
As favelas que juntas formam o Complexo de Manguinhos são muito diferentes entre si, como já exposto, nem todas as favelas foram contempladas com melhorias em seus espaços como aponta o gráfico 7, a partir das entrevistas com os moradores. A favela Parque Oswaldo Cruz (Amorim) foi uma dessas. Algumas receberam obras pontuais, mas que também não classificamos como melhorias significativas, como é o caso da favela da Varginha.



Fonte: Gilson Ribeiro (organização). Entrevistas realizadas em campo entre os meses de dezembro (2019), fevereiro (2020) e outubro (2020).

Dentre as questões que julgamos pertinentes indagar aos entrevistados, como já se passaram treze anos desde o anúncio das obras de intervenção e com sua "conclusão" entre 2013 e 2014, perguntamos se os mesmos percebem algum tipo de manutenção na área em relação às obras e instalação dos equipamentos de infraestrutura. Visto que o montante de recursos destinados para as obras foi bastante significativo.

Nessa direção a grande maioria correspondendo a 75% dos entrevistados (gráfico 8), disseram não perceber a manutenção do mesmo. Apontaram que muitas obras foram abandonadas na metade, existe um retorno nas construções nas áreas que foram removidas e que o poder público não fiscaliza tais problemas.



Fonte: Gilson Ribeiro (organização). Entrevistas realizadas em campo entre os meses de dezembro (2019), fevereiro (2020) e outubro (2020).

3.3 – O LEGADO DAS TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS EM MANGUINHOS

Nesta última seção do trabalho faz-se necessário apresentar alguns dos principais legados deixados após o fim das obras urbanísticas do PAC. Denominamos "legado" de forma livre e com base nas entrevistas realizadas. Como estivemos atuando em campo, podemos perceber as mudanças pós intervenções urbanas e como se organizam espacialmente as favelas do complexo.

As mudanças urbanas devem vir acompanhadas de mudanças sociais e também econômica para que exista um equilíbrio. Com isso, transformações concretas serão perceptíveis para os indivíduos que moram nessas áreas mais precárias da cidade. As favelas.

Já discutimos e abordamos os impactos dessas intervenções durante as últimas décadas e percebemos a eficácia dessas políticas quando são adotadas de modo a entender as particularidades de cada favela e com a participação efetiva dos moradores locais.

Em Manguinhos, além dos equipamentos de infraestrutura, cultural e novas habitações, existe a preocupação com a inserção da população nos postos de trabalho formais, contribuindo com a diminuição das disparidades econômicas e com a queda de do número de desempregados em Manguinhos. Isto, pois, existem atividades laborais informais no Complexo de Manguinhos que são responsáveis por garantirem a ocupação de uma parte da população, porém em muitos casos esses números não são contabilizados como "pessoa em ocupação".

Nesse sentido, como já mencionamos um dos legados deixado pelo PAC foi o Centro Cívico que abriga um centro de apoio para a população de Manguinhos que busca inserção no mercado de trabalho. Além de um centro de apoio jurídico, o CRJ (Centro de Referência da Juventude) que em sua essência tem como objetivo acolher jovens do complexo e direcionar para o mercado de trabalho.

Dentro dessa área também se tem um grande espaço de lazer, jardins, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), a Biblioteca Parque e o Colégio Estadual Luiz Carlos da Vila. Todas essas melhorias vieram com as obras do PAC.

Nessa direção nas imagens (14 e 15) abaixo observa-se a horta urbana de Manguinhos, que em extensão é considerada a maior da América Latina, segundo a prefeitura do município. Cabe o destaque em mencionarmos a horta, pois a construção da mesma foi idealizada pela Prefeitura do Rio juntamente com o Agrônomo Júlio César Barros após as obras do PAC em 2013 nos espaços ociosos e sem ocupação no Complexo. Não eram ocupados por estar debaixo de torres de alta tensão e com isso disponível dando lugar a construção de canteiros para o cultivo orgânico dos produtos.

O projeto que envolve a horta urbana tem como um dos seus objetivos a inclusão de áreas verdes na favela, gerar novas oportunidades e oferecer aos indivíduos que queiram trabalhar na horta, apoio financeiro e geração de renda. Aos moradores participantes do projeto são oferecidas formações, tornando-os hortelões urbanos e inserindo os mesmo ao mercado de trabalho além de conhecerem e se valer de uma profissão. Cabe ressaltar que a produção da horta é distribuída parte para a população

local, outra para as escolas próximas e outra parte comercializada aumentando a renda dos hortelões.



Figura: 14 e 15: Hortas em Manguinhos. Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Como dito, a informalidade nas atividades laborais dos moradores do complexo de Manguinhos é perceptível a partir do momento em que vivenciamos as atividades de campo. Nas figuras 16 e 17 observamos os "lava-jatos". Tais "postos de trabalho" se encontram instalados próximos à elevação da linha férrea. Ao entrevistar um morador que trabalha com a atividade no local, o mesmo relata que por falta dos seus documentos pessoais, o mesmo não consegue se inserir no mercado formal de trabalho. Com isso, para levar o sustento para a família, necessita trabalhar lavando carro nessa área apontada do Complexo. Ao ser questionado sobre como ele mantém os custos de água e luz do pequeno empreendimento, ele disse que só consegue se manter ali, pois são instalados os famosos "gatos" para não realizar pagamentos dos impostos. A pedido do entrevistado, não iremos expor sua identidade.



Figura: 16 e 17: Lava Jato na Av. Leopoldo Bulhões. Fonte: Trabalho de campo, 2020.

Um pouco mais adiante das instalações do "lava jato", fica o espaço pensado para dar lugar ao Parque Metropolitano que descrevemos no início do capítulo. De fato, foi construída uma área comum de convivência e um ensaio sobre o projeto proposto. Assim, no lugar da idealização do projeto encontramos algumas construções irregulares abaixo da elevação da linha férrea e alguns barracos improvisados (figuras 18 - 21). Além de entulhos e carros abandonados, ou seja, uma visão bem diferente da que foi vendida.

Como mencionamos no início da investigação, um dos pontos escolhidos para abordar os moradores e realizar as entrevistas foi justamente nas proximidades da estação do trem, pois entende-se que o local é um espaço de convivência dos moradores e que acabaríamos nos deparando com indivíduos de todas as partes do complexo.

E de fato isso aconteceu, pois, muitas pessoas passam por ali para realizar suas tarefas diárias. Entrevistamos uma moradora que alugava um dos quiosques e comercializava biscoitos, balas e refrigerantes no período diurno, pois o quiosque a qual ela alugava se localizava em frente à escola de ensino fundamental I e II de Manguinhos. A entrevistada relatou que sua renda familiar dependia integralmente de seu comércio. Além dos alunos da escola, outras pessoas compravam com ela, porém a mesma informou que a ideia inicial da construção do parque não condiz com a realidade atual, pois o lugar se encontra abandonado e sem manutenção. A entrevistada ainda diz não poder trabalhar no período noturno no quiosque devido à violência constante do tráfico local.

O Complexo de Manguinhos chegou a receber um "posto" das UPP's que tinham como objetivo trazer segurança pública para a área. Atualmente não há mais esse posto de segurança e o mesmo não foi visto nas expedições de campo.

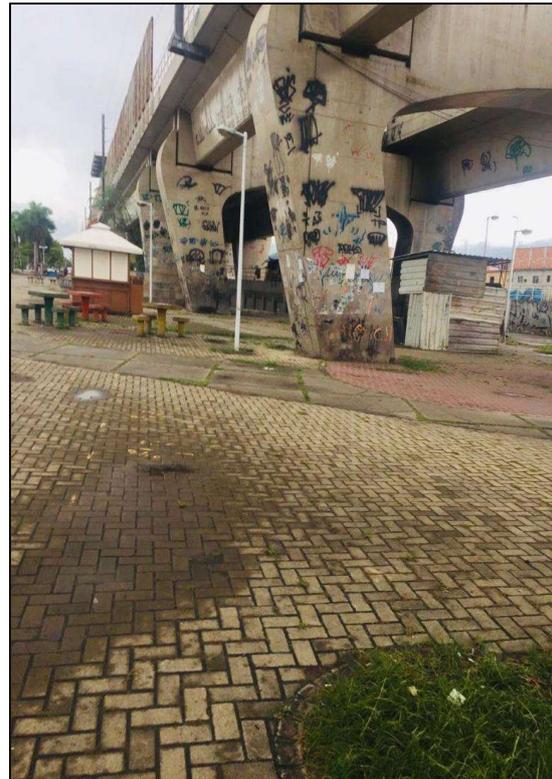


Figura: 18 e 19: Parque Metropolitano em 2020 na Av. Leopoldo Bulhões
Fonte: Trabalho de campo, 2020.



Figura: 20 e 21: Parque Metropolitano em 2020 na Av. Leopoldo Bulhões
Fonte: Trabalho de campo, 2020.

Entre as obras entregues do PAC está o Centro Civil inaugurado em dezembro de 2009. Uma grande praça de 35,5 mil metros quadrados. A Biblioteca Parque foi inaugurada também em dezembro de 2009 e é administrada pela Secretaria de Cultura (figuras 22 e 23). A mesma conta com climatização em todas dependências da biblioteca, sala de reunião, internet, computadores entre outros. Além disso, muitos cursos de curta duração são ministrados nas dependências da biblioteca de modo a estimular a população a frequentar as dependências e a leitura dos livros. Ao lado da biblioteca, foi instalada uma sala de cinema que exhibe filmes que estão em lançamentos e em cartaz nos outros cinemas da cidade.

Atualmente, devido à pandemia do novo corona vírus, a biblioteca se encontra fechada. Antes desse período a mesma vinha sofrendo com a administração e falta de repasse de verba por parte do Governo do Estado. Como se trata de uma biblioteca, existe o serviço de empréstimo e projetos de leitura de livros em conjunto que é muito importante na formação de leitores, não só crianças, mas toda a população que tiver interesse em conhecer mais esse universo literário.

Sem intenção de generalizações, mas com base nos dados sobre grau de escolaridade na cidade do Rio de Janeiro do IPP (2016), existe um elevado número de pessoas que não concluíram o ensino básico. Isso reflete também nos altos índices de desemprego e conseqüentemente no reforço dos estereótipos sobre a população das favelas.



Figura 22: Centro Cívico de Manguinhos Fonte: EMOP, 2010.



Figura 23: Biblioteca Parque de Manguinhos. Fonte: EMOP, 2010

Além dos espaços de lazer e cultura, o Complexo de Manguinhos recebeu também uma unidade escolar de Ensino Médio. O Colégio Estadual Luiz Carlos da Vila (figura 24) é uma construção já existente com dois pavimentos e que foi reformada para abrigar alunos nos três turnos. Segundo dados da Secretaria de Educação, há atualmente 1500 matrículas.

Estrategicamente, a biblioteca fica nos fundos do colégio e a ideia é justamente essa integração do jovem/aluno com esses novos espaços capaz de apresentar novos direcionamentos.

Entende-se, no final dessa investigação, as limitações em implementar políticas públicas que favoreçam toda a área de Manguinhos, devido a sua extensão territorial e heterogeneidade da população local. Porém, é perceptível visualmente e na percepção dos entrevistados a melhora em questões de infraestrutura e equipamentos de lazer. Muitas intervenções são necessárias ainda no local, mas além das intervenções, a manutenção dos mesmos e diálogos com os moradores são essenciais para um avanço nas questões apresentadas.



Figura 24: Colégio Estadual Luís Carlos da Vila. Fonte: EMOP, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática urbanização e favela pode ser trabalhada por diferentes áreas do conhecimento. Passa pelas ciências sociais podendo ir até as ciências exatas como a engenharia, por exemplo. Isso se deve à gama de produção de conhecimento e troca que tal recorte é capaz de conectar. A geografia, seguramente, é capaz de apresentar questões relevantes e conduzir para soluções eficazes na direção do planejamento urbano e estratégico no âmbito de organização e gestão do território.

Resgatando o que propomos no início desta investigação, no primeiro capítulo traçamos uma cronologia que nos permitiu analisar as principais intervenções urbanas em Manguinhos. Para melhor descrição dos fenômenos geográficos na área optamos pela elaboração de mapas temáticos que espacializassem as favelas pertencentes ao recorte aqui escolhido. Assim, foi possível concluir através dos mapas e imagens de satélite, como Manguinhos alterou sua geografia como as transformações que aconteceram ao longo dos períodos analisados. Além disso, foi possível notar a intensificação dos novos núcleos de favelas e com as obras do PAC a favela ganhou uma nova dinâmica.

No segundo capítulo tratamos da implementação do PAC em Manguinhos e quais as principais propostas de intervenção. Com isso, foi possível compreender a complexidade na implantação do programa em Manguinhos pois, novas remoções foram realizadas causando novas inseguranças e preocupação na população local. Além disso, para contextualizar tais processos urbanísticos ocorridos no município do Rio de Janeiro foi trabalhado o conceito de cidadania de modo a contribuir e embasar tal análise.

Por fim, no terceiro capítulo buscamos apresentar as impressões dos moradores que foram entrevistados. Nesse sentido, entendemos que o trabalho de campo foi fundamental na composição da investigação, visto que a forma de analisarmos os impactos das mudanças pela ótica dos moradores do complexo torna a análise mais legítima.

Pelos destaques feitos ao longo desta investigação, podemos citar algumas conclusões sobre as transformações urbanas e sociais ocorridas em Manguinhos que foi nosso recorte trabalhado a todo. Quando apontamos para conclusões do trabalho, talvez possa soar como soluções de modo a resolver tal equação, ou seja, urbanizar áreas de favela e resolver problemas antigos dentro da cidade. Porém, não é exatamente o propósito desta dissertação, visto o quão complexo é pensar e trabalhar tal temática, pois se tem diversos atores envolvidos e cada um possui demandas diferentes e algumas vezes demandas particulares, o que torna difícil o atendimento. De maneira mais objetiva, temos que considerar os diversos interesses entre os gestores públicos, empresas de construção civil que cada vez mais tem realizado obras de habitação popular e moradores das favelas que na maioria das vezes não estão em compasso com os mesmos ideais. Assim, o propósito desta pesquisa foi justamente apresentar o impacto do programa de intervenção urbana que buscou atender demandas sociais da população de Manguinhos.

Sem dúvidas, políticas públicas são fundamentais nas áreas de favelas e são percebidas como avanço em diminuir as disparidades sociais dentro da estrutura social. No caso de Manguinhos e das outras favelas do Rio de Janeiro, os estigmas existentes sobre essas áreas e indivíduos que ali residem são muito latentes, mesmo depois de implantações de políticas integradoras. Isto acontece devido aos padrões sociais que legitimam a forma de habitar, ou seja, existe um padrão urbano e que se foge dele automaticamente isto passa a ser enxergado como o fora da norma e que precisa ser corrigido. Nessa direção, o que notamos é o poder público acentuar tais problemas com novas políticas de remoções dos assentamentos irregulares.

Oliveira (1999) e Santos (2007) são de suma importância quando recorremos para seus apontamentos na compreensão tanto da estrutura da cidade como também quando pensamos nos indivíduos que habitam nos centros urbanos. Isto pois, nota-se a dinâmica da cidade diante de problemas capazes de afetarem majoritariamente ao grupo mais pobre. Em concordância com os autores, quando os mesmos apresentam que a ausência de oferta em educação, emprego, moradia e saúde podem ser agravadas dependendo de onde eles se localizam geograficamente.

Como apresentado também, foi a partir da gestão do governo Lula e depois Dilma que tivemos a efetivação das obras urbanas que antes havia no plano das ideias e passou para o plano de execução. Visto que existia anteriormente um projeto de desenvolvimento PDU para Manguinhos, porém devido à falta de verbas e até mesmo conflitos políticos o mesmo não chegara a sair do papel. Sendo revisto com o anúncio do PAC.

Sem querer tornarmos repetitivos, mas é importante pontuarmos que a área escolhida aqui para ser trabalhada, esteve por muitos anos longe das prioridades governamentais no que tange a intervenções passíveis de transformar a realidade não só urbana, mas social também. E nessa direção, percebe-se a magnitude e o poder de mudança que as obras do PAC proporcionaram aos moradores de Manguinhos.

A construção metodológica de mapas temáticos de Manguinhos foi importante na compreensão de como se deram as execuções das obras, possibilitando acompanhar as mudanças ocorridas com o avanço das obras. Assim, perceber as transformações no interior das favelas.

O reflexo de algumas afirmações são frutos das entrevistas realizadas com os moradores que vivenciaram o antes e depois das intervenções urbanísticas do PAC. Entender como eles se sentiam em receber tais equipamentos de infraestrutura, ter um posto médico, áreas de lazer e cultura os fazem se sentir mais próximos das outras áreas da cidade.

Portanto, o trabalho foi capaz de apresentar os impactos das intervenções urbanísticas do PAC sob a ótica dos moradores de Manguinhos. Chega-se à importante conclusão que, além de identificar quais políticas públicas são positivas em áreas mais marginalizadas da cidade, deve haver uma manutenção não só nas melhorias físicas realizadas, mas também nos projetos culturais em andamento. Tudo isso para que o alcance social e cultural possa se perpetuar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício Almeida. (2006 [1987]): *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Jorge. Zahar Editor.

_____. (1992). A cidade, a montanha e a floresta, In: ABREU, Maurício Almeida (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. 352 p.

_____. (1994). Reconstruindo uma História Esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio. In: *Espaço & Debates*. São Paulo, v.14, n.37, pp. 34-46

_____. (2003). Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular do Rio de Janeiro e sua evolução. In: *Revista do Rio de Janeiro*. n° 10, pp. 161-177, maio a agosto de 2003 BENCHIMOL.

ABREU, Maurício de e Vaz, Lilian Fessler (1991). Sobre a origem das favelas. Trabalho apresentado ao IV Encontro Nacional de ANPUR, Salvador. Pp. 481-492

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de (2016). *Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção de um espaço*. Tese de Doutorado, UFRJ.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Urbanização de Favelas: a experiência do PAC*. Brasília: 2010a.

_____. Ministério das Cidades. *Ações integradas de urbanização de assentamentos precários*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010b.

BORGES, Maria Vicente (2007). *Zoneamento na cidade do Rio de Janeiro, gênese, evolução e aplicação*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ, IPPUR.

CAMPOS, Andreilino de Oliveira (2004). *Do quilombo à favela: a criação do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CORRÊA, Roberto Lobato. Posição geográfica das cidades. *Cidades*, v. 1, n° 2, p. 317-323, 2004.

CAVALLIERI, F. *Favela Bairro: integração de áreas informais no Rio de Janeiro*. In: Pedro Abramo. (Org.). *A cidade da informalidade: o desafio para as cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Ed. Sete Letras, 2003

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006

FERNANDES, Tânia; COSTA, Renato da Gama-Rosa (2009). *Comunidades de Manguinhos: História de pessoas e lugares. Memória de um bairro popular do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

GONÇALVES, Rafael Soares (2013). *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio.

GOMES, Paulo César Costa. Geografia *fin-de-siècle*: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 13-42.

GOMES, P. C. C. A Condição Urbana: Ensaio de Geopolítica da Cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. Quadros Geográficos: Uma Forma de Ver, Uma Forma de Pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

HEFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Política (públicas) sociais. Caderno Cedes, ano XXI, N 55, nov/2001.

HOLSTON, James. Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (1940). Recenseamento Geral do Brasil. População e Habitação. Série Nacional, Vol. 2.

IPP (Instituto Pereira Passos). 2016

LIMA, André Luiz Silva. O Estado que produz a informalidade: o caso dos Conjuntos Habitacionais de Manguinhos no âmbito do PAC-Favelas. O Social em Questão, vol. 21, núm. 42, 2018. PUC-RIO

MOURA, Vitor Tavares de (1940): Esboço de um Plano para estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, mimeo.

OLIVEIRA, Márcio Piñon. Um conceito de cidadania para se trabalhar a cidade. Revista GEOgraphia, Ano1, n.1, junho de 1999, p. 93-120

_____. Cidadania no Brasil: Elementos para uma Análise Geográfica. Revista GEOgraphia, Ano 2009, v.3, n.6.

PETRAROLLI, Juliana (2015). O tempo nas Urbanizações de Favelas: Dissertação de Mestrado, UFABC..

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia / Milton Santos em colaboração com Denise Elias. 6 ed. 2. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a. 136 p. (coleção Milton Santos; 10).

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. 8 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. O dinheiro e o território. In: Santos, Milton et al. Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.

_____. O espaço do Cidadão. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SILVA, Maria Lais Pereira da (2005) Favelas Cariocas, 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraponto.

SINGER, A. Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.122.

SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. Fobópole. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

SOUZA E SILVA, J. de; BARBOSA, J.L.. Favela: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio; Brasil, 2005.

TRIVIÑOS, A. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.- São Paulo : Atlas, 1987.

TRINDADE, Claudia (2012). "Não se faz omelete sem quebrar ovos". Política pública e participação social no PAC- Manguinhos. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, Departamento de História - UFF.

VALLA, Victor Vincent (org.) (1986). Educação e Favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940 – 1985. Petrópolis: Editora Vozes.

VALLADARES, Licia do Prado (2005): A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV.

VALLADARES, Licia do Prado. A gênese da favela Carioca: A produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15 n 44 outubro/2000.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: ALVITO, M. e ZALUAR, A (Orgs.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC. Org: Adalto Lúcio Cardoso, Rosana Denald. 1-ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

W.O. Bussab and P.A. Morettin. Estatística básica. Saraiva, São Paulo., 5th edition. edition, 2006.

SITES CONSULTADOS

Site do PAC, disponível em <<http://www.pac.gov.br>>

Site da CAIXA, disponível em <http://www.caixa.gov.br/Paginas/home-caixa.aspx>

Site do Ministério das Cidades, disponível em <http://www.cidades.gov.br>

Site EMOP, disponível em <http://www.emop.rj.gov.br/>

Site Observatório de favelas, disponível em <http://of.org.br/>

APÊNDICE 1



Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento

Prezado,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “*Análise do PAC-FAVELAS em Manguinhos (RJ): Das Remoções à Urbanização*” desenvolvida por Gilson Ribeiro da Silva. Aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação do Prof. Dr. Maurílio Lima Botelho.

Temos como objetivo principal neste estudo, compreender as transformações urbanísticas que aconteceram em Manguinhos com as obras do PAC no início de 2007. Entender em que medidas tais obras modificaram a dinâmica das favelas que compõem o Complexo e quais as percepções dos moradores locais sobre as novas moradias construídas, os equipamentos de infraestrutura e de lazer também construídos durante as obras do PAC entre outros.

Lembrando que a participação na pesquisa é voluntária, de forma que o indivíduo tem autonomia em para decidir se quer ou não participar da mesma, assim como retirar sua participação a qualquer momento. Cabe ressaltar que este termo garante sua privacidade e confidencialidade das informações obtidas durante as entrevistas, as quais terão acesso somente o pesquisador e seu orientador.

Informamos também que poderá solicitar informações sobre o estudo a qualquer momento através do e-mail do pesquisador e através do telefone da secretaria do programa de pós-graduação.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Gilson Ribeiro da Silva (Mestrando em Geografia – PPGGEO / e-mail: gilson17@gmail.com)

Declaro que compreendi os objetos da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura do Participante

Em caso de dúvidas ou esclarecimento, entre em contato com a secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO - UFRRJ) pelo telefone: (21) 2681-4980



APÊNDICE 2



Roteiro de entrevistas com os moradores de Manguinhos

Percepção e Avaliação das obras do PAC nas favelas de Manguinhos

I – Identificação:

- Nome:
- Quanto tempo reside em Manguinhos:

II – Questões pertinentes à pesquisa:

Manguinhos é formado por algumas favelas internas e que juntas compõem o Complexo de favelas. Em qual delas você mora ou morou?

- () Parque Oswaldo Cruz (Amorim)
- () Vila Turismo
- () Parque João Goulart
- () Parque Carlos Chagas (Varginha)
- () Vila União
- () Embratel
- () Comunidade Nelson Mandela
- () Mandela 1
- () Mandela 2
- () Samora Machel
- () Vitória de Manguinhos
- () Outros _____

Com as obras do PAC em execução, você precisou ser removido para outras áreas do Rio de Janeiro? Em caso negativo, conhece alguém que passou por essa situação?

Com base na pergunta anterior, se removido obteve algum tipo de indenização? Conhece alguém que recebeu indenização ou uma nova habitação?

- () Sim
- () Não

Pensando na melhoria urbanística e social com a chegada do PAC, você consegue perceber melhorias efetivas no Complexo de Manguinhos?

- Sim
- Não
- Talvez

Pensando nos equipamentos de infraestrutura (biblioteca, praças, cinema, ciclovias, escolas, UPA etc.) implementados com as obras do PAC, você utiliza ou já utilizou alguns desses novos equipamentos públicos?

- Sim
- Não

Notou melhoria na segurança urbana com a chegada do PAC?

- Sim
- Não

Pensando sobre novas oportunidades profissionais, o PAC trouxe algum tipo de mudança nesse contexto? Pois, temos um Centro de Referência da Juventude e um posto banco de vagas de emprego para inclusão social em Manguinhos.

- Sim
- Não
- Não tinha conhecimento desses centros de apoio

Após as obras do PAC, você considera que houve melhoras nos espaços internos da favela, ou seja, melhorias urbanas desses espaços?

- Sim
- Não
- Apenas em algumas áreas

Percebe algum tipo de manutenção pelo poder público nos equipamentos (biblioteca, praças, ruas etc.) após a conclusão das obras do PAC?

- Sim
- Não